

**SEÇÃO III****PODER LEGISLATIVO****CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****EXTRATO DE CONTRATO**

Processo: 001.000.950/2011. Contrato: Nº 06/2013 – PG/CLDF decorrente do Pregão nº 036/2012. Firmado entre a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, (Contratante) e a EMPRESA MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA (Contratada) em 20/03/2013. Objeto: Aquisição de impressoras laser colorida para a CLDF e prestação de serviços de instalação e de assistência técnica on site. Valor total do contrato: R\$ 63.069,99 (sessenta e três mil, sessenta e nove reais e noventa e nove centavos). Unidade Gestora 010101, Gestão 00001, Unidade Orçamentária 01101, Programa DE Trabalho 01126600514710006, Fonte de Recurso 100000000, Natureza da Despesa 449052. Nota de Empenho: 2013NE00049 de 04/02/2013 com valor R\$ 63.069,99. Vigência 36 (trinta e seis) meses, contados de sua assinatura, com eficácia a partir da data da publicação do seu Extrato no DODF. Legislação: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, Deputado Wasny Nakle de Roure – Presidente, e, pela Contratada, Roberto M. N. Mendes.

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS  
DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**EXTRATOS DE TERMO ADITIVO**

Processo: 001.001.995/2009. Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 34/2010, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a CLÁUDIA VALADARES ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA. Objetos: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 34/2010 estabelecido entre o FASCAL e a CREDENCIADA e reajuste de 6,19% referente ao índice INPC/IBGE, acumulado no ano de 2012. Vigência: de 06 de abril de 2013 a 05 de abril de 2014 e 1º de março de 2013, respectivamente. Data da assinatura: 1º de março de 2013. Legislação: Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada, Cláudia Valadares.

Processo: 001.00.1939/2009. Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 40/2010, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e o CICLOMED - CENTRO INTEGRADO DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS MÉDICAS E RADIOLOGIA S/S LTDA. Objetos: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 40/2010 estabelecido entre o FASCAL e a CREDENCIADA e reajuste de 6,19% referente ao índice INPC/IBGE, acumulado no ano de 2012. Vigência: de 05 de maio de 2013 a 04 de maio de 2014 e 1º de março de 2013, respectivamente. Data da assinatura: 1º de março de 2013. Legislação: Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: Pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada, Fernando Antonio Gomes

Processo: 001-000.874/2011. Segundo Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 16/2011, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a ORALCLIN ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA. Objetos: Reajuste de 6,19% referente ao índice INPC/IBGE, acumulado no ano de 2012. Vigência: 1º de março de 2013. Data da assinatura: 1º de março de 2013. Legislação: Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: Pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada, Eneas Brim Zimovski.

Processo: 001-000.740/2012. Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 13/2012, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a PEREIRA MARQUES E SIMIOLI LTDA. Objetos: Reajuste de 6,19% referente ao índice INPC/IBGE, acumulado no ano de 2012. Vigência: 1º de março de 2013. Data da assinatura: 1º de março de 2013. Legislação: Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada, Eduardo Simioli Neto.

Processo: 001-000.736/2012. Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 23/2012, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e a CLÍNICA EL-FWIRS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA. Objetos: Reajuste de 6,19% referente ao índice INPC/IBGE, acumulado no ano de 2012. Vigência: 1º de março de 2013. Data da assinatura: 1º de março de 2013. Legislação: artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: Pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada, Monica Carla Taube Elfir.

Processo: 001.000.767/2012. Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 11/2012, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL e O IOE – INSTITUTO DE ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA. Objetos: Reajuste de 6,19% referente ao índice INPC/IBGE, acumulado no ano

de 2012. Vigência: 1º de março de 2013. Data da assinatura: 1º de março de 2013. Legislação: Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: Pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada, Andreza Lima Beserra.

**PODER EXECUTIVO****COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Nº DO PROCESSO 111.002.565/2009; ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo nº 0001/2013 ao Contrato nº 0080/2010, Publicado em 14/04/2010; CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A; OBJETO: Prorrogar prazo e suplementar recursos; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 26 da Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 2821ª Sessão realizada em 16/01/2012; VALOR: R\$ 62.250,14 (Sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e quatorze centavos); VIGÊNCIA 12/03/2014; PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.0100.8517.0114 Manutenção de Serv. Administ. Gerais da TERRACAP, Classificação Econômica 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 125/2013, datada de 22/01/2013; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão sob a responsabilidade da TERRACAP; DATA DE ASSINATURA: 20/02/2013; P/CONTRATANTE: ANTONIO CARLOS REBOUÇAS LINS, ISRAEL MARCOS DA COSTA BRANDÃO, DENI AUGUSTO PEREIRA FERREIRA E SILVA; TESTEMUNHAS: MARCUS VINICIUS FREITAS BARROS e ELTON GOMES DOS SANTOS; P/CONTRATADA: PAULO ROBERTO MARTINS.

Nº DO PROCESSO 111.002.565/2009; ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo nº 0001/2013 ao Contrato nº 0079/2010, Publicado em 14/04/2010; CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; OBJETO: Prorrogar prazo e suplementar recursos; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 292, da Diretoria Colegiada da TERRACAP em sua 2830ª Sessão, realizada em 06/03/2013; VALOR: R\$ 79.547,68 (Setenta e nove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos); VIGÊNCIA: 11/03/2014; PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.0100.8517.0114 Manutenção de Serv. Administ. Gerais da TERRACAP, Classificação Econômica 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 294/2013, datada de 12/03/2013; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão sob a responsabilidade da TERRACAP; DATA DE ASSINATURA: 11/03/2013; P/CONTRATANTE: ANTONIO CARLOS REBOUÇAS LINS, ISRAEL MARCOS DA COSTA BRANDÃO, CARLOS HENRIQUE FERREIRA ALENCAR; TESTEMUNHAS: MARCUS VINICIUS FREITAS BARROS e ELTON GOMES DOS SANTOS; P/CONTRATADA: MARCO ANTONIO COLACIOPPO FAGARAZ e SONILDA QUEIROZ SANTANA SANTOS.

Nº DO PROCESSO 111.000.017/2002; ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo nº 0001/2013 ao Contrato nº 0079/2009, Publicado em 09/04/2009; CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e BRASIL TELECOM S/A; OBJETO: Prorrogar prazo e suplementar recursos; EMBASAMENTO LEGAL: Decisão nº 270 da Diretoria Colegiada da TERRACAP, proferida em sua 2830ª Sessão, realizada em 06/03/2013; VALOR: R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); VIGÊNCIA: 14/03/2014; PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 meses; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.6004.8517.0114 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da TERRACAP, Classificação Econômica 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 286/2013, datada de 07/03/2013; DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão sob a responsabilidade da TERRACAP; DATA DE ASSINATURA: 14/03/2013; P/CONTRATANTE: ANTONIO CARLOS REBOUÇAS LINS, ISRAEL MARCOS DA COSTA BRANDÃO, CARLOS HENRIQUE FERREIRA ALENCAR; TESTEMUNHAS: MARCUS VINICIUS FREITAS BARROS e ELTON GOMES DOS SANTOS; P/CONTRATADA: FAYERTON QUEIROZ DOS SANTOS e ROBERTO TELES DE SOUSA.

**AVISO Nº 010/2013.****CONCESSÃO DE INCENTIVO ECONÔMICO – PRÓ-DF**

Com fundamento no art. 174 da Constituição Federal, art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, no disposto na Lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 23.210, de 04 de setembro de 2002 e na Lei nº 3.196 de 29 de setembro de 2003, e a Lei nº 3.266 de 30 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 24.430 de 02 de março de 2004 e nos Pareceres de nºs 28/95 – GAB-PRG, exarado no processo administrativo nº 111.000.273/90-4 e o 152/99-GAB/PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Sr. Procurador-Geral do Distrito Federal, a Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap autorizou a celebração de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra de terrenos em nome das empresas abaixo relacionadas: SAMAMBAIA/DF: OLIVEIRA PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 03.102.818/0001-03, Lotes 04, 05, 06, 07 e 08, Conjunto 08, ADE Sul, Processo nº 370.000.602/2008, Decisão nº 332/2013; SANTA MARIA/DF: AS PORTO OFICINA MECÂNICA ME, CNPJ nº 01.511.790/0001-32, Lotes 23 e 24, Conjunto “A”, Área Complementar 219, Processo nº 160.001.248/2000, Decisão nº 331/2013.

**MIGRAÇÃO PARA O PRÓ-DF II**

Com fundamento na Lei nº 4.269, de 15/12/2008, regulamentada pelo Decreto 32.119 de 26/08/2010, fica a Terracap autorizada a assinar novo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra com a seguinte empresa: BRASÍLIA/DF: NEY TARCISO SILVA DE SOUZA - ME,

CNPJ nº 26.431.551/0001-01, Lote 18, Conjunto "A", SHC/SW QMS 02 Brasília-DF - Processo nº 160.000.697/1992 - Decisão nº 319/2013; revogar a Decisão nº 358 de 09/05/2006, que declarou rescindido o Contrato de Concessão nº 79/1996, em todos os seus termos.

Brasília/DF, 20 de março de 2013.  
ANTÔNIO CARLOS REBOUÇAS LINS  
Presidente

#### AVISO DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 08/2013.

O Pregoeiro da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 328/2012-PRESI, comunica a realização do seguinte certame:

Processo:	111.001.646/2012
Modalidade/número	Pregão Presencial nº 08/2013.
Tipo	Menor Preço.
Objeto:	Contratação de empresa para a prestação de serviços de atendimento multimídia – Call Center (telefone, e-mail, fax, internet, web chat) e presencial, visando prover a TERRACAP de operações especializadas nas áreas de relacionamento com cidadãos e ouvidoria, mediante atendimento receptivo e ativo, incluindo a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica, procedimentos de monitoração e gestão das operações, solução completa de telefonia, atendimento multimídia - DAC (Distribuidor Automático de Chamadas), URA (Unidade de Resposta Audível) com integração CTI (Computer Telephony Integration) e baseada na plataforma VoIP (Voz sobre IP), aplicações automatizadas de recepção e envio de fax / e-mail, conforme requisitos mínimos do termo de referência em anexo.
Valor estimado (R\$):	R\$ 1.015.086,24
Dotação Orçamentária:	Programa Orçamentário 23.122.6004.8517.0114 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Companhia Imobiliária de Brasília, Elemento 3390.39- Outros Serviços de Terceiros.
Prazo de Execução:	12 (doze) meses.
Data/hora de abertura:	09/04/2013 às 10:00 horas.
Contatos:	Fone/fax (61) 3342-2371 e fone: (61) 3342-1628.
Local de realização:	SAM Bloco F, Edifício Sede Terracap, sala 27, subsolo, CEP: 70.620-000 - Brasília-DF.
Retirada do Edital e anexos	Gratuitamente no sítio da Terracap <a href="http://www.terracap.df.gov.br">www.terracap.df.gov.br</a> na seção licitações compras/serviços, ou de forma impressa no endereço acima com o custo reprográfico de R\$ 0,20 (vinte centavos) por página, pagável exclusivamente por guia de recolhimento no Banco de Brasília- BRB.

Brasília/DF, 20 de março de 2013.  
PAULO SÉRGIO DIAS PEREIRA  
Pregoeiro

### CASA CIVIL

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2009 – CACI, PADRÃO Nº 14/2002. PROCESSO: 360.000.628/2007. PARTES: CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO DF X COOPERATIVA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E PASSAGEIROS EM GERAL LTDA - COOPERCAM. OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, no período compreendido de 12/03/2013 a 11/03/2014. DA VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 08/03/2013. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA, na qualidade de Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil da Governadoria; Pela CONTRATADA: VALDELINO RODRIGUES BARCELOS, na qualidade de Presidente.

#### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 002.000.198/2013. Interessado: Casa Militar da Governadoria do DF. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei n.º 8.666/93, RATIFICO os atos praticados pela Subsecretária de Administração Geral desta Casa Civil da Governadoria que autorizou a quitação das taxas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para revalidação dos certificados de habilitação dos pilotos da Subsecretaria de Transporte Aéreo - SeTA da Casa Militar do Distrito Federal, por exigência dos órgãos de fiscalização aeronáutica para a atividade aérea dos operadores de voo/aeronavegantes, com fulcro no caput do Artigo 25, da Lei n.º 8.666/93 e as respectivas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, referente à Nota de Empenho nº 2013NE00207, no valor estimado de R\$ 1.130,00 (um mil, cento e trinta reais). Publique-se. Brasília, 15 de março de 2013. SWEDENBERGER BARBOSA, Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil da Governadoria.

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2012, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Processo: 137.000.883/2012. Partes: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ E MYSA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva

a prorrogação do contrato referente ao Contrato nº 16/2012, por mais 30 (trinta) dias, referente ao período compreendido de 04/03/2013 a 02/04/2013. Fundamento Legal: Alínea II, parágrafo 1º, artigo 57, da Lei nº 8.666/93. Prazo de Vigência O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura. Data da Assinatura: 04/03/2013. Signatários: Pelo Distrito Federal, Carlos Nogueira da Costa, na qualidade de Administrador Regional do Guará e pelo Contratado, Luiz Carlos Milken Abdala, na qualidade de Procurador.

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

#### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 142.000.769/2012, Interessado: Administração Regional de Samambaia - RA XII. Assunto: Empenho realizado para atender despesas com contratação de reeducando da FUNAP (Fundação de amparo ao trabalhador preso no DF). RATIFICO, nos termos do Artigo 24 Inciso VIII da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 c/c com a Portaria Distrital nº 11 de 26 de março de 2010 para que adquira eficácia necessária, a Dispensa de Licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso II do artigo 24 da mencionada Lei, conforme a justificativa constante dos autos em epígrafe, referente à Nota de Empenho nº 2013NE00075, no valor de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), em favor da Contratada Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP. Publique-se e devolva-se à DAG/RA XII, para os fins pertinentes. Brasília/DF, 21 de março de 2013. Risomar da Silva Carvalho - Administrador Regional de Samambaia.

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 03/2002.

Processo: 144.000.097/2013; Partes: DF/RA XIV e FEDERAÇÃO DE FUTEBOL SETE SOCIETY DO DF; Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação; Objeto: Realização de evento "TORNEIO ABERTO DE FUTEBOL SETE SOCIETY categoria adulto" em São Sebastião; DO VALOR: o valor do contrato é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); conforme dotação: U.O. – 09.116, Programa de Trabalho – 27.812.6206.3678-5873, Natureza Da Despesa – 3.3.90.39, Fonte de Recursos – 100; Nota de Empenho nº 2013NE00029; Vigência: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura; Assinatura: 06 de Março de 2013; Signatários: Pelo DF, Janine Rodrigues Barbosa e pela Contratada, Luiz Antonio da Cruz e Silva.

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 1/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 9/2002.

Processo: 0301.000.048/2013 Partes: DF/RA-XXI e JBR REPRESENTAÇÕES LTDA, Fundamento Legal: Convite nº 1/2013, Objeto: Obra de Construção de Calçadas nos seguintes endereços QC 04 e Avenida Riacho Fundo II – DF, conforme especificações do Edital e seus anexos. Valor total do Contrato: R\$ 147.590,91 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa reais e noventa e um centavos), Unidade Orçamentária: 09.123, Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110.9693, Natureza da Despesa: 449051 Fonte de Recursos: 100, Empenho nº: 0040/2013, Vigência: O Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, Data de assinatura: 11 de março de 2013, Signatários: Pelo Distrito Federal: GERALDA GODINHO DE SALES e pela Contratada: TALITA GOMES BARBOSA.

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 2/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002.

Processo: 0301.000.046/2013 Partes: DF/RA-XXI e RME – CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, Fundamento Legal: Convite nº 002/201, Objeto: Obra de Construção e Urbanização de Limpeza e desobstrução de Bocas de Lobo nos Endereços do –Riacho Fundo II - DF, conforme especificações do Edital e seus anexos. Valor total do Contrato: R\$ 147.655,31 (cento e quarenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos), Unidade Orçamentária: 09.123, Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110.9693, Natureza da Despesa: 449051, Fonte de Recursos: 100, Empenho nº: 0041/2013, Vigência: O Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, Data de assinatura: 11 de março de 2013, Signatários: Pelo Distrito Federal: GERALDA GODINHO DE SALES e pela Contratada: PAULO MARCELO PIAS DOS SANTOS.

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 3/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002.

Processo: 0301.000.049/2013 Partes: DF/RA-XXI e JBR REPRESENTAÇÕES LTDA, Fundamento Legal: Convite nº 003/2013, Objeto: Construção de Estacionamento na QN 14 - Riacho Fundo II – DF, conforme especificações do Edital e seus anexos. Valor total do Contrato: R\$ 147.935,40 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), Unidade Orçamentária: 9693, Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110.9693, Natureza da Despesa: 449051 Fonte de Recursos: 100, Empenho nº: 0042/2013, Vigência: O Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, Data de assinatura: 11 de março de 2013, Signatários: Pelo Distrito Federal: GERALDA GODINHO DE SALES e pela Contratada: TALITA GOMES BARBOSA.

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 4/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002.

Processo: 0301.000.054/2013 Partes: DF/RA-XXI e H.P.E. – INDÚSTRIA DE CONCRETO, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - ME, Fundamento Legal: Convite nº 004/2013,

Objeto: A Execução para Manutenção da Rede Lógica e Elétrica e Telhado do Edifício Sede e Galpão da RA XXI - Riacho Fundo II - DF, conforme especificações do Edital e seus anexos. Valor total do Contrato: R\$ 98.406,79 (noventa e oito mil quatrocentos e seis e setenta e nove centavos), Unidade Orçamentária: 9123, Programa de Trabalho: 15.451.6003.3903.9751, Natureza da Despesa: 449051, Fonte de Recursos: 100, Empenho nº: 0043/2013, Vigência: O Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, Data de assinatura: 14 de março de 2013, Signatários: Pelo Distrito Federal: GERALDA GODINHO DE SALES e pela Contratada: HERALDO PEREIRA.

### ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 03/2002. PROCESSO: 366.000.088/2013 PARTES: DF/RA-XXX, CIDADE PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de Shows artísticos para apresentação no evento “Mulher Cidadã” em Vicente Pires-DF”. Data da assinatura: 20/03/2013. Vigência do Contrato: O contrato terá vigência de 120 dias a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Valor: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 5.011 de 28/12/2012 publicada no DODF em 28/12/2013. Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO: 13.392.1300.2007-9696; FONTE DE RECURSOS: 100; CÓDIGO U.O: 16.101 NATUREZA DA DESPESA: 339039. EVENTO: 400091; NE nº 042/2013, emitida em 20/03/2013. MODALIDADE: Global; SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal: EBENEZER DA COSTA AQUINO, na qualidade de Administrador Regional, respondendo. Pela Contratada: MIGUEL MENDONÇA DE SOUSA, na qualidade de representante legal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 03/2002. PROCESSO: 366.000.088/2013 PARTES: DF/RA-XXX, CRV PRODUÇÕES DE ESPETACULOS ARTÍSTICOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de Shows artísticos para apresentação no evento “Mulher Cidadã” em Vicente Pires-DF”. Data da assinatura: 20/03/2013. Vigência do Contrato: O contrato terá vigência de 120 dias a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Valor: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 5.011 de 28/12/2012 publicada no DODF em 28/12/2013. Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO: 13.392.1300.2007-9696; FONTE DE RECURSOS: 100; CÓDIGO U.O: 16.101 NATUREZA DA DESPESA: 339039. EVENTO: 400091; NE nº 043/2013, emitida em 20/03/2013. MODALIDADE: Global; SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal: EBENEZER DA COSTA AQUINO, na qualidade de Administrador Regional, respondendo. Pela Contratada: MAURO ROBERTO DA MATA, na qualidade de representante legal.

#### RATIFICAÇÕES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 366.000.088/2013: Interessado: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RAXXX; Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTO MULHER CIDADÃ em Vicente Pires. RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a Portaria Distrital nº 11 de 26 de maro de 2010, para que adquira a eficácia necessária, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente Processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da mencionada Lei, conforme a justificativa constante dos autos em epígrafe, referente as Notas de Empenho nº 00042/2013 0 no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) em favor da empresa: CIDADE PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA. Publique-se e devolva-se a GEOFIC/RA XXX. Em, 20 de maro de 2013. Ebenezer Da Costa Aquino, Administrador Regional.

Processo: 366.000.088/2013: Interessado: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RAXXX; Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTO MULHER CIDADÃ em Vicente Pires. RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a Portaria Distrital nº 11 de 26 de maro de 2010, para que adquira a eficácia necessária, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente Processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da mencionada Lei, conforme a justificativa constante dos autos em epígrafe, referente as Notas de Empenho nº 00043/2013 0 no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) em favor da empresa: CRV PRODUÇÕES DE ESPETACULOS ARTISITICOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA. Publique-se e devolva-se a GEOFIC/RA XXX. Em, 20 de maro de 2013. Ebenezer Da Costa Aquino, Administrador Regional.

### SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

#### RATIFICAÇÕES DE DESPESA DE LICITAÇÃO

Processo: 360.000.132/2013. Assunto: Ratificação de Despesa. Tendo em vista as instruções contidas nos autos e do posicionamento da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, da autorização da despesa, reconhecendo a situação de dispensa de licitação, com fulcro no art.24, incisos VIII e XXII da Lei nº 8.666/93, para a contratação da CEB Distribuição S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.522.669/0001-92 referente às despesas com a instalação e fornecimento de energia elétrica para atender a Jornada Nacional de Lutas de Mulheres do MST, no valor de R\$ 8.467,73 (oito mil quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos). Ato que ratifico nos termos do artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e determino a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a necessária eficácia. Brasília/DF, 18 de março de 2013. Gustavo Ponce De Leon Soriano Lago - Secretário de Estado de Governo.

Processo: 360.000.145/2013. Assunto: Ratificação de Despesa. Tendo em vista as instruções contidas nos autos e do posicionamento da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, da autorização da despesa, reconhecendo a situação de dispensa de licitação, com fulcro no art.24, incisos VIII e XXII da Lei nº 8.666/93, para a contratação da Companhia Energética de Brasília - CEB, inscrita no CNPJ sob o nº 00.070.698/0001-11 referente às despesas com a iluminação da II Mostra Nacional de Produção das Margaridas, no valor de R\$ 50.499,54 (cinquenta mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Ato que ratifico nos termos do artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e determino a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a necessária eficácia. Brasília/DF, 20 de março de 2013. Gustavo Ponce De Leon Soriano Lago - Secretário de Estado de Governo.

### SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 04/2013. PROCESSO Nº 070.000.154/2013. Partes: DF/SEAGRI e ALOISIO CEZAR RABELO MACHADO. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão de Parcelamento de Crédito de Natureza não Tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. Valor: 3.976,84 (três mil novecentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. Assinatura: 11 de março de 2013. Signatários: Pelo Distrito Federal: NILTON GONÇALVES GUIMARÃES, na qualidade de Secretário-Adjunto, pelo Signatário: ALOISIO CEZAR RABELO MACHADO, na qualidade de beneficiário.

PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 05/2013. PROCESSO Nº 070.000.153/2013. Partes: DF/SEAGRI e ALOISIO CEZAR RABELO MACHADO. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão de Parcelamento de Crédito de Natureza não Tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. Valor: 4.163,41 (quatro mil cento e sessenta e três reais e quarenta e um centavos). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura. Assinatura: 11 de março de 2013. Signatários: Pelo Distrito Federal: NILTON GONÇALVES GUIMARÃES, na qualidade de Secretário-Adjunto, pelo Signatário: ALOISIO CEZAR RABELO MACHADO, na qualidade de beneficiário.

### EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

#### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo 072.000.033/2013. Favorecido: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás – CREA-GO. Valor: R\$368,87 (trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos). Objeto: Atender despesas com pagamento da anuidade do exercício de 2013. Amparo Legal: Com base no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes ao assunto, por inviabilidade de competição. Ratificação da despesa: Em, 20/03/2013, pelo ordenador de despesa: Roberto Bemfica Rubin – Presidente em Exercício, conforme prevê o artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

#### EXTRATOS DE CONTRATOS

##### TERMO DE PERMISSÃO QUALIFICAÇÃO DE USO Nº 18/2013

Contratantes: O Distrito Federal, através da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e a Empresa CHRISTIANE MENDES DANTAS – ME. Processo: 150.000385/2013; Objeto: O presente Termo tem por objeto a Permissão Qualificada de Uso da SALA DE BALLET, situado (a) no Teatro Nacional Claudio Santoro; Destinação: O imóvel, objeto do presente Termo, destina-se a realização do espetáculo/evento AUDIÇÃO PARA A SELEÇÃO DE CASTING PARA O MUSICAL NEW YORK: DREAMS OF BROADWAY. O prazo de permissão será no período de 24 de março de 2013, no horário de 12:00 às 22:00 e 31 de março de 2013, no horário das 13:00 às 22:00 horas. Valor do Contrato: R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS). Tudo de acordo com o processo acima mencionado. Data da Assinatura: 20 de março de 2013; Signatários: pela Cedente: HAMILTON PEREIRA DA SILVA, pela Permissionária: CRISTIANE MENDES DANTAS.

##### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 01/2002.

PROCESSO: 150.000308/2013. CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes: O DISTRITO FEDERAL, através da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.658.028/0001-09, com sede no Setor Cultural Norte, Via N2, Anexo do Teatro Nacional Cláudio Santoro, representada por HAMILTON PEREIRA, na qualidade de Secretário de Estado de Cultura, conforme delegação de competência outorgada pelo Senhor Governador, através do Decreto de 01 de janeiro de 2011, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, e a empresa APOLO AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., doravante denominada Contratada, CNPJ n.º

26.423.228/0001-88, com sede no Setor de Habitações Coletivas Sul Comércio local Quadra 415 bloco D loja 34 – Asa Sul – Brasília- DF, neste ato representado por LUCAS DE LIMA MAIA, portador (a) do CPF nº 007.050.011-80, na qualidade de representante legal. CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, por vias aéreas e terrestres, no âmbito nacional e internacional, compreendendo emissão, reserva e entrega de bilhetes de passagens, atendimento em aeroportos e afins, no total de 110 (cento e dez) cotas, para atender esta Secretaria de Estado de Cultura do DF, durante o exercício de 2013, consoante especifica o Edital do Pregão Presencial nº 014/2012-SEPLAG e seus Anexos, da Ata de Registro de Preços nº 002A/2012, da Proposta de Preços e da Lei 8.666, de 21.06.93. CLÁUSULA QUINTA – Do Valor: 5.1 – O valor total do Contrato é estimado em R\$110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS), procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária: 6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 16101; II – Programa de Trabalho: 13.122.6002.8517.9634; III – Natureza de Despesa: 33.90.33; IV – Fonte de Recursos: 100; O empenho inicial é de R\$40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS) conforme Nota de Empenho nº 0188/2013, emitida em 08/03/2013, sob o evento n.º 400091, na modalidade estimativo. CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo: O Contrato terá prazo de vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2013. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor: O Distrito Federal, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA A SECRETARIA, através do seu Ordenador de Despesa, designa a servidora CARLA NOGUEIRA QUEIROZ, matrícula nº 0030482-4, CPF nº 343.450.351-04, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro: A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento por esta Secretaria. DATA DA ASSINATURA: 12 de fevereiro de 2013; SIGNATÁRIOS; p/DISTRITO FEDERAL: HAMILTON PEREIRA DA SILVA, p/CONTRATADO: LUCAS DE LIMA MAIA.

RESULTADO FINAL DAS ETAPAS DE MÉRITO CULTURAL E CAPACIDADE DE GESTÃO DO PROPONENTE DAS PROPOSTAS INSCRITAS NA SELEÇÃO PÚBLICA DE QUE TRATA O EDITAL Nº 7/2012 DA FINALIDADE DE DIFUSÃO E CIRCULAÇÃO A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, observado o Edital nº 7/2012-SeCult, torna público o resultado final, após recursos, das etapas de mérito cultural e capacidade de gestão do proponente das propostas inscritas no processo seletivo. Consta do resultado, o nome do proponente, o número da proposta, a habilitação ou inabilitação na etapa de mérito cultural e a habilitação ou inabilitação na etapa de análise da capacidade de gestão do proponente, nos seguintes termos:

Proponente - Proposta - Nota Mérito Cultural - Resultado Mérito Cultural - Resultado Capacidade de Gestão; Academia e Escola de Dança Noara Beltrami - 88568 - 666 - Habilitado – Habilitado; Alessandra Pontes Roscoe - 88960 - 770 - Habilitado – Habilitado; Alessandra Rosa de Carvalho - 88859 - 710 - Habilitado – Habilitado; Alínea 11 - 90386 - 566 - Inabilitado - -; Alysson Diego Mendes Camargo - 89269 - 633 - Habilitado – Habilitado; Anabel Lopes da Silva - 89716 - 738 - Habilitado – Habilitado; Anderson Ferreira Floriano - 89557 - 662 - Habilitado – Habilitado; André Freire Naves - 89725 - 755 - Habilitado – Habilitado; Ankomárcio Saúde Rodrigues - 90360 - 735 - Habilitado – Habilitado; Antonio Rivaldo Santana Filho - 89505 - 605 - Habilitado – Habilitado; Ari Rodrigues de Barros - 88875 - 879 - Habilitado – Habilitado; Arteviva Produções Artísticas Ltda. - 88677 - 781 - Habilitado – Habilitado; Asacine Produções Ltda. EPP - 88504 - 774 - Habilitado – Habilitado; Associação Cultural Cláudio Santoro - 89449 - 790 - Habilitado – Habilitado; Biroaldo da Costa - 90507 - 765 - Habilitado – Habilitado; Bruno Batista Ribeiro - 89704 - 643 - Habilitado – Habilitado; Bruno Estrela Godinho - 90470 - 591 - Inabilitado - -; Bruno Wilker Pires Cardoso - 88499 - 503 - Inabilitado - -; Caio Rodrigo de Araújo Porto - 88475 - 480 - Inabilitado - -; Carlos Alberto Coelho Junior - 88569 - 735 - Habilitado – Habilitado; Carlos Alberto Mendes de Sousa - 89251 - 761 - Habilitado – Habilitado; Carlos Atawallpa Coello Chavez - 90609 - 675 - Habilitado – Habilitado; Carolina Carneiro da Cunha Piedade - 89810 - 648 - Habilitado – Habilitado; Celso Ribeiro Bastos Filho - 89782 - 685 - Habilitado – Habilitado; Celso Ribeiro Bastos Filho - 89988 - 695 - Habilitado – Habilitado; Circo Circuito Rural Circulação Regional - 89014 - 827 - Habilitado – Habilitado; Clara Figueirôa de Moraes - 89931 - 719 - Habilitado – Habilitado; Clarice Gonçalves Lima - 88737 - 770 - Habilitado – Habilitado; Cleuberth Santana Bandeira - 88453 - 547 - Inabilitado - -; Clóvis Coelho Ribeiro - 89189 - 695 - Habilitado – Habilitado; Clube do Violeiro Caipira de Brasília - 90006 - 857 - Habilitado – Habilitado; Cristiane Gomes Dias - 88493 - 421 - Inabilitado - -; Daniel Santos e Costa - 89769 - 564 - Inabilitado - -; Daniel Sarkis Campos - 89015 - 807 - Habilitado – Habilitado; Dayvisson Roberto Rocha - 88565 - 663 - Habilitado – Habilitado; Denise Conceição Ferraz de Camargo - 90519 - 780 - Habilitado – Habilitado; Diego de León Almeida de Souza - 88928 - 716 - Habilitado – Habilitado; Edna Ellen Oliveira Pereira - 90652 - 718 - Habilitado – Habilitado; Eliane do Carmo Moura Sobrinho - 88567 - 593 - Inabilitado - -; Eliane Queiroz de Brito - 89540 - 634 - Habilitado – Habilitado; Elimar Pereira da Silva - 90392 - 805 - Habilitado – Habilitado; Elison Oliveira Franco - 89549 - 761 - Habilitado – Habilitado; Emerson Rodrigues Dourado - 90384 - 771 - Habilitado – Habilitado; Erica Lana Oliveira Pereira - 90515 - 665 - Habilitado – Habi-

litado; Erika Romana Moreira Mesquita - 89299 - 615 - Habilitado – Habilitado; Fabiano Medeiros da Costa - 90497 - 750 - Habilitado – Habilitado; Fábio Alexandre Alberto Teixeira Alberto - 88664 - 619 - Habilitado – Habilitado; Fábio Alexandre Alberto Teixeira Alberto - 89683 - 700 - Habilitado – Habilitado; Fabíola Resende - 89057 - 865 - Habilitado – Habilitado; Fabricio Monteiro Ferreira - 88801 - 786 - Habilitado – Habilitado; Fernanda Gomes Alpino Rodrigues - 89146 - 741 - Habilitado – Habilitado; Fernando Bueno e Silva Jatobá - 88738 - 606 - Habilitado – Habilitado; Flavio Luis da Silva - 89214 - 800 - Habilitado – Habilitado; Francisco Clailton Alves de Abrantes - 90614 - 643 - Habilitado – Habilitado; Francisco de Assis Silva - 90088 - 785 - Habilitado – Habilitado; Gabriel de Araújo Grossi - 89971 - 633 - Habilitado – Habilitado; Gabriel de Araújo Grossi - 90429 - 735 - Habilitado – Habilitado; Gabriel Preusse Martins - 90270 - 800 - Habilitado – Habilitado; Gabriela Fernandes Onanga - 89548 - 650 - Habilitado – Habilitado; Geovane Batista dos Santos - 88354 - 609 - Habilitado – Habilitado; Griô Produções Culturais Ltda - ME - 89096 - 820 - Habilitado – Habilitado; Grupo de Teatro Mamulengo Presepada - 89077 - 785 - Habilitado – Habilitado; Grupo Via Sacra ao Vivo de Planaltina - DF - 89509 - 839 - Habilitado – Habilitado; Hosana Epaminondas Bezerra - 90432 - 610 - Habilitado – Habilitado; Ian Costa Sena - 88621 - 551 - Inabilitado - -; Ian Costasena - 89944 - 611 - Habilitado – Habilitado; Iano Martinez Fazio - 90118 - 681 - Habilitado – Habilitado; Instituto Mosaico de Arte, Cultura e Cidadania - 89128 - 751 - Habilitado – Habilitado; Isa Laranjeira Fortes - 90433 - 715 - Habilitado – Habilitado; Isabela Levi Paranhos - 89612 - 475 - Inabilitado - -; Janaina Silva André - 89768 - 728 - Habilitado – Habilitado; Janette Ribeiro Dornellas - 88899 - 785 - Habilitado – Habilitado; Jean Carlos dos Santos Linhares - 88495 - 617 - Habilitado – Habilitado; Jeferson Dimas Rocha - 88566 - 608 - Habilitado – Habilitado; Joaley de Almeida Lemos - 90251 - 775 - Habilitado – Habilitado; João Batista Filinto Rosa - 89086 - 591 - Inabilitado - -; João Santana Mauer - 89910 - 755 - Habilitado – Habilitado; Jorge Lisboa Antunes - 88098 - 585 - Inabilitado - -; Jorge Luiz Bento Crespo - 90120 - 651 - Habilitado – Habilitado; Jorge Luiz Bento Crespo - 90207 - 741 - Habilitado – Habilitado; José Ricardo Pereira dos Santos - 89840 - 617 - Habilitado – Habilitado; Juliana Lenzi Castro - 88561 - 745 - Habilitado – Habilitado; Júlio Marcio Barreto Freire - 90042 - 665 - Habilitado – Habilitado; Juraci Moura Matos - 89247 - 685 - Habilitado – Habilitado; Katianne da Conceição Barbosa Lima - 88347 - 734 - Habilitado – Habilitado; Katianne da Conceição Barbosa Lima Leão - 88932 - 629 - Habilitado – Habilitado; Lívia Maria Leal - 89666 - 885 - Habilitado – Habilitado; Lívia martins fernandez - 89412 - 656 - Habilitado – Habilitado; Lourdes Cabral Piantino - 89675 - 584 - Inabilitado - -; Luan Fonteles Ribeiro - 89723 - 663 - Habilitado – Habilitado; Lúcia Helena Corrêa da Fonseca - 89858 - 764 - Habilitado – Habilitado; Lúcia Helena Corrêa da Fonseca - 89901 - 751 - Habilitado – Habilitado; Luciana Pereira Fernandes - 90371 - 785 - Habilitado – Habilitado; Luiz Henrique Arantes Araújo Olivieri - 90295 - 601 - Habilitado – Habilitado; Manuela Castelo Branco de Oliveira Cardoso - 89806 - 745 - Habilitado – Habilitado; Marcel de Almeida Papa - 88736 - 645 - Habilitado – Habilitado; Marcelo Abreu da Silva - 89738 - 683 - Habilitado – Habilitado; Marcelo Barki Pedreira - 90590 - 770 - Habilitado – Habilitado; Marcelo Simon Manzatti - 90552 - 785 - Habilitado – Habilitado; Marco Augusto de Rezende - 89930 - 751 - Habilitado – Habilitado; Maria Carolina Machado Mello de Sousa Borém - 89880 - 607 - Habilitado – Habilitado; Marileia Hillesheim - 90611 - 626 - Habilitado – Habilitado; Marileia Hillesheim - 90644 - 727 - Habilitado – Habilitado; Marília de Abreu - 89734 - 775 - Habilitado – Habilitado; Mário César Noia de Assis - 88909 - 686 - Habilitado – Habilitado; Mário César Noia de Assis - 89748 - 615 - Habilitado – Habilitado; Matéria Primma - 88935 - 801 - Habilitado – Habilitado; Michele Milani - 89790 - 765 - Habilitado – Habilitado; Miguel Manoel da Silva - 89885 - 825 - Habilitado – Habilitado; Naná Maris Produções Culturais - 90518 - 635 - Habilitado – Habilitado; Ney Milhomem Filho - 90479 - 605 - Habilitado – Habilitado; Nilson Rodrigues da Fonseca - 90188 - 721 - Habilitado – Habilitado; Olivier Bernard Georges Boëls - 88837 - 790 - Habilitado – Habilitado; Onã da Silva Apolinário - 90025 - 595 - Inabilitado - -; Otávio Damichel Marques - 90613 - 455 - Inabilitado - -; Patrícia Lúcia Mércio da Silveira Sá - 89831 - 624 - Habilitado – Habilitado; Paulo Roberto Dias da Silva - 90381 - 490 - Inabilitado - -; Pedro Barbosa Batista - 88474 - 725 - Habilitado – Habilitado; Pedro Felipe da Silva Ribeiro - 89587 - 720 - Habilitado – Habilitado; Pedro Lima de Aguiar Silveira - 90629 - 654 - Habilitado – Habilitado; Pedro Lima de Aguiar Silveira - 90643 - 641 - Habilitado – Habilitado; Rafael Rocha Souza - 89887 - 618 - Habilitado – Habilitado; Raissa Merielle Oliveira Saraiva - 89013 - 628 - Habilitado – Habilitado; Raphael Kenji Falcão Matsunaga - 89691 - 633 - Habilitado – Habilitado; Roberto Nunes Corrêa - 88755 - 745 - Habilitado – Habilitado; Rodrigo Stelio Guilherme da Silva - 89746 - 765 - Habilitado – Habilitado; Rogério Almeida de Souza Júnior - 89482 - 761 - Habilitado – Habilitado; Rosana Loren Campos Vasconcelos - 88870 - 685 - Habilitado – Habilitado; Samuel Araújo Ramos - 89406 - 695 - Habilitado – Habilitado; Sara Goulart Vieira - 90651 - 715 - Habilitado – Habilitado; Sérgio Luis Maggio Souza Santos - 89441 - 806 - Habilitado – Habilitado; Soraia Maria Silva - 89658 - 728 - Habilitado – Habilitado; Tereza Cristina Sobral Rolemberg - 89977 - 771 - Inabilitado - -; Tereza Cristina Sobral Rolemberg - 90597 - 771 - Habilitado – Habilitado; Tiago Alvaro Palma - 89059 - 687 - Habilitado – Habilitado; Tiago de Sá Haag - 89051 - 626 - Habilitado – Habilitado; Tiago de Sá Haag - 90527 - 601 - Habilitado – Habilitado; Tiago Medeiros da Silva - 90303 - 711 - Habilitado – Habilitado; Tiago Nery Borges - 88987 - 751 - Habilitado – Habilitado; Tiago Teixeira Sousa - 90502 - 577 - Inabilitado - -; Túlio Pereira da Silva - 89201 - 634 - Habilitado – Habilitado; Túlio Pereira da Silva - 89203 - 619 - Habilitado

– Habilitado; Usina Club - 90316 - 695 - Habilitado – Habilitado; Victor Moreira Angeleas - 89501 - 703 - Habilitado – Habilitado; Visleine Reis Barbosa - 89158 - 761 - Habilitado – Habilitado; Waldir Jacques Medeiros - 88693 - 568 - Inabilitado - -; Wilson Luiz Granja do Prado - 90178 - 734 - Habilitado – Habilitado.

#### 1 DOS PROJETOS CONTEMPLADOS

##### 1.1 Da linguagem Artes Visuais

1.1.1 Da modalidade Projetos (coletivos, individuais, intervenções urb.) Módulo I (até R\$ 100.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89013 - Raisa Merielle Oliveira Saraiva - R\$91.834,01 - 628 – 1; 90432 - Hosana Epaminondas Bezerra - R\$82.482,00 - 610 – 2.

1.1.2 Da modalidade Projetos (coletivos, individuais, intervenções urb.) Módulo II (até R\$ 190.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89214 - Flavio Luis da Silva - R\$189.964,74 - 800 – 1; 88837 - Olivier Bernard Georges Boëls - R\$156.785,77 - 790 – 2.

##### 1.2 Da linguagem Cinema

1.2.1 Da modalidade Festivais, encontros e mostras (até R\$ 150.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88801 - Fabricio Monteiro Ferreira - R\$149.321,81 - 786 – 1; 90188 - Nilson Rodrigues da Fonseca - R\$139.270,00 - 721 – 2.

1.2.2 Da modalidade Lançamento de Longa Metragem (até R\$ 150.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88504 - Asacine Produções Ltda. EPP - R\$149.995,12 - 774 – 1.

##### 1.3 Da linguagem Circo

1.3.1 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89725 - André Freire Naves - R\$46.193,86 - 755 – 1; 89806 - Manuela Castelo Branco de Oliveira Cardoso - R\$49.770,95 - 745 – 2; 90360 - Ankomácio Saúde Rodrigues - R\$49.800,00 - 735 – 3.

1.3.2 Da modalidade Circulação Regional (até R\$ 90.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89014 - Circo Circuito Rural Circulação Regional - R\$78.144,25 - 827 – 1; 89299 - Erika Romana Moreira Mesquita - R\$81.187,14 - 615 – 2.

1.3.3 Da modalidade Circulação Nacional (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89548 - Gabriela Fernandes Onanga - R\$112.777,00 - 650 – 1.

1.3.4 Da modalidade Festivais, encontros e mostras (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 90609 - Carlos Atawallpa Coello Chavez - R\$250.000,00 - 675 – 1.

##### 1.4 Da linguagem Cultura Popular

1.4.1 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89057 - Fabíola Resende - R\$49.997,60 - 865 – 1; 89885 - Miguel Manoel da Silva - R\$49.973,42 - 825 – 2; 90392 - Elimar Pereira da Silva - R\$39.275,01 - 805 – 3; 90088 - Francisco de Assis Silva - R\$49.990,00 - 785 – 4.

1.4.2 Da modalidade Circulação Nacional (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 90433 - Isa Laranjeira Fortes - R\$116.830,00 - 715 – 1.

1.4.3 Da modalidade Festivais, encontros, mostras e calendário continuado de celebrações tradicionais (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88875 - Ari Rodrigues de Barros - R\$236.600,70 - 879 – 1; 90006 - Clube do Violeiro Caipira de Brasília - R\$245.935,06 - 857 – 2.

##### 1.5 Da linguagem Dança

1.5.1 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89658 - Soraia Maria Silva - R\$40.097,40 - 728 – 1; 90515 - Erica Lana Oliveira Pereira - R\$49.956,00 - 665 – 2.

1.5.2 Da modalidade Circulação Nacional (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89406 - Samuel Araújo Ramos - R\$109.071,00 - 695 – 1.

1.5.3 Da modalidade Festivais mostras, seminários, foruns - Módulo II (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89449 - Associação Cultural Cláudio Santoro - R\$243.589,65 - 790 – 1.

1.5.3 Da modalidade Multiárea (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89790 - Michele Milani - R\$250.000,00 - 765 – 1; 88561 - Juliana Lenzi Castro - R\$250.000,00 - 745 – 2.

##### 1.6 Da linguagem Literatura

1.6.1 Da modalidade Evento literário (feiras, encontros, seminários) Módulo I (até R\$ 150.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88960 - Alessandra Pontes Roscoe - R\$149.510,56 - 770 – 1; 89716 - Anabel Lopes da Silva - R\$149.953,01 - 738 – 2.

1.6.2 Da modalidade Projetos de incentivo a leitura em mídias (até R\$ 35.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89944 - Ian Costasena - R\$35.000,00 - 611 – 1.

##### 1.7 Da linguagem Música

1.7.1 Da modalidade Circuito de Feiras (até R\$ 150.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88474 - Pedro Barbosa

Batista - R\$150.000,00 - 725 – 1.

1.7.2 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89666 - Livia Maria Leal - R\$76.776,00 - 885 – 1; 90270 - Gabriel Preusse Martins - R\$80.000,00 - 800 – 2; 90371 - Luciana Pereira Fernandes - R\$71.630,94 - 785 – 3.

1.7.3 Da modalidade Circulação Nacional (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89015 - Daniel Sarkis Campos - R\$179.651,42 - 807 – 1.

1.7.4 Da modalidade Lançamento e Distribuição de CD/DVD (até R\$ 30.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 90429 - Gabriel de Araújo Grossi - R\$29.901,06 - 735 – 1; 89683 - Fábio Alexandre Alberto Teixeira Alberto - R\$30.000,00 - 700 – 2; 89810 - Carolina Carneiro da Cunha Piedade - R\$30.000,00 - 648 – 3; 88664 - Fábio Alexandre Alberto Teixeira Alberto - R\$30.000,00 - 619 – 4; 89748 - Mário César Noia de Assis - R\$28.976,60 - 615 – 5.

##### 1.8 Da linguagem Óperas e Musicais

1.8.1 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88899 - Janette Ribeiro Dornellas - R\$119.678,40 - 785 – 1; 89931 - Clara Figueirôa de Moraes - R\$119.907,00 - 719 – 2; 90651 - Sara Goulart Vieira - R\$120.000,00 - 715 – 3.

##### 1.9 Da linguagem Teatro

1.9.1 Da modalidade Apoio a Temporada (até R\$ 30.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89146 - Fernanda Gomes Alpino Rodrigues - R\$29.993,73 - 741 – 1; 90643 - Pedro Lima de Aguiar Silveira - R\$29.995,24 - 641 – 2.

1.9.2 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 90384 - Emerson Rodrigues Dourado - R\$50.000,00 - 771 – 1; 90597 - Tereza Cristina Sobral Rolemberg - R\$50.000,00 - 771 – 2; 89549 - Elison Oliveira Franco - R\$49.980,00 - 761 – 3; 89482 - Rogério Almeida de Souza Júnior - R\$50.000,00 - 761 – 4; 89158 - Visleine Reis Barbosa - R\$45.000,00 - 761 – 5; 89128 - Instituto Mosaico de Arte, Cultura e Cidadania - R\$48.000,00 - 751 – 6; 88987 - Tiago Nery Borges - R\$50.000,00 - 751 – 7; 90207 - Jorge Luiz Bento Crespo - R\$50.000,00 - 741 – 8; 90178 - Wilson Luiz Granja do Prado - R\$50.000,00 - 734 – 9; 89412 - Livia Martins Fernandez - R\$49.984,05 - 656 – 10.

1.9.3 Da modalidade Circulação Regional (até R\$ 90.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89901 - Lúcia Helena Corrêa da Fonseca - R\$89.223,58 - 751 – 1; 90303 - Tiago Medeiros da Silva - R\$66.717,58 - 711 – 2.

1.9.4 Da modalidade Circulação Nacional (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89441 - Sérgio Luis Maggio Souza Santos - R\$120.000,00 - 806 – 1; 88347 - Katianne da Conceição Barbosa Lima - R\$115.000,00 - 734 – 2; 88928 - Diego de León Almeida de Souza - R\$119.581,66 - 716 – 3.

1.9.5 Da modalidade Eventos (mostras e festivais) Módulo I (até R\$ 150.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota - Colocação; 89858 - Lúcia Helena Corrêa da Fonseca - R\$148.646,98 - 764 – 1; 89251 - Carlos Alberto Mendes de Sousa - R\$149.709,66 - 761 – 2.

1.9.6 Da modalidade Eventos (mostras e festivais) Módulo II (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88935 - Matéria Prima - R\$247.693,40 - 801 – 1.

#### 2 DOS PROJETOS CONTEMPLADOS APÓS REMANEJAMENTO

##### 2.1 Da linguagem Artes Visuais

2.1.1 Da modalidade Projetos (coletivos, individuais, intervenções urb.) Módulo II (até R\$ 190.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 90519 - Denise Conceição Ferraz de Camargo - R\$188.349,30 - 780 – 3; 88737 - Clarice Gonçalves Lima - R\$189.712,58 - 770 – 4; 89768 - Janaína Silva André - R\$189.440,08 - 728 – 5; 89587 - Pedro Felipe da Silva Ribeiro - R\$157.997,44 - 720 – 6.

##### 2.2 Da linguagem Cultura Popular

2.2.1 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 90251 - Joaley de Almeida Lemos - R\$49.200,00 - 775 – 5; 89734 - Marília de Abreu - R\$49.963,87 - 775 – 6; 89910 - João Santana Mauger - R\$49.938,00 - 755 – 7.

2.2.2 Da modalidade Festivais, encontros, mostras e calendário continuado de celebrações tradicionais (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 89509 - Grupo Via Sacra ao Vivo de Planaltina - DF - R\$239.661,18 - 839 – 3; 89096 - Griô Produções Culturais Ltda - ME - R\$245.640,00 - 820 – 4; 89077 - Grupo de Teatro Mamulengo Presepada - R\$246.797,36 - 785 – 5; 90552 - Marcelo Simon Manzatti - R\$249.893,19 - 785 – 6.

##### 2.3 Da linguagem Dança

2.3.1 Da modalidade Festivais mostras, seminários, foruns - Módulo II (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota – Colocação; 88569 - Carlos Alberto Coelho Junior - R\$250.000,00 - 735 – 2; 90316 - Usina Club - R\$249.991,00 - 695 – 3; 88568 - Academia e Escola de Dança Noara Beltrami - R\$250.000,00 - 666 – 4.

##### 2.4 Da linguagem Música

2.4.1 Da modalidade Circulação DF e Entorno (até R\$ 50.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota - Colocação; 89746 - Rodrigo Stelio

Guilherme da Silva - R\$77.672,00 - 765 - 4.

2.4.2 Da modalidade Circulação Nacional (até R\$ 120.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota - Colocação; 90590 - Marcelo Barki Pedreira - R\$179.747,75 - 770 - 2; 90507 - Biroaldo da Costa - R\$179.971,60 - 765 - 3.

2.5 Da linguagem Teatro

2.5.1 Da modalidade Eventos (mostras e festivais) Módulo II (até R\$ 250.000,00)

Proposta - Nome do Proponente - Valor (após glosa) - Nota - Colocação; 88677 - Arteviva Produções Artísticas Ltda. - R\$250.000,00 - 781 - 2.

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

3.1 Nos termos do item 10.11 do Edital, os proponentes beneficiados com a concessão de apoio financeiro deverão comparecer ao Fundo de Apoio à Cultura, sito na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetivar retirada de ofício para abertura de conta corrente junto ao Banco Regional de Brasília - BRB, abertura da conta e comprovação de abertura, não havendo possibilidade de prorrogação do prazo para execução de qualquer destas etapas, salvo na hipótese de o beneficiário estar impedido de receber recursos, nos termos dos itens seguintes, caso em que poderá proceder, independentemente de notificação e superados os impedimentos, a realização dos atos de que trata este item, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da extinção da causa de impedimento.

3.2 No prazo de 30 dias, nos termos do art. 49, Anexo I, do Decreto 31.414/2010, o proponente deverá comprovar o cumprimento dos requisitos constantes do art. 48, Anexo I, do Decreto 31.414/2010, sob pena de decaimento do direito de firmar contrato com o FAC.

Brasília/DF, 20 de março de 2013.

MIGUEL RIBEIRO

Secretário de Cultura Substituto

#### RATIFICAÇÕES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo nº 150.000378/2013, com fulcro no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, reconheceu a dispensa de licitação em favor da empresa GRIO PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA., no valor de R\$2.000,00 (DOIS MIL REAIS), destinados a despesa com a contratação artística da Cantora NĀNAM MATOS, que se apresentará no dia 21 de março de 2013, no Estacionamento do Estádio Bezerrão, no Gama, dentro da programação do DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, e, em consequência, autorizou o empenho da despesa e a realização do pagamento. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Subsecretário de Administração Geral e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 20 de março de 2013. HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Estado de Cultura.

O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo nº 150.000317/2013, com fulcro no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, reconheceu a dispensa de licitação em favor da empresa OSSOS DO OFICIO CONFRARIA DAS ARTES, no valor de R\$25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), destinados a despesa com a contratação artística dos Repentistas; ACRÍZIO DE FRANÇA, no valor de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS); JONAS ANDRADE, no valor de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS); JONAS BEZERRA, no valor de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS); DONZÍLIO LUIZ, no valor de R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS); JOÃO NETO, no valor de R\$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS); VALDENOR DE ALMEIDA, no valor de R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) e ZÉ DO CERRADO, no valor de R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), que se apresentarão no dia 29 de março de 2013, na Casa do Cantador, na Ceilândia, dentro da programação da 2ª EDIÇÃO DO PROJETO SEXTA DO REPENTE - 2013, e, em consequência, autorizou o empenho da despesa e a realização do pagamento. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Subsecretário de Administração Geral e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 20 de março de 2013. HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Estado de Cultura.

O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo nº 150.000380/2013, com fulcro no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, reconheceu a dispensa de licitação em favor da empresa CLEISON ANTONIO DOS SANTOS - 38134721168, no valor de R\$4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS), destinados a despesa com a contratação artística de CLEYSON E BANDA, que se apresentará no dia 21 de março de 2013, no Estacionamento do Estádio Bezerrão, no Gama, dentro da programação do DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, e, em consequência, autorizou o empenho da despesa e a realização do pagamento. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Subsecretário de Administração Geral e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 20 de março de 2013. HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Estado de Cultura.

O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo nº 150.000377/2013, com fulcro no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, reconheceu a dispensa de licitação em favor do Senhor EMERSON MIRANDA OLIVEIRA, no valor de R\$15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), destinados a despesa com a contratação artística da banda CHIKITA

BAKANA, que se apresentará no dia 21 de março de 2013, no Estacionamento do Estádio Bezerrão, no Gama, dentro da programação do DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, e, em consequência, autorizou o empenho da despesa e a realização do pagamento. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Subsecretário de Administração Geral e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 20 de março de 2013. HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Estado de Cultura.

O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo nº 150.000375/2013, com fulcro no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, reconheceu a dispensa de licitação em favor da empresa JOSE RICARDO PEREIRA DOS SANTOS - MEI, no valor de R\$2.100,00 (DOIS MIL E CEM REAIS), destinados a despesa com a contratação artística de RICARDO PINDURA, que se apresentará no dia 21 de março de 2013, no Estacionamento do Estádio Bezerrão, no Gama, dentro da programação do DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, e, em consequência, autorizou o empenho da despesa e a realização do pagamento. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Subsecretário de Administração Geral e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 20 de março de 2013. HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Estado de Cultura.

O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria, tendo em vista a justificativa apresentada pela área técnica e o parecer favorável da Assessoria Jurídico-Legislativa, no processo nº 150.000390/2013, com fulcro no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, reconheceu a dispensa de licitação em favor da empresa ENGENHO DA ARTE EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA., no valor de R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS), destinados a despesa com a contratação artística do Artista TIAGO FLROES, convidado para apresentação como Maestro no Concerto do dia 19 de março de 2013, na Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, dentro da Programação da ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLAUDIO SANTORO, e, em consequência, autorizou o empenho da despesa e a realização do pagamento. Nos termos do Art. 26 da mesma Lei nº 8.666/1993, ratifiquei o ato do Subsecretário de Administração Geral e determinei a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquirisse a necessária eficácia. Em 19 de março de 2013. HAMILTON PEREIRA DA SILVA, Secretário de Estado de Cultura.

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2011.

Processo: 080.008317/2010; Edital de Licitação - Pregão Presencial nº 17/2010 - MPF/PGR-SRP, Ata de Registro de Preços nº 01/2010 - Secretaria de Administração - PGR; Partes: SEDF X CLARO S.A.; Objeto: prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 15/02/2013, o prazo de vigência do Contrato nº 05/2011. Unidade Orçamentária: 180101 / Programa de Trabalho: 12.122.6002.8517.0036 / Natureza da Despesa: 3.3.90.39 / Fonte de Recurso: 100; Unidade Gestora: 160101. Gestão: 00001. Nota de Empenho inicial nº 2013NE00373-SEDF, Valor: R\$ 65.765,82 (sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), Data: 15/02/2013. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias a partir de 15/02/2013. Assinatura: 15/02/2013; Assinantes: P/SEDF: Denilson Bento da Costa. - P/CLARO S.A.: Jacinto Luiz Miotto Neto e Ricardo Cesar de Oliveira. Valor do acréscimo: R\$ 65.765,82 (sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Valor Total do Contrato: R\$ 328.829,32 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos).

## SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo: 080.008020/2012 Assunto: Aplicação de Penalidade. À vista das instruções contidas nos autos e tendo em vista o disposto no Artigo 5º da portaria nº 121, de 24 de março de 2009, com fulcro no artigo 87, incisos I e II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e artigos 2º e 4º, inciso IV do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 26.993 de 12 de julho de 2006, o Subsecretário de Administração Geral, RESOLVE: APLICAR MULTA no valor de R\$ 742,47 (setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), à empresa RL COMERCIAL SERVICE LTDA-ME, pela inexecução na entrega dos produtos. Washington Luiz Sousa Sales - Subsecretário de Administração Geral.

## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 040.004.067/2012. Interessado: SUTIC/SEF. Assunto: Inexigibilidade de Licitação - contratação direta da Empresa SOFTWARE AG BRASIL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA. Com base no despacho da Subsecretária de Administração Geral - SUAG/SEF, constante dos autos, ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação, com amparo no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, em favor da Empresa SOFTWARE AG BRASIL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.594.862/0001-

39, no valor total de R\$ 520.997,88 (quinhentos e vinte mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), objetivando a contratação de serviços de atualização e suporte técnico remoto na plataforma NATURAL/ADABAS, conforme Projeto Básico constante às fls. 155-164 e Parecer nº 1.448/2012-PROCAD/PGDF. Publique-se e encaminhe-se a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SEF, para as devidas providências. Brasília, 21 de março de 2013. Adonias dos Reis Santiago, Secretário de Estado de Fazenda.

## **SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DIRETORIA DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES**

### **RETIFICAÇÃO**

No Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 05/2013 – UASG 974002, publicado no DODF nº 57, de 20/03/2013, página 31, ONDE SE LÊ: “... Abertura das propostas: dia 04/03/2013 às 9h no site [http://www.comprasnet.gov.br/...](http://www.comprasnet.gov.br/)”, LEIA-SE: “... Abertura das propostas: dia 04/04/2013 às 9h no site [http://www.comprasnet.gov.br/...](http://www.comprasnet.gov.br/)”. Processo 040.000.252/2013-SEF/DF.

## **SUBSECRETARIA DA RECEITA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE BRASÍLIA**

### **EDITAL Nº 05, DE 20 DE MARÇO DE 2013.**

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE BRASÍLIA, DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 22 do Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005 e/ou art. 28 do Decreto nº 18.955, de 24 de dezembro de 1997, RESOLVE:

INDEFERIR os pedidos de baixa de inscrição a seguir listados por número de processo, contribuinte, CF/DF, em virtude de não atendimento de notificação para complementação de documentos necessários à análise do pedido, nos termos do item 12 da Ordem de Serviço nº 11, de 14/04/04, com a redação dada pela Ordem de Serviço nº 33, de 23/11/2006: 127.009574/2012, AD HOC NET SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA, 07.485.397/001-09; 127.005244/2012, MARICIANO LEÃO E MAFFISSONI ADVOGADOS ASSOCIADOS SS, 07.473.886/001-10.

RICARDO PASSOS SANTOS

## **AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO SIA**

### **EDITAL Nº 05, DE 21 DE MARÇO DE 2013.**

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO SIA, DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e de suas atribuições regimentais, CONCEDE com base nos artigos 27A e 27B do Decreto nº 18.955/1997 e/ou dos artigos 20 e 21 do Decreto nº 25.508/2005, Regime de Paralisação Temporária para os contribuintes abaixo relacionados: Nº. Processo, CFDF, Razão Social, Período de Paralisação: 043.000.351/2013, 07.579.993/001-89, Gilmar Castelo Branco, 18/09/2012 a 15/03/2013; 07.374.345/001-47, Maria de Fátima Gomes Marques-me, 27/12/2012 a 01/12/2014; 07.478.280/001-08, Maria Barbosa Dias-me, 14/01/2013 a 10/07/2013; 07.445.354/001-91, Hb Automóveis LTDA-me, 20/02/2013 a 10/02/2014; 07.624.494/001-01, Roberta Couto Bacelar-me, 01/02/2013 a 14/01/2015; 07.623.265/001-24, Reva Comércio e Distribuidora de Materiais de Construção LTDA, 28/12/2012 a 13/12/2014; 07.535.848/001-05, Sli Comércio de Tintas LTDA, 01/12/2012 a 14/11/2014.

DENISE PACHECO SANDIM

### **EDITAL Nº 06, DE 21 DE MARÇO DE 2013.**

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO SIA, DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 7º e no inciso III, §§ 1º e 2º do Decreto nº 33.269, de 18 de outubro de 2011, TORNA PÚBLICO que o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) na seguinte ordem: PROCESSO, CONTRIBUINTE E ASSUNTO, fica(m) CIENTIFICADO(S) da conclusão do(s) processo(s). Considera(m)-se realizada(s) a ciência em 15(quinze) dias após a publicação do presente edital. O(s) referido(s) processo(s) ficará(ão) à disposição do(s) interessado(s) ou representante(s) legalmente constituído(s) por 30 (trinta) dias nesta Agência de Atendimento da Receita SIA, localizada no SIA Trecho 08 Lote 275/285, no horário de 12:30 às 18:30 horas. Findo este prazo, o(s) mesmo(s) será(ão) levado(s) a arquivo. 043.004054/2012, Dinalva de Queiroz Alves, Isenção IPVA; 127.010511/2012, Nivaldo Grassi Araújo, Redução de Alíquota de IPTU; 043.004604/2012, Vânia Santos Garrido André de Melo, Redução de Alíquota de IPTU; 127.006660/2012, Francisca Venância da Silva, Redução de Alíquota de IPTU; 043.002685/2012, Paulo Rogério de Sousa Silva, Redução de Alíquota de IPTU; 043.003338/2012, Alessandra Bezerra Lima, Redução de

Alíquota de IPTU; 044.001840/2012, Flávio Casqueiro de Oliveira, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.004510/2012, Rúbica Cassol, Isenção IPVA; 127.010417/2012, Norma Cardoso de Aguiar, Isenção IPVA; 043.003336/2012, Alessandra Bezerra Lima, Redução de Alíquota de IPTU; 043.003337/2012, Alessandra Bezerra Lima, Redução de Alíquota de IPTU; 043.003966/2012, Alderino Pereira de Medeiros, Isenção IPVA; 043.004285/2012, Vânia Estela Rocha dos Santos, Isenção IPVA; 043.003795/2012, Mauro Ribeiro Alves, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.004569/2012, José Ferreira Pimentel Júnior, Isenção IPVA; 043.005072/2012, Santa Alice Construções e Incorporações Ltda, Isenção IPVA; 042.004546/2012, Vieira Coordenação de Eventos e Serviços de Manobristas Ltda, Isenção IPVA; 043.003716/2012, José Moraes de Oliveira, Isenção IPVA; 127.000508/2013, Selma Maquine Barbosa, Redução de Alíquota de IPTU; 127.011208/2012, Geaquinto Compactação de Terra e Terraplenagem Ltda, Redução de Alíquota de IPTU; 043.002645/2012, Amélia Pereira Soares, Redução de Alíquota de IPTU; 043.003398/2012, Marcelo Cardoso de Carvalho, Redução de Alíquota de IPTU; 127.008794/2012, Eva Maria Ferreira Barros, Redução de Alíquota de IPTU; 127.000779/2013, Marcus Vinícius Souza Leite de Carvalho, Redução de Alíquota de IPTU; 127.009160/2012, Franklin Evangelista da Rocha Neto, Redução de Alíquota de IPTU; 127.010884/2012, Edvar Paula Marques, Redução de Alíquota de IPTU; 127.004628/2012, Marília Bonfim e Silva de Moraes, Redução de Alíquota de IPTU; 043.004550/2012, Maria Aparecida Batista Vieira, Isenção IPVA; 043.004115/2012, Cesar Henrique Barbosa, Isenção IPVA; 043.003267/2012, Nelson Nascimento dos Santos, Isenção IPVA; 043.004092/2012, Ernesto Fernandes Ribeiro, Isenção IPVA; 042.005696/2012, Paula Gontijo Pereira, Isenção IPVA; 043.004808/2012, Maria Gomes Pinto, Isenção IPVA; 043.004516/2012, José Ronaldo Barbosa, Isenção IPVA; 043.002738/2012, Elisangela Leone Gomes dos Santos, Isenção IPVA; 043.004591/2010, Elisete de Souza Cardozo, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.001987/2011, Marta de França, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.001017/2012, Eliene Nunes de Sousa, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.004773/2012, Maria Aparecida Silva Rocha, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.004243/2012, La Torre – Clube da Cultura e Lazer Ltda, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.002690/2012, Francisco das Chagas de Sousa, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.004394/2010, Michel Vieira Chervinski, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.001507/2012, Maria Goreth Pinto Tolentino, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.002146/2011, Romilda Gomes Lima, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.002002/2011, Manoel Nazaré Costa Rodrigues, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.003222/2012, Maria José da Silva, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.002048/2011, Vânia Lúcia Corrêa de Sousa Miranda, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.001965/2011, Joana Xavier de Sousa, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.004620/2010, José Leonardo Sales, Alteração no Cadastro Imobiliário; 043.000870/2012, Flávio Luiz Santanna Chagas da Silva, Baixa Inscrição; 043.003819/2012, Marla Monteiro Barbosa, Exclusão Sócio; 043.001662/2012, Eurípedes de Oliveira Costa, Remissão/Não Incidência IPVA; 043.001358/2012, Cícero Felinto de Melo, Cancelamento Débito.

DENISE PACHECO SANDIM

### **EDITAL Nº 07, DE 21 DE MARÇO DE 2013.**

Cessação de Atividade

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO SIA, DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso I, alínea “c”, item 2, do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997 e/ou ainda o art. 23, inciso I, alínea “d”, item 2 do Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, DECLARA SUSPENSA(S), no Cadastro Fiscal do Distrito Federal CF/DF, a(s) inscrição(ões) do(s) contribuinte(s) abaixo nominado(s). A suspensão declarada produzirá efeito a contar do 10º dia da publicação do presente EDITAL e cessará com a regularização da situação que motivou a presente suspensão ou, ainda, com o cancelamento da inscrição depois de decorrido o prazo de 90 dias, conforme art. 29, inciso II, alínea “d” e § 1º do mencionado Diploma Legal, na seguinte ordem: PROCESSO, CF/DF, RAZÃO SOCIAL: 043.000351/2013, 07.601.465/001-03, Ps Conexão Propaganda e Marketing Ltda; 07.588.218/001-20, Rita Maria Simões Marques dos Santos Lourenço me; 07.586.966/001-41, Ativa Serviços de Fisioterapia Ltda; 07.419.693/001-84, Santa Rita Engenharia Ltda; 07.612.892/001-79, Alves e Pinheiro Serviços de manutenção Mecânica elétrica; 07.592.095/001-01, Acg Engenharia LTDA.

DENISE PACHECO SANDIM

### **EDITAL Nº 08, DE 21 DE MARÇO DE 2013.**

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO SIA, DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 7º e no inciso III, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 33.269, de 18 de outubro de 2011, TORNA PÚBLICO que o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) na seguinte ordem: PROCESSO, CONTRIBUINTE E ASSUNTO, fica(m) CIENTIFICADO(S) do arquivamento do(s) processo(s). Considera(m)-se realizada(s) a ciência em 15(quinze) dias após a publicação do presente edital. O(s) referido(s) processo(s) ficará(ão) à disposição do(s) interessado(s) ou representante(s) legalmente constituído(s) por 08 (oito) dias nesta Agência de Atendimento da Receita SIA, localizada no SIA Trecho 08 Lote 275/285, no horário de 12:30 às 18:30 horas. Findo este prazo, o(s) mesmo(s) será(ão) levado(s) a ar-

quivo. 043.003644/2012, Gilmar Sousa Ribeiro, Exclusão Sócio; 047.001075/2012, Beatriz Reichmann Magalhães, Redução de Alíquota IPTU.

DENISE PACHECO SANDIM

EDITAL Nº 09, DE 21 DE MARÇO DE 2013.

A GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO SIA, DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21 de dezembro de 2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 10/SUREC, de 13 de fevereiro de 2009, artigo 1º, inciso III, alínea “a”, item 1, subdelegada pela Ordem de Serviço nº 06/DIATE, de 16 de fevereiro de 2009, torna público que está(ão) NOTIFICADO(S) a comparecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, à Agência de Atendimento da Receita SIA, localizada no SIA Trecho 08 Lote 275/285, no horário de 12:30 às 18:30 horas, para sanar pendência(s) e/ou tomar ciência do resultado da análise no(s) processo(s) abaixo elencado(s), sob pena de ARQUIVAMENTO E/OU INDEFERIMENTO do(s) mesmo(s), relacionado(s) na seguinte ordem: PROCESSO, CONTRIBUINTE, CPF/CFDF, ASSUNTO: 043.002398/2008, Mário Aleixo, 009.259.261-91, Lançamento ITBI/ITCD.

DENISE PACHECO SANDIM

### **BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A** GERÊNCIA DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA

#### EXTRATOS DE CONTRATOS

Contratada: El Shammah informática Ltda-me. Contrato: BRB-2013/048. Objeto: Prestação, em regime de empreitada por preço unitário, de serviços de suporte e manutenção anual para a ferramenta de gerenciamento de filas IBM WebSphere MQ Series, utilizada no BRB para troca de mensagens com o Banco Central e Clearing do SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro. Valor: R\$ 25.704,00. Vigência: 12 meses. Assinatura: 01/03/2013. Licitação: Pregão Eletrônico nº 096/2012. Signatário pelo BRB: Américo Rodrigues Mendes Júnior. Pela contratada: Germano Araújo da Silva. Executor: Anibal Barca Gonçalves. Processo: 370/2012.

Contratada: Diagrama BR engenharia e consultoria Ltda-me. Contrato: BRB-2013/051. Objeto: Prestação de serviços técnicos de Engenharia, em caráter temporário, sem vínculo empregatício, nas atividades de análise de empreendimentos, e acompanhamento de obras, sempre que houver interesse previamente manifestado pelo BRB. Vigência: 12 meses. Assinatura: 18/03/2013. Licitação: Inexigível, caput Art. 25 da lei 8.666/93. Signatário pelo BRB: José Flávio Rabelo Adriano. Pela contratada: Rubem Henninger de Araújo. Executor: Marcello Furlanetto Gomes. Processo: 007/2008

Contratada: Vecchi Engenharia e serviços técnicos Ltda. Contrato: BRB-2013/052. Objeto: Prestação de serviços técnicos de Engenharia, em caráter temporário, sem vínculo empregatício, nas atividades de análise de empreendimentos, e acompanhamento de obras, sempre que houver interesse previamente manifestado pelo BRB. Vigência: 12 meses. Assinatura: 18/03/2013. Licitação: Inexigível, caput Art. 25 da lei 8.666/93. Signatário pelo BRB: José Flávio Rabelo Adriano. Pela contratada: Marcos Torres Vecchi. Executor: Marcello Furlanetto Gomes. Processo: 007/2008.

Contratada: Paulo Hollanda Consultoria S/C Ltda. Contrato: BRB-2013/053. Objeto: Prestação de serviços técnicos de Engenharia, em caráter temporário, sem vínculo empregatício, nas atividades de análise de empreendimentos, e acompanhamento de obras, sempre que houver interesse previamente manifestado pelo BRB. Vigência: 12 meses. Assinatura: 18/03/2013. Licitação: Inexigível, caput Art. 25 da lei 8.666/93. Signatário pelo BRB: José Flávio Rabelo Adriano. Pela contratada: Paulo Roberto Carreira de Hollanda. Executor: Marcello Furlanetto Gomes. Processo: 007/2008. Maria de Lourdes Batista. Gerente de Área.

### BRB-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

#### EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

Consignatária Aderente: Financeira BRB, Contratante: Associação Brasileira de Bancos - ABBC, Contratada: SWR Informática Ltda. Objeto do Termo de adesão: disponibilização via internet de sistema informatizado denominado CONSISTeSCA, para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos federais. Assinatura: 01.03.13. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 25, caput. Vigência: de 01/03/13 a 31/10/13. Signatários: pela contratante, André Luiz de Mello Perezino e, pela Contratada: Pablo Alejandro Kipersmit. Executor: Paulo Cezar Pires Pinheiro. Processo: 219/2013. Miguel Fernandes. Gerente de área.

#### AVISOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Financeira BRB torna público que o seu Diretor Financeiro e de Administração ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 15/03/2013, com base no caput do inciso II do

art.25 da Lei 8.666/93. Objeto: contratação do curso Coaching Ontológico Qualificação para um gerente. Empresa: HRC Palestras e Treinamentos Ltda-ME. Valor: R\$ 8.071,50. Processo: 276/2013.

A Financeira BRB torna público que o seu Diretor Operacional ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 15/03/2013, com base no caput do inciso II do art.25 da Lei 8.666/93. Objeto: contratação do curso Coaching Ontológico Teoria e Prática para dois gerentes. Empresa: HRC Palestras e Treinamentos Ltda-ME. Valor: R\$ 16.143,01. Processo: 276/2013.

EDILSON SALDANHA NUNES

Superintendente Financeiro e de Administração

## SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

#### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2012, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

PROCESSO: 150.000.526/2007 (Licitação e Contrato); 112.004.268/2012 (1º e 2º Aditivo) – PARTES: DF/SO e a empresa LDA ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº. 02.910.758/0001-92, com sede na SHCN CL Qd. 102, Bloco D, nº. 54, Sala 118, Brasília - DF. DO OBJETO: Sob o amparo dos incisos I, § 1º, art. 57, da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e nas justificativas, parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga o prazo de vigência do Contrato nº. 022/2012, celebrado em 26/10/2012 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 30/10/2012, e que tem por objeto, a execução de acessibilidade interna das Edificações da Praça dos Três Poderes (Espaço Lúcio Costa, Museu da Cidade), recuperação Estrutural: Pombal e Monumento de 1986, em Brasília - DF, consoante especifica o Edital de Convite nº. 023/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP. DA PRORROGAÇÃO: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 25/02/2013, fica prorrogado até 27/05/2013. DA VIGÊNCIA: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2013. SIGNATÁRIOS: Pelo DF: DAVID JOSÉ DE MATOS, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela CONTRATADA: RENATO AVILA DE AZEVEDO, na qualidade de Diretor.

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2012, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

PROCESSO: 110.000.022/2012 – PARTES: DF/SO e empresa PRÓ-JARDIM EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA, CNPJ nº. 00.739.565/0001-95, com sede na QNM 04, Conjunto A, Lote 41, Ceilândia - DF. OBJETO: Sob o amparo do inciso II, § 1º, do artigo 57, da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e nas justificativas, parte integrante dos autos, o presente aditamento prorroga os prazos de vigência e execução do Contrato nº. 034/2012, celebrado em 05/12/2012 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 07/12/2012, e que tem por objeto a execução de paisagismo referente à praça e o entorno do Santuário Menino Jesus de Praga situado na entrequadra 2/4 do Setor Norte de Brazlândia-DF, incluindo gramado, árvores, palmeiras, arbustos, ervas, forração, execução de calçadas, execução de piso intertravado, piso podotactil padrão, banco de concreto e fornecimento de lixeira, consoante especifica o Tomada de Preços nº. 017/2012 – ASCAL/PRES/NOVACAP. DA PRORROGAÇÃO: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 06/05/2013, fica prorrogado até 05/07/2013. O prazo para execução dos serviços fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 18/04/2013. A presente prorrogação não acarretará ônus à Administração. DA VIGÊNCIA: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 18 de março de 2013. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: DAVID JOSÉ DE MATOS, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela CONTRATADA: BERTOLINO BISPO DOS SANTOS, na qualidade de Representante Legal.

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2013, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002 EXECUÇÃO DE OBRAS

PROCESSO: 141.002.446/2005 – PARTES: DF/SO e a empresa NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.. PROCEDIMENTO: O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Convite nº. 004/2013 - ASCAL/PRES/NOVACAP (fls. 268 a 285), da Proposta de fls. 371 a 374 e da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, que passam a integrar o presente Termo. OBJETO: execução de estacionamentos em blocos intertravados, compensação ambiental, erradicação de árvores sem destocamento e com remoção de lixo na SQN 215, Asa Norte, no Plano Piloto - DF. FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO: O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada, por preço unitário, segundo o disposto nos Arts. 6º e 10, da Lei nº. 8.666/93, e em conformidade com o Edital, projetos, especificações fornecidas pela NOVACAP e Normas Técnicas da ABNT. VALOR: O valor total do Contrato é de R\$ 82.829,77 (oitenta e dois mil, oitocentos e vinte nove reais e setenta e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 22.101; Programa de Trabalho: 15.451.6208.1110-0147; Natureza da Despesa: 4490-51; Fonte de Recursos: 100. A despesa foi totalmente comprometida a favor da CONTRATADA, no valor de R\$ 82.829,77 (oitenta e dois mil, oitocentos e vinte nove reais e setenta e sete centavos), conforme Nota de Empenho nº. 0176, emitida em 13/03/2013, sob o evento

nº. 400091, na modalidade global. PRAZO/VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar da data de sua assinatura. O prazo para execução das obras é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Serviço prevista na Cláusula Oitava do Contrato. O prazo para início das obras é de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo para recebimento provisório das obras é de 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual. As obras serão recebidas definitivamente por Comissão de Recebimento de Obras e Serviços a ser designada pelo Secretário de Estado de Obras nos termos da Lei nº. 8.666/93, artigo 73, inciso I, alínea “b”. PUBLICAÇÃO E REGISTRO: A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, no Diário Oficial do Distrito Federal, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal. DATA DE ASSINATURA: 20 de março de 2013. SIGNATÁRIOS: Pelo DF: DAVID JOSÉ DE MATOS na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela CONTRATADA: LUCIANO NEVES GARCIA, na qualidade de Representante.

**EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
Nº 01/2013-SO NOS TERMOS DO PADRÃO 04/2002.**

PROCESSO: 110-000.274/2012. PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL e a empresa CTX TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA-ME. OBJETO: O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em 24 (vinte e quatro) aparelhos de Ar Condicionado, pertencentes ao acervo patrimonial da Secretaria de Estado de Obras, para um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 001/2013 – SULIC/SEPLAG. Valor do Contrato: R\$ 48.305,43 (quarenta e oito mil, trezentos e cinco reais e quarenta e três centavos). Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 04.122.6004.8517.0091, Natureza da Despesa 3390.39 e 3390.30, Fonte de Recursos 100.000.000, Notas de Empenho 2013NE00160 e 2013NE00161. Fundamento Legal: Edital de Pregão Presencial nº 001/2013 – SULIC/SEPLAG. Vigência: 06/03/2014. Data da Assinatura 06 de março de 2013. Signatários: pela contratada – ROSEMARY BARROS PEREIRA DE OLIVEIRA – Sócia-Diretora; pela contratante – DAVID JOSÉ DE MATOS – Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal.

**COMPANHIA URBANIZADORA  
DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**

**REQUERIMENTOS DE LICENÇA AMBIENTAL**

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, Licença Ambiental, na modalidade LP, atinente às obras do entorno do Estádio Nacional Mané Garrincha – Eixo Monumental –, Brasília/DF. Brasília/DF, 19 de março de 2013. Nilson Martorelli, Diretor Presidente.

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, Licença Ambiental, na modalidade LO (Licença de Operação) para o sistema de drenagem pluvial atinente as Quadras 900 norte – Asa Norte –, Brasília/DF. Processo IBRAM nº 190.000.188/2004. Brasília, 19 de março de 2013. Nilson Martorelli, Diretor Presidente.

**PENALIDADES DE MULTA E SUSPENSÃO DE EMPRESA**

Considerando as informações constantes dos autos e fundamentadas no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda o art. 2º, inciso III, e art. 5º do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, APLICO à empresa ÁVILA CONSULTORIA ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA, CGC nº 07.830.639/0001-43, estabelecida à SCS Quadra 01, Bloco M, nº 30, Sala 1011/504, em Brasília/DF, a penalidade de MULTA no valor total de R\$ 114.669,14 (cento e quatorze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), bem como a penalidade de SUSPENSÃO do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme disposto no artigo 5º, inciso IV do Decreto nº 26.851/2006, pela execução parcial dos Contratos nºs 572 e 573/2012-ASJUR/PRES respectivamente, pertinentes a execução de PEC(s) – Pontos de Encontros Comunitários em diversos locais do Distrito Federal, conforme consta do processo nº 112.003.926/2012. Brasília, 20 de março de 2013. ANDRÉ MONTEIRO FORTES - Diretor Financeiro - Respondendo.

Considerando as informações constantes dos autos e fundamentadas no artigo 87, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda o art. 2º, inciso III, e art. 5º do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, APLICO à empresa BRAZ MADEIRAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CGC nº 32.911.810/0001-96, estabelecida à QC 01 – Conjunto 03 – Lote 07, Loja 01, Riacho Fundo II/DF a penalidade de MULTA no valor de R\$ 124,15 (cento e vinte quatro reais e quinze centavos), bem como

a penalidade de SUSPENSÃO do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme disposto no artigo 5º, inciso III do Decreto nº 26.851/2006, por inexecução contratual, ou seja, não fornecimento dos materiais de que trata a Nota de Empenho nº 2010NE00768, pertinente ao Pregão nº 309/2009-ASCAL/PRES, objeto do processo nº 112.000.670/2010. Brasília, 19 de março de 2013.

ANDRÉ MONTEIRO FORTES  
Diretor Financeiro - Respondendo.

**ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2013.**

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Torna Público que realizará o Pregão Eletrônico nº 19/2013 – ASCAL/PRES – do tipo menor preço – por lote, para aquisição de Bloqueador Solar, luva, conjunto para chuva cor preta, cinto de segurança, talabarte, trava quedas para corda, capacete, óculos de segurança, mosquetão de segurança e corda, conforme especificações e quantitativos constantes do PAM - Pedido de Aquisição de Material nº 010/2013 da SECOM/DIMAT/DEMAP/DA-NOVACAP (Anexo I do Edital) - Valor estimado da contratação R\$ 29.474,60 - Processo nº 112.000.635/2013 – Programa de Trabalho: 15.122.6004.8517.0001 – Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais – Natureza da Despesa: 33-90-30 – Fonte: 100 - Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos e prazo de vigência: 120 (cento e vinte) dias corridos. Data final para recebimento das propostas: 05 de abril de 2013 – às 10h. Início da Sessão de disputa: 05 de abril de 2013 – às 10:15h. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir do dia 22 de março de 2013. Contatos e informações poderão ser obtidos por meio dos telefones (061) 3403-2321 ou 3403-2322 e email: [pregao.eletronico@novacap.df.gov.br](mailto:pregao.eletronico@novacap.df.gov.br).

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

PAULO JAYME BARBOSA FERREIRA  
Assessor

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2013.**

A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Torna Público que realizará o Pregão Eletrônico nº 20/2013 – ASCAL/PRES – do tipo menor preço – por lote, para aquisição de placa vibratória equipada com motor a gasolina, conforme especificações e quantitativos constantes do Projeto Básico (Anexo I do Edital) - Valor estimado da contratação R\$ 22.884,25 - Processo 112.000.677/2013 – Fonte de Recursos: Programa de Trabalho: 15.122.6004.8517.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Natureza da Despesa: 44.90.52 – Fonte: 210 - Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos e prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias corridos. Data final para recebimento das propostas: 05 de abril de 2013 – às 14h. Início da Sessão de disputa: 05 de abril de 2013 – às 14h15. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir do dia 22 de março de 2013. Contatos e informações poderão ser obtidos por meio dos telefones (061) 3403-2321 ou 3403-2322 e email: [pregao.eletronico@novacap.df.gov.br](mailto:pregao.eletronico@novacap.df.gov.br).

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

PAULO JAYME BARBOSA FERREIRA  
Assessor

**AVISO DE PROSSEGUIMENTO**

Comunicamos aos interessados na Concorrência nº 2/2013 – ASCAL/PRES – do tipo menor preço unitário – por lotes, para execução de serviços especializados para reabilitação de vias urbanas com a execução dos serviços (fresagem, recapeamento asfáltico, microvestimento, meios-fios, drenagem e sinalização horizontal) em Vias e Logradouros Públicos, em diversos locais do Distrito Federal – DF – processo 112.000.329/2013, que o prosseguimento da mesma para abertura dos invólucros de documentação (1ª fase) fica designado para o dia 25/03/2013 - às 15h30, a ser realizado na Sala de Licitações da ASCAL/PRES, sito no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A” 1º andar – Conjunto Sede da Companhia em Brasília/ DF. Para maiores informações ligar para o telefax (0xx61) 3403-2321 ou (0xx61) 3403-2322.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2013.

PAULO JAYME BARBOSA FERREIRA  
Assessor

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA**

**EXTRATO DO CONTRATO SIMPLIFICADO Nº 03/2013.**

Espécie: Contrato Simplificado nº 003/2013 - Partes: Companhia Energética de Brasília – CEB e a RH Engenharia LTDA. Data da assinatura: 25/02/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contábeis de folha de pagamento, escrituração fiscal, apuração dos tributos federais e distritais, emissão do LALUR/LACS, DIPJ bem como o cumprimento das obrigações acessórias de acordo com a legislação tributária federal e do Governo do Distrito Federal. Processo CEB Nº 093.000053/2009. Despesas de Publicação: CEB. Assinaturas pela CEB: Rubem Fonseca Filho e Eli Soares Jucá e pela RH: Regis Honório.

## COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS DE SERVIÇOS Nº 04/2012.

A Comissão Julgadora Permanente de Licitação da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, situada no S I A Trecho 01 Lote 03, Área Especial da CEB – Bloco E, Sala 15 E, em Brasília – DF torna público o resultado do julgamento da TPS em epígrafe, no qual adotou o

critério MENOR PREÇO GLOBAL, a qual se sagrou vencedora a empresa RH ENGENHARIA LTDA. O processo encontra-se à disposição dos interessados para vistas, na Comissão Julgadora Permanente de Licitação – CJPL, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min. Demais informações através do telefone: 3465-9053 e pelo Fax: 3465 9026.

Brasília - DF, 21 de março de 2013.

MICHELLA CHRISTIAN SIMÕES FONTES LIMA  
Presidente

## CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO E RETIFICAÇÃO  
Nº 02 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

Dispõe sobre a retificação do Edital destinado à abertura de vagas para o Concurso Público, e dá outras providências.

Considerando a decisão exaurada no processo nº 22620/2012 que tramita junto ao TCDF, publica-se o presente edital com algumas retificações e complementação.

Em virtude da decisão judicial exarada nos autos nº 2012.01.1.095044-7 em trâmite na 7ª VFP TJDFT, o presente concurso encontra-se suspenso por decisão cautelar.

Desde já informa-se que logo após cessar a suspensão do mesmo será publicado novo cronograma de realização do concurso.

A CEB Distribuição S.A., por seu Diretor-Geral Rubem Fonseca Filho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao que determina o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o Decreto nº. 21.688/2000 e as demais legislações pertinentes, bem como a autorização do Conselho de Política de Recursos Humanos - CPRH, publicada no DODF nº. 135, de 10 de julho de 2012, em conformidade com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, o Regimento Interno da CEB Distribuição S/A e a aprovação por meio da 322ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da CEB D, torna público aos interessados a complementação e retificação do Edital para o Concurso Público nº. 01/2012, para provimento em emprego público de regime celetista.

Art. 1º - Segue abaixo retificação:

ONDE SE LÊ:

EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR – VALOR TAXA DE INSCRIÇÃO – R\$ 50,00						
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário-Experiência (R\$)	Salário-Efetivação (R\$)
CR	Advogado	Advogado	Bacharel em Direito e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.035,96	4.819,14
CR	Administrador	Administrador	Bacharel em Administração e Registro no Órgão de Classe	40 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Analista de Sistemas	Negócios	Tecnologia da Informação, Informática ou qualquer curso de nível superior, acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas	40 hs	3.281,60	3.918,40
		Infraestrutura		40 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Arquiteto	Arquiteto	Bacharel em Arquitetura e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.410,20	5.266,01
CR	Arquivista	Arquivista	Bacharel em Arquivologia e Registro no Órgão de Classe	40 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Assistente Social	Assistente Social	Bacharel em Serviço Social e Registro no Órgão de Classe	30 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Contador	Contador	Bacharel em Ciências Contábeis e Registro no Órgão de Classe	40 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Economista	Economista	Bacharel em Economia e Registro no Órgão de Classe	40 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Engenheiro	Civil	Bacharel em Engenharia Civil e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.410,20	5.266,01
CR		Eletricista	Bacharel em Engenharia Elétrica e Registro no Órgão da Classe	40 hs	4.410,20	5.266,01
CR		Eletrônico	Bacharel em Engenharia Eletrônica e Registro no Órgão da Classe	40 hs	4.410,20	5.266,01
CR		Segurança do Trabalho	Bacharel em Engenharia Elétrica, Especialização em Segurança do Trabalho e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.410,20	5.266,01
		Telecomunicações	Bacharel em Engenharia com foco em Telecomunicações ou qualquer Engenharia com pós-graduação em Telecomunicação e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.410,20	5.266,01
CR	Médico do Trabalho	Médico do Trabalho	Bacharel em Medicina, Especialização em Medicina do Trabalho e Registro no Órgão de Classe	20 hs	4.035,96	4.819,14
CR	Pedagogo	Pedagogo	Bacharel em Pedagogia	40 hs	3.281,60	3.918,40
CR	Redator/Revisor de Texto	Redator/Revisor de Texto	Bacharel em Letras	40 hs	3.281,60	3.918,40
EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO – VALOR TAXA DE INSCRIÇÃO – R\$ 35,00						
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário-Experiência (R\$)	Salário-Efetivação (R\$)
CR	Agente de Suporte Administrativo	Serviços Administrativos	Ensino Médio Completo	40 hs	1.351,98	1.614,33

EMPREGOS DE NÍVEL TÉCNICO – VALOR TAXA DE INSCRIÇÃO – R\$ 40,00						
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário-Experiência (R\$)	Salário-Efetivação (R\$)
CR	Técnico Industrial	Eletrotécnica	Ensino Médio Completo e Técnico em Eletrotécnica	40 hs	1.712,64	2.044,98
CR		Eletrônica	Ensino Médio Completo e Técnico em Eletrônica	40 hs	1.712,64	2.044,98
CR		Edificações	Ensino Médio Completo e Técnico em Edificações	40 hs	1.712,64	2.044,98
CR		Telecomunicações	Ensino Médio Completo e Técnico em Telecomunicações	40 hs	1.712,64	2.044,98
CR	Técnico de Segurança do Trabalho	Técnico de Segurança do Trabalho	Ensino Médio Completo e Técnico em Segurança do Trabalho	40 hs	1.712,64	2.044,98
CR	Técnico de Informática	Técnico de Informática	Certificado de conclusão de curso de nível médio (antigo segundo grau), expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), acompanhado de certificado de curso na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 40 horas.	40 hs	1.712,64	2.044,98
CR	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Ensino Médio Completo e Técnico em Enfermagem do Trabalho e Registro no Órgão de Classe	40 hs	1.712,64	2.044,98
EMPREGOS DE NÍVEL TÉCNICO – VALOR TAXA DE INSCRIÇÃO – R\$ 30,00						
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário-Experiência (R\$)	Salário-Efetivação (R\$)
CR	Agente de Serviços Operacionais	Eletricidade	Ensino Fundamental Completo e CNH – Categoria “B”	40 hs	1.099,29	1.312,60
CR		Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	40 hs	1.099,29	1.312,60

## LEIA-SE:

EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR – VALOR TAXA DE INSCRIÇÃO – R\$ 50,00						
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário (R\$)	
01	Advogado	Advogado	Superior Completo em Direito e Registro no Órgão de Classe	40 hs	5.156,00	
01	Administrador	Administrador	Bacharel em Administração e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.192,30	
02	Analista de Sistemas	Negócios	Tecnologia da Informação, Informática ou qualquer curso de nível superior, acompanhado de certificado de curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 360 horas	40 hs	4.192,30	
		Infraestrutura		40 hs	4.192,30	
01	Arquiteto	Arquiteto	Superior Completo em Arquitetura e Registro no Órgão de Classe	40 hs	5.634,10	
01	Arquivista	Arquivista	Superior Completo em Arquivologia e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.192,30	
01	Assistente Social	Assistente Social	Superior Completo em Serviço Social e Registro no Órgão de Classe	30 hs	4.192,30	
01	Contador	Contador	Superior Completo em Ciências Contábeis e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.192,30	
01	Economista	Economista	Superior Completo em Economia e Registro no Órgão de Classe	40 hs	4.192,30	
01	Engenheiro	Civil	Superior Completo em Engenharia Civil e Registro no Órgão de Classe	40 hs	5.634,10	
01		Eletricista	Superior Completo em Engenharia Elétrica e Registro no Órgão da Classe	40 hs	5.634,10	
01		Eletrônico	Superior Completo em Engenharia Eletrônica e Registro no Órgão da Classe	40 hs	5.634,10	
01		Segurança do Trabalho	Superior Completo em Engenharia, Especialização em Segurança do Trabalho e Registro no Órgão de Classe	40 hs	5.634,10	
		Telecomunicações	Superior Completo em Engenharia com foco em Telecomunicações ou qualquer Engenharia com pós-graduação em Telecomunicação e Registro no Órgão de Classe	40 hs	5.634,10	
01	Médico do Trabalho	Médico do Trabalho	Superior Completo em Medicina, Especialização em Medicina do Trabalho e Registro no Órgão de Classe	20 hs	5.156,00	
01	Pedagogo	Pedagogo	Superior Completo em Pedagogia	40 hs	4.192,30	
01	Redator/Revisor de Texto	Redator/Revisor de Texto	Superior Completo em Letras	40 hs	4.192,30	

Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário (R\$)
18	Agente de Suporte Administrativo	Serviços Administrativos	Ensino Médio Completo	40 hs	1.727,17
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário(R\$)
08	Técnico Industrial	Eletrotécnica	Ensino Médio Completo e Técnico em Eletrotécnica	40 hs	2.187,92
01		Eletrônica	Ensino Médio Completo e Técnico em Eletrônica	40 hs	2.187,92
01		Edificações	Ensino Médio Completo e Técnico em Edificações	40 hs	2.187,92
01		Telecomunicações	Ensino Médio Completo e Técnico em Telecomunicações	40 hs	2.187,92
01	Técnico de Segurança do Trabalho	Técnico de Segurança do Trabalho	Ensino Médio Completo e Técnico em Segurança do Trabalho	40 hs	2.187,92
01	Técnico de Informática	Técnico de Informática	Certificado de conclusão de curso de nível médio (antigo segundo grau), expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), acompanhado de certificado de curso na área de Tecnologia da Informação de, no mínimo, 40 horas.	40 hs	2.187,92
01	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Técnico de Enfermagem do Trabalho	Ensino Médio Completo e Técnico em Enfermagem do Trabalho e Registro no Órgão de Classe	40 hs	2.187,92
Vagas Geral	Emprego	Função	Requisitos Mínimos	CH/Semanal	Salário (R\$)
38	Agente de Serviços Operacionais	Eletricidade	Ensino Fundamental Completo e CNH – Categoria “B”	40 hs	1.404,36
03		Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	40 hs	1.404,36

Art. 2º - Segue abaixo complementação:

#### AVALIAÇÃO FÍSICA

3.4.1.1.1 Para os empregos de nível superior Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Eletrônico, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Engenheiro de Telecomunicações; a prova de capacidade física consistirá de teste de corrida de 12 (doze) minutos.

3.4.1.1.2 Para os empregos de nível Técnico Industrial (Eletrotécnica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Edificações, Técnico em Telecomunicações, Técnico em Segurança do Trabalho) a prova de capacidade física consistirá de teste de corrida de 12 (doze) minutos.

3.4.1.1.3 Para o emprego de nível fundamental Agente de Serviços Operacionais – Eletricidade, a prova de capacidade física consistirá de teste de impulsão vertical, teste em barra fixa, teste de corrida de ir e vir (shuttle run) e teste de corrida de 12 (doze) minutos.

3.4.1.1.4 Para o emprego de nível fundamental Agente de Serviços Operacionais – Serviços Gerais a prova de capacidade física consistirá de teste de impulsão vertical, teste de corrida de ir e vir (shuttle run) e teste de corrida de 12 (doze) minutos, não necessariamente nesta ordem.

Art. 3º - Será publicado novo cronograma, quando da liberação da suspensão do concurso.

Brasília-DF, 21 de março de 2013.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAIS

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO ELETRÔNICO DE MATERIAIS N.º P-00059/2013

Processo n.º 310-000.911/2013. Tipo: menor preço. aquisição de material de segurança. Abertura: 10/04/2013, às 09h30. Prazo de execução e vigência: 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias. Valor global estimado: R\$739.558,84. Dotação Orçamentária: R\$105.355.755,00. Unidade Orçamentária: 22.211. Programa de Trabalho: 6004. Natureza de Despesa: 33. Fonte de Recurso: 510. O Edital poderá ser adquirido no Portal de Compras da CEB Distribuição (<http://compras.ceb.com.br>). Demais informações, pelos telefones 3465-9317/9018.

Brasília – DF, 21 de março de 2013.

JANINE OCÁRIZ ALVES

Presidente

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO ELETRÔNICO DE MATERIAIS N.º P-00069/2013

Processo n.º 310-005.901/2012. Tipo: menor preço. aquisição de uniforme de trabalho resistente ao fogo. Abertura: 08/04/2013, às 09h30. Prazo de execução e vigência: 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias. Valor global estimado: R\$1.576.902,47. Dotação Orçamentária: R\$105.355.755,00. Unidade Orçamentária: 22.211. Programa de Trabalho: 6004. Natureza de Despesa: 33. Fonte de Recurso: 510. O Edital poderá ser adquirido no Portal de Compras da CEB Distribuição (<http://compras.ceb.com.br>). Demais informações, pelos telefones 3465-9317/9018.

Brasília - DF, 21 de março de 2013.

JANINE OCÁRIZ ALVES

Presidente

#### COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

##### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2013.

(Número no licitacoes-e: 474322)

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 055/2013-CAESB, processo 092.000844/2013. Tipo de licitação: Menor Preço. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços continuados de retífica de motores e componentes, para motores de combustão interna que equipam os veículos, máquinas e equipamentos que compõem, bem como aqueles que venham a compor a frota da CAESB, conforme especificações técnicas constantes nos anexos (Pedido de Aquisição / Termo de Referência) por preço equalizado, por lote cotado. Valor estimado pela Caesb: R\$ 60.000,00. Data final para recebimento das Propostas: 11 de abril de 2013, às 08h30min. Início da sessão de disputa: 11 de abril de 2013, às 10 horas. O edital e seus anexos poderão ser encontrados no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir do dia 22 de março de 2013. Contatos e informações poderão ser obtidos por meio do telefone (61) 3213-7575, email [pregao@caesb.df.gov.br](mailto:pregao@caesb.df.gov.br). Brasília/DF, 21 de março de 2013.

GILMAR PERES MONTEIRO

Pregoeiro

##### EXTRATO DE ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 8069/2011, publicado no DODF em 26/01/2011. Assinatura: 30/01/2013. Alteração de Cláusulas. Preço/Valor: acréscimo de R\$ 1.441.264,93 (um milhão, quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos), sendo que, deste valor, R\$ 6.064,93 (seis mil, sessenta e quatro reais

e noventa e três centavos) se referem ao reajustamento previsto na Cláusula Quinta do presente contrato. Prazo de Execução/Vigência: prorrogados por mais 730 (setecentos e trinta) dias, passando as datas de vencimento de 30/01/2013 para 30/01/2015 e 15/07/2013 para 14/07/2015, respectivamente. Garantia: caução correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor ora aditado. Fiscalização: JORGE LUIZ DE SOUZA, matrícula 50.729-6 (Gestor) e RODOLFO ALEXANDRE MEURER, matrícula 52.141-8 (Fiscal). Assinantes: Pela CAESB: Acylyno José dos Santos Neto - Diretor de Operação e Manutenção. Pela ORBITEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA: Adalto Cesar Rodrigues Silva.

## SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

### EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 060.011.052/2012. Modalidade: Pregão Eletrônico (SRP) nº 0015/2013. Espécie: Ata de Registro de Preços nº 015/2013 – A. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa BSB COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 05.777.772/0001-58. Objeto: Aquisição de medicamentos. Item Adjudicado: 7 e 15. Valor Total Registrado: R\$ 270.777,60. Data da Assinatura: 20/03/2013. Vigência: 12 (doze) meses a contar desta publicação. Signatários: Pela Secretaria de Estado de Saúde, Rafael de Aguiar Barbosa; pela Empresa CLEBER APARECIDO RIBEIRO. Testemunhas: Juliana Cavalcanti de Carvalho e Bruno Pazzini Duarte.

Processo: 060.002.075/2012. Modalidade: Pregão Eletrônico (SRP) nº 00225/2012. Espécie: Ata de Registro de Preços nº 225/2012 – A. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa PRHODENT – COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES DENTÁRIOS, inscrita no CNPJ nº 93.327.161/0001-75. Objeto: Aquisição de material. Item Adjudicado: 01, 06, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40. Valor Total Registrado: R\$ 28.452,00. Data da Assinatura: 20/03/2013. Vigência: 12 (doze) meses a contar desta publicação. Signatários: Pela Secretaria de Estado de Saúde, Rafael de Aguiar Barbosa; pela Empresa PAULO ALBERTO TRES. Testemunhas: Juliana Cavalcanti de Carvalho e Bruno Pazzini Duarte. As Atas, na íntegra, encontram-se disponibilizadas na Diretoria de Contratos e Convênios/SUAG/SES.

### RESULTADO DE JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL comunica que após análise da documentação apresentada para credenciamento, referente ao Edital de Credenciamento nº 02/2012, chegou-se a seguinte conclusão: a empresa DIAGNÓSTICA DA AMÉRICA S/A está devidamente apta com restrição e pendências não inviabilizantes para prestação de Serviço de Ressonância Nuclear Magnética tão somente para atendimento a pacientes adultos e a exames sem procedimentos anestésicos enquanto não saneadas as pendências. Fica definida que a partir desta data está disponível o contrato para assinatura do credenciado habilitado. Em atendimento ao item 6 do Edital em epígrafe HOMOLOGO o Credenciamento da empresa DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S/A, ato realizado em 22 de fevereiro de 2013 no Processo Administrativo nº 0060-014508/2012.

RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA  
Secretário de Estado de Saúde

## SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

CENTRAL DE COMPRAS

### AVISOS DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2013.

Objeto: Aquisição de Medicamentos não Padronizados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I do Edital. Processo nº: 060.013304/2012. Total de Itens: 05. Valor Total Estimado: R\$ 227.209,992. Edital: 22/03/2013 de 08h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 22/03/2013 às 08h no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 05/04/2013 às 09 horas no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

REGINA RODRIGUES PORTO

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 55/2013.

Objeto: Aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Processo nº: 060.009661/2012. Total de 08 itens. Valor Total

Estimado R\$ 4.499.501,0288. Edital: 22/03/2013 de 08h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 22/03/2013 às 08h no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 05/04/2013 às 08 horas no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA

Pregoeira

### RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2013.

A PREGOEIRA, DA CENTRAL DE COMPRAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL comunica que no Pregão Eletrônico nº037/2013, sagrou-se vencedora do certame para o Grupo G1 (composto de 2 itens): a empresa TEKNA - TECNOLOGIA EM MANUTENÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.300.558/0001-67, ao valor global total de R\$ 354.400,00.

SYLVIA HELENA VASCONCELOS MENDES PÊGAS

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 129, inciso V, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 23.557, de 23 de janeiro de 2003, RESOLVE: CONVOCAR, por intermédio da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial – SAM Bloco A, 4º andar – Edifício Sede – Fone: 3441.8769/ 3344.8314, SELMA MARIA SALVIANO DA SILVA, CPF nº 727.548.851-53, processo 050.000.302/2012, OZINEIA GOMES SANTOS, CPF nº 393.466.411-34, processo 050.000.254/2012, para se apresentarem àquela Comissão no prazo de 10(dez) dias úteis da data da publicação deste, para tomar conhecimento do respectivo Processo referente a pagamento de valores recebidos indevidamente em virtude de exoneração, ou apresentar comprovante de pagamento dos valores recebidos indevidamente, ou ainda, justificar a impossibilidade de fazê-lo.

SANDRO TORRES AVELAR

## POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS  
SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

### RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2013.

O CHEFE DA SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que no Pregão Eletrônico nº 12/2013, sagrou-se vencedora a empresa TOKYO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 08.933.512/0001-12, para o item 1, contratação de concessionária autorizada pelo fabricante para realização de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, de forma continuada, dentro do período de garantia, em 378 (trezentos e setenta e oito) veículos marca/modelo Mitsubishi Pajero Dakar Diesel MT 4x4, ano 2012, pertencentes à frota operacional da PMDF, com aplicação de peças e acessórios genuínos, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital, por ter oferecido maior desconto de 4% (valor com desconto: R\$ 3.263.793,52), referente ao processo 054.000.248/2013. Os Termos de Adjudicação e Homologação estão disponíveis no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

PAULO SÉRGIO CASSIANO DA SILVA

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL

### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor de Planejamento e gestão de Contratos, tendo em vista a documentação constante no processo 054.000.187-2013, firmou o presente por Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o disposto do inciso II, do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como do Parecer nº 726/2008 – PROCAD-DF, em favor da Empresa Elo Consultoria e Produção de Eventos LDTA, CNPJ 00.714.403.0001-00, para fazer face às despesas do curso “Elaboração e Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços nas Contratações e Negociações dos Contratos de Serviço de Terceirização, a ser ministrado no período de 18/03/2013 a 19/03/2013 a 16 (dezesseis) policiais militares, no valor R\$ 39.840,00 (trinta e nove mil oitocentos e quarenta reais). Ato que Ratifiquei nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, bem como nos termos do § 2º, do artigo 113, do Decreto Distrital nº 31.793/2010, autorizei o empenho da despesa, determinei a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, de modo que adquira-se a necessária eficácia. Em 15 de março de 2013. Sérgio Luiz de Souza Cordeiro, Chefe do DSAP.

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO – ABERTURA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2013.

Processo: 053.000.081/2013/CBMDF. Tipo: Menor preço. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção em equipamentos de vídeos urodinâmica, Broncofibroscópio, Gastrosκόpio e Colonoscópio da Policlínica Médica do CBMDF, conforme Edital e anexos. Valor Máximo da Contratação: R\$ 324.138,11. O DICOA informa a ABERTURA da licitação, para o dia 05/04/2013 às 13h30. Local: site: www.comprasnet.gov.br. Retirada do Edital pela internet, nos sites www.cbm.df.gov.br e www.comprasnet.gov.br. UASG: 170394. Inf.: (61) 3901-3481.

MARILTON SANTANA JÚNIOR  
Diretor

## AVISO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2013.

Processo: 053.000.052/2013. Pregão: 04/2013. Validade: 12 (doze) meses, a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis. Aos 8 dias do mês de março do ano de 2013, na Diretoria de Contratações e Aquisições, localizada no Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “B” Bloco “D”, CEP 70610-600, Brasília - DF – o Diretor de Contratações e Aquisições do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Ten. Cel. QOBM/Comb Marilton Santana Júnior, conforme delegação de competência através da Portaria nº 21 de 24/03/2011, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com a Lei Distrital nº 938/95, os Decretos Federais nº 3.931/2001 e 7.163/2010, o Decreto Distrital nº 22.950/2002 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2013, publicado no DODF nº 49, de 08 de março de 2013, página nº 56 e a respectiva homologação, conforme fls. 259 do processo nº 053.000.052/2013, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), na(s) quantidade(s) estimada(s) pela Administração de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) no(s) item(ns), observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos materiais especificados no Anexo I do Edital de Pregão nº 04/2013, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pelo licitante, conforme consta nos autos do processo nº. 053.000.052/2013.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em Unidades de acordo com suas necessidades.

## CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

## CLÁUSULA III - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à Seção de Licitações da Diretoria de Contratações e Aquisições, por meio da sua Subseção de Registro de Preços, nos termos da Portaria nº 26, de 20 de abril de 2011.

## CLÁUSULA IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada, para a aquisição do respectivo objeto, pela Administração direta e indireta, autárquica e fundacional e pelas empresas públicas do Distrito Federal, desde que autorizada sua utilização pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

4.1.1. A utilização referida neste item só será possível se o consumo da quantia estimada no anexo I do Edital e desta Ata não tiver sido esgotado para o período.

## CLÁUSULA V - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1. O preço ofertado, especificação e consumo médio semestral, marca do produto, empresa e representante legal, encontram-se enunciados na presente ata.

## CLÁUSULA VI - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O local de entrega será no CESMA Centro de Suprimento e Material do CBMDF – (SAIS Qd 04 Lt 05, Asa Sul, Brasília - DF, de acordo com Anexo I do Edital de Pregão nº 04/2013, em até 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento e/ou retirada da Nota de Empenho, e/ou pedido de fornecimento ao detentor/representante legal.

## CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco de Brasília – BRB, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data em que for atestado o fornecimento definitivo pela(o) executor do contrato mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota fiscal-fatura, ou após a sua representação, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar ao Corpo de Bombeiros

Militar do Distrito Federal, os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei nº 8.212/90);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade e expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

IV – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio da Licitante.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento: – a multa será descontada da garantia do respectivo contratado e se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

7.5. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 17.733 de 02.10.96, alterado pelo Decreto nº 18.126 de 27.03.97.

## CLÁUSULA VIII – DO CONTRATO

8.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Diretoria de Contratações e Aquisições, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente;

8.2. Por ocasião da celebração do contrato, a critério da Administração, poderá ser exigido da licitante a prestação de uma das seguintes garantias estabelecidas no Edital:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

8.2.1. A garantia será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 56, § 2º);

8.2.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 1.491, do Código Civil;

8.2.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante detentora da Ata:

– somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

– poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

– ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;

– será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

8.2.4. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei, no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida;

8.3. Poderá ser dispensado o contrato de fornecimento, nos termos do § 4º, art. 62 da Lei nº 8.666/93, e facultada a sua substituição por instrumento equivalente nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

8.4. Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

## CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização da Diretoria de Contratações e Aquisições;

9.2. O fornecedor se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 04/2013, especialmente às especificadas no Anexo I do referido Edital;

9.3. Fica estabelecido a obrigatoriedade do detentor do(s) preço(s) registrado(s) suportar nas mesmas condições constantes na Ata, os acréscimos que se fizerem no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado constante no referido instrumento, nos termos do §1º, do art. 65, da Lei 8666/93.

9.4. Serão de responsabilidade do concorrente que tiver seu preço registrado o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídos por força da lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Pregão, serão aplicadas as sanções estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

#### CLÁUSULA XI - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quanto houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a ata, nos termos da legislação que rege a matéria;

11.2. O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das Normas Federais pertinentes à política econômica.

#### CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada, e demais normas pertinentes.

12.1.1. O CBMDF deverá criar comissão para recebimento de material com valor superior ao limite estabelecido no art. 23, conforme determinado pelo § 8º do art. 15 do diploma legal mencionado.

12.2. O CBMDF reserva-se o direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, à inspeção de qualidade nos produtos e recusá-los, integralmente ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado.

12.3. Não serão aceitos materiais recondicionados ou remanufaturados sob qualquer forma;

#### CLÁUSULA XIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

13.1.1. Pelo Diretor de Contratações e Aquisições mediante comunicação da Subseção de Registro de Preços quando:

13.1.2 a(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

13.1.3 a(s) detentora(s) não retira (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua(s) justificativa(s);

13.1.4 a(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

13.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

13.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

13.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado, e justificado

pela Administração.

13.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.

13.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento do registro dos preços deverá ser dirigida à Diretoria de Contratações e Aquisições, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

13.3. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta ata, a detentora dos preços registrados será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.

13.3.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.3.2 Fica estabelecido que as detentoras dos preços registrados deverão comunicar imediatamente à Subseção de Registro de Preços da Diretoria de Contratações e Aquisições, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.

#### CLÁUSULA XIV - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

14.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão solicitadas pelas diversas Unidades do CBMDF e autorizadas, caso a caso, pela Diretoria de Contratações e Aquisições, sendo posteriormente remetidas para a Diretoria de Orçamento e Finanças para respectiva emissão da correspondente Nota de Empenho.

#### CLÁUSULA XV - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 04/2013 e seus anexos, as propostas com preços, especificação, consumo médio semestral, por item.

16.2. O(s) caso(s) omissos(s) será(o) resolvido(s) de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94 e pela Lei Federal nº 9.648/98, e, com as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Empresas:

HIPER COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA-ME.

BRAZPEL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA-ME

ALFAMAX COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E ESCRITÓRIO LTDA.

EMPÓRIO LESTE COMERCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS LTDA. EPP

PROCESSO 053.000.052/2013 - PREGÃO Nº04/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2013.

#### EMPRESA VENCEDORA

EMPRESA: HIPER COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA-ME.

CGC/CNPJ: 00.848.657/0001-03	INSCR. ESTADUAL: 105135437	BANCO ITAÚ	AGÊNCIA 0656	CONTA- 01805-8
TELEFONE (62) 3921-5522	ENDEREÇO: RUA C-267 QD 614 LT 01 SETOR NOVA SUIÇA			
PROCURADOR: NORTON DO BRITO MONTEIRO	R.G. 1205.970 SSP-GO			CPF: 310.853.421-15

#### EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS

ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CODIGOS	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT.
01			1248	Hipoclorito de sódio aspecto físico líquido amarelo esverdeado concentração teor mínimo de 12% de cloro ativo. Características adicionais produto concentrado não estabilizado.	MARCA: ZAZ FABRIC.: ZAZ	R\$ 1.47
02			144	Hipoclorito de sódio diluído concentração contendo 1% de cloro ativo forma farmacêutica solução aquosa estabilizada em cloreto de sódio características adicionais embalagem com tampa rosqueável	MARCA: ZAZ FABRIC.: ZAZ	R\$ 1.03
03			1344	Detergente concentrado – líquido e concentrado neutro com diluição mínima de 1/20 e concentração de tensoativo aniônico entre 10% a 15%.	MARCA: ZAZ FABRIC.: ZAZ	R\$ 1,65

PROCESSO 053.000.052/2013 - PREGÃO Nº04/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2013

#### EMPRESA VENCEDORA

EMPRESA: BRAZPEL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA-ME

CGC/CNPJ: 06.998.177/0001-05	INSCR. ESTADUAL 07.459.582/001-19	BANCO: CAIXA	AGÊNCIA OP 0688 003	CONTA- 16-3
------------------------------	-----------------------------------	--------------	---------------------	-------------

TELEFONE (61) 3386-3889		ENDEREÇO: AV CENTRAL LT 1124 LJ 01 NUCLEO BANDEIRANTE				
SOCIO DIRETOR: João Braz da Silva			R.G. 1007114 SSP-DF		CPF 494.933.531-68	
EMPRESA VENCEDORA DO ITEM						
ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CODIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT.
05			108	Rodo – base de madeira, com duas borrachas; com a base medindo 50(cinquenta) centímetros; com cabo de madeira rosqueado revestido em plástico de 120 (cento e vinte) centímetros	MARCA: RODOBEM FABRIC.: RODOBEM	R\$ 3,80

PROCESSO 053.000.052/2013 - PREGÃO Nº04/2013.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2013.

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS						
EMPRESA: ALFAMAX COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA E ESCRITÓRIO LTDA.						
CGC/CNPJ: 16.812.837/0001-75		INSCR. ESTADUAL: 07.621.054/001-00		BANCO: CAIXA	AGÊNCIA 0688 OP:003	CONTA- 1827-5
TELEFONE (61) 3399-0880		ENDEREÇO: ADE CJ 19 LT 21/22 AGUAS CLARAS				
SOCIO DIRETOR: SICLEIDE FERREIRA VAZ			R.G: 2910.924 SSP-DF		CPF: 316.580.928-00	
EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS						
ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CODIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT.
04			336	Escova de lavar roupa - composta por cepa em material plástico, com cerdas firmes de material sintético, comprimento 12(doze) centímetros.	MARCA: RODOBEM FABRIC.: RODOBEM	R\$ 0,99
07			54	Balde de plástico – com capacidade entre 50 e 60 litros na cor branca com tampa removível com alças, medindo 60 centímetros de altura (+- 5cm de variação), 43 centímetros de comprimento (+- 5 centímetros) de variação, 36 centímetros de comprimento (+- 5 centímetros) de variação	MARCA: PT FABRIC.: PT	R\$ 11,92

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM						
EMPRESA: EMPÓRIO LESTE COMERCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E EMBALAGENS LTDA. EPP						
CGC/CNPJ: 38.019.360/0001-08		INSCR. ESTADUAL 07.327.155/001-07		BANCO: 001	AGÊNCIA: 2911-4	CONTA: 11.119-8
TELEFONE (61) 3354-3364		ENDEREÇO: QNN 04 CJ “B” LOTE 13 CELÂNDIA -DF				
PROCURADOR: GIULIANO BATISTA DE OLIVEIRA			R.G. 2272457 SSP-DF		CPF 730.040.571-15	
EMPRESA VENCEDORA DO ITEM						
ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CODIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ PROCEDÊNCIA	VALOR UNIT.
09			1.296	Espunja sintética para limpeza - com espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face; tipo dupla face, antibactérias; formato quadrado	MARCA: BETT FABRIC.: BETT	R\$ 0,25

Rep. Legal da Empresa

Diretoria de Contratações e Aquisições - Subseção de Registro de Preços

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

### SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

#### RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Reconhecimento de dívida de despesas à vista das instruções contidas no processo 430.000.213/2013 e o disposto nos artigos 29, incisos II, IV, V, artigo 30, artigos 86, 87 e 88, do Decreto nº 32.598/2010 e o disposto no artigo 7º, da Lei nº 3., de 03 de julho de 2003, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho, bem como a liquidação e pagamento à AXIOMAS BRASIL PESQUISAS CURSOS E CONSULTORIA LTDA - ME, no valor de R\$ 1.018.649,33 (um milhão, dezoito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos), cujo objeto do processo refere-se a contratação de empresa na prestação de serviços de educação profissional para ministrar cursos, objetivando a qualificação social e profissional de trabalhadores desempregados em situação de exclusão do mercado de trabalho – no denominado Programa Qualificopa, no exercício de 2012, no programa de trabalho 11.333.6214.4089.0010 – Capacitação de Pessoas – Qualificopa (Copa 2014) - DF, fonte 100, Elemento de Despesa 33.90.92. Brasília, 20 de março de 2013. Cleonice Alves Leite – Subsecretária.

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

### TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2013.

Processo: 098-003.768/2012. Partes: TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS X CLIMÁTICA ENGENHARIA LTDA; Valor Total do Contrato: R\$

115.700,00 (cento e quinze mil e setecentos reais); Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.204; Programa de Trabalho: 26.122.6010.8517.0076; Natureza da Despesa: 33.90.39; Fonte de Recursos: 220, conforme Nota de Empenho nº 2013NE00046, emitida em 06/02/2013, sob o Evento nº 400091, na modalidade Global; Vigência: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura; Data da Assinatura: 07/02/2013; Signatários: Pela Transporte Urbano do Distrito Federal, na qualidade de Diretor Geral Marco Antonio Campanella e pela Contratada, Eliane da Silva Medes

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2013.

Processo: 098-000.866/2013. Partes: TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS X TRANSDATA INDUSTRIA E SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO LTDA; Valor Total do Contrato: R\$ 153.384,00 (cento e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e quatro reais); Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.204; Programa de Trabalho: 26.782.6216.4082.0001; Natureza da Despesa: 33.90.39; Fonte de Recursos: 220, conforme Nota de Empenho nº 2013NE00122, emitida em 04/02/2013, sob o Evento nº 400091, na modalidade Global; Vigência: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura; Data da Assinatura: 07/03/2013; Signatários: Pela Transporte Urbano do Distrito Federal, na qualidade de Diretor Geral Marco Antonio Campanella e pela Contratada, Mituo Marcos Itiroka e Luiz da Silva Freitas Jr II.

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2013.

Processo: 098- 000.378/2013. Partes: TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS x EDITORA JORNAL DE BRASÍLIA LTDA; Valor R\$ 2.845,00 (dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais); Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.204; Programa de Trabalho: 26.122.6010.8517.0076; Natureza da Despesa: 33.90.39; Fonte de Recursos: 110, conforme Nota de Empenho nº 2013NE00077, emitida em 21/02/2013, sob o Evento nº 400091, na modalidade 06 – Inexigibilidade de licitação;

Vigência: O Contrato terá vigência de 12 meses podendo ser prorrogável por igual período; Data da Assinatura: 22/02/2013; Signatários: Pelo Transporte Urbano do Distrito Federal, na Qualidade de Diretor Geral, Marco Antônio Campanella e pela Contratada, Igor Licas na qualidade de Gerente Comercial .

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: 0098-003.768/2012. Assunto: Ata de Registro de Preços para eventual contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de mão de obra e peças de reposição no sistema de ar condicionado da DFTRANS. A Ata de Registro de Preços nº 005/2013 encontra-se divulgada no site [www.dftrans.df.gov.br](http://www.dftrans.df.gov.br).

MARCO ANTONIO CAMPANELLA  
Diretor Geral

#### CONVITE Nº 01/2013.

Processo: 0098-006.683/2012 A DFTRANS – TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação nomeado e publicado no DODF nº 170, do dia 23 de agosto de dois mil e doze, página 46, comunica aos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade CONVITE. Tipo: Menor Preço. Regime De Execução: Empreitada por preço global. Data do Recebimento da Documentação e Propostas: 02/04/2013. Horário do Início: 9h. Local da Reunião: DFTRANS, localizada no SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte – Rodoferroviária - Sobreloja - Ala Sul – CEP: 70.631-900 - Telefax: (061) 3043-0434 - BRASÍLIA/DF, na sala da Comissão de Licitação. Valor Estimado: R\$ 22.955,17 (vinte e dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Obra para manutenção, reformas e recuperação do prédio sede da DFTRANS e de Pontos de Parada de Ônibus distribuídos no Distrito Federal.

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

#### RECONHECIMENTO DE DIVIDA

O DIRETOR GERAL DA DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.660, de 24 de janeiro de 2007, RESOLVE: Considerando o disposto no artigo 56, da Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, nas disposições Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nos artigos 37 e 63, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos artigos 86, 87 e 88, todos do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI que: a dívida que se pretende reconhecer nestes autos, processo 098.001.408/2013 são oriundos de valores glosados a serem restituídos do subsídio PNE e PLE no período de Julho a setembro de 2012 a permissionária COOPERATIVA COOTARDE, no Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Os valores foram levantados pelo SBA através do sistema TDMAX em planilha encaminhada mediante MEMO. 093/2013-DFTRANS-SBA-IS 107/11 (fl.04), referente ao Passe Livre para Portadores de Necessidades Especiais-PNE e Passe Livre Estudantil-PLE respectivamente (fls. 05/06). Estes valores foram analisados e reconhecidos através de Relatório Analítico de Prestação de Contas pela Gerência de Custos e Tarifas (fls.02/03). As fls. 07/15 e 16/23 apresentam os Contratos de adesão nº 04/2008 e nº 11/2008, que autoriza a permissionária à exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. A fl. 24 consta a Nota Fiscal de Serviço de nº 05301, no valor de R\$ 312.922,00 (trezentos e doze mil novecentos e vinte e dois reais) conferida e atestada pela Gerência de Custos e Tarifas referente as glosas retidas indevidamente nos serviços prestados de julho a setembro de 2012. A fl. 25 o despacho de acolhimento, autorização e encaminhamento ao processo de pagamento, proferido pela Diretoria Técnica. A Comissão de Auditoria desta DFTRANS instituída pela IS nº 176, de 10/09/2012, emitiu Relatório de nº 34/2013 (fls. 26/27) após análise do Relatório Analítico de Prestação de Contas pela Gerência de Custos e Tarifas (fls.02/03), onde resolve, aprovar e autorizar a restituição correspondente as glosas retidas indevidamente a permissionária COOPERATIVA COOTARDE, nos valores: PNE valor R\$ 8.760,26 - R\$ 219.015,74 e PLE valor R\$ 3.274,72 - R\$ 81.871,28 - TOTAL R\$ 312.922,00 (trezentos e doze mil novecentos e vinte e dois reais) As despesas em questão são realizadas tendo como fundamento as Leis n.º 4.582, e nº 4.583 de 07 de julho de 2011 que instituiu o benefício e estabeleceu que: O Distrito Federal efetuará, nos termos da legislação vigente, o pagamento das viagens realizadas pelos beneficiários do passe livre aos Portadores de Necessidades Especiais e do Passe Livre Estudantil respectivamente para a operadora do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA e para a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô-DF, observados o limite estabelecido no caput do artigo 4º, da Lei nº 4.582, e os valores das tarifas das linhas utilizadas, mediante a comprovação da efetiva utilização de créditos inseridos nos cartões do passe livre aos Portadores de Necessidades Especiais no serviço básico e complementar rural do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. A comprovação de uso dos créditos será feita pela operadora do SBA e pelo Metrô-DF, mediante remessa quinzenal á DFTRANS de demonstrativo da relação dos créditos efetivamente utilizados pelos beneficiários do passe livre aos Portadores de Necessidades Especiais e Passe Livre Estudantil com especificação do operador do serviço básico e complementar rural do STPC/DF que houver efetuado o transporte. Dessa forma, a obrigação de pagar aos operadores do STPC/DF decorre da própria lei. Ainda, em cumprimento aos dispositivos legais que versam sobre o tema, informamos a existência na presente data, de disponibilidade orçamentária e financeira para pagamento das despesas em questão, (fls. 30). Para a emissão de empenho, solicitamos portanto, a suplementação de créditos orçamentários, através da elaboração

de Nota de Crédito Adicional (fs.36/37) alterando o Quadro de Detalhamento de Despesa-QDD da Unidade Orçamentária 26204 – Transporte Urbano do Distrito Federal, programa de trabalho/PNE 26.453.6222.4202.0005 e programa de trabalho/PLE 26.453.6221.4202.0004 para criação da natureza de despesa 33.90.92 – Despesas de Exercício Anteriores, em cumprimento ao artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que dispõe: “Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”. Por último, em atendimento ao inciso VI artigo 4º, do Decreto nº 34.158/2013, o Quadro de Detalhamento de Despesa acostados á fl. 35, demonstra a indisponibilidade de créditos para o pagamento das despesas no programa de trabalho/PNE 26.453.6222.4202.0005 e programa de trabalho/PLE 26.453.6221.4202.0004. Porém, é de se ressaltar que os débitos só foram apurados e consolidados no início do exercício de 2013, como denota na data da presente Nota Fiscal.

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA

#### PREGÃO Nº 02/2013.

Processo 0098-006.936/2012. A DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal, por meio do Pregoeiro designado pela Instrução de Serviço nº 218, de 18 de outubro de 2010, publicado no DODF nº 201, de 20 de outubro de 2010, página 74, comunica aos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade Pregão Presencial, no Sistema de Registro de Preços. Tipo: Menor Preço. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Data do Recebimento da Documentação e Propostas: 27/03/2013. Horário do Início: 09h30. Local da Reunião: Auditório da DFTRANS, localizado no SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte – Rodoferroviária - Sobreloja - Ala Sul – CEP: 70.631-900 - Telefax: (061) 3043-0409 - Brasília/DF. Valor Estimado: R\$ 4.689.940,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta reais). A presente Licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de Cartão Laminado em PVC, tipo ID-1 (ISSO/IEC 10536) com memória protegida, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

ISRAEL BRAZ DA SILVA  
Pregoeiro.

#### PREGÃO Nº 14/2012

Processo: 098.003.768/2012.

A Transporte Urbano do Distrito Federal, por meio do Pregoeiro designado pela Instrução de Serviço nº 218 de 18 de outubro de 2010, publicado no DODF nº 201, do dia 20 de outubro de dois mil e dez, página 74, torna público que realizará licitação, Modalidade: Pregão, na sua forma Presencial – Tipo: Menor Preço Global. Data do recebimento da documentação e propostas: 10/04/2013. Horário do início: 09h. Local da Reunião: Auditório da DFTRANS, SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte – Rodoferroviária - Sobreloja - Ala Sul – CEP: 70.631-900 - Telefone: (061) 3043-0434 - BRASÍLIA/DF. Valor Estimado: R\$ 194.559,96 (cento e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos). Unidade Orçamentária: 26.204; Programa de Trabalho: 26.122.6010.8517.0076; Fonte: 100; Natureza da despesa: 33.90.39. Objeto: Licitação visa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recolhimento e transporte de valores das unidades de atendimento presencial do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA/DFTRANS), de forma a garantir as condições de segurança necessárias à movimentação financeira do numerário arrecadado com a comercialização de crédito e cartões do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos., a serem retirados em nossa Sede, mediante comprovante de depósito bancário ou pelo site: [www.dftrans.df.gov.br](http://www.dftrans.df.gov.br).

ISRAEL BRAZ DA SILVA  
Pregoeiro

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

#### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 113.002.504/2013. Interessado: CAESB. Assunto: Pagamento de fatura. Objeto do Processo: Pagamento de taxa referente a análise da qualidade da água nas rodovias. O Diretor Geral Substituto do DER/DF à vista do que consta do processo acima epigrafado, nos termos do Artigo 25, caput, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; ratifica nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação; Determina de acordo com o Artigo 79, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 25.735, de 06 de abril de 2005, a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 7.701,00 (sete mil e setecentos e um reais), a favor da CAESB - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF. Brasília/DF, 18 de Março de 2013. Reinaldo Teixeira Vieira - Diretor Geral Substituto.

#### AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2013.

O PREGOEIRO comunica aos interessados que o Resultado do Julgamento do Pregão supracitado, processo 113.008555/2012, encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Brasília/DF, 20 de março de 2013.  
GILBERTO NUNES VERAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2013.

Objeto: Aquisição de material de permanente – equipamentos para laboratório, conforme especificado no anexo I do edital, processo nº 113.003876/2011. Data e horário para recebimento das propostas: até 09h30min h do dia 05 de abril de 2013, com valor estimado de R\$ 425.779,64. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos www.der.df.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Demais informações no próprio edital.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.  
CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL  
Diretora de Materiais e Serviços

RESULTADO HABILITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 01/2013.

Tornamos público o resultado da Fase de Habilitação, referente à CONCORRÊNCIA supracitada. A Comissão declara inabilitadas as empresas JM TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, por não atender ao item 3.4.4.1 alínea “b” do Edital e FREITAS TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, por não atender ao item 3.4.2.5 do Edital e habilitadas as demais empresas participantes do certame. Fica marcada para o dia 03.04.2013 às 15:00 horas a abertura das propostas de preços, caso não seja interposto recurso.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.  
CRISTIANO ALVES CAVALCANTE  
Presidente

**SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO,  
REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO  
HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**

EDITAL Nº 33/2013.

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal e os termos do Edital nº 07/2011, publicado no DODF nº 71, de 13 de abril de 2011 – que retoma os procedimentos para a finalização do Edital de Chamamento nº 02/2008, publicado no DODF nº 153, de 07 de agosto de 2008, RESOLVE: Tornar Pública a relação com 41 (quarenta e um) candidatos/associados habilitados, em decorrência de processos examinados anteriormente a 10/03/2013, visando à aquisição de unidades habitacionais por meio do Projeto Samambaia/DF, conforme Anexo Único (NOME E CPF) relacionados por Entidade.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.  
LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA  
Diretor Presidente

ANEXO ÚNICO

1-ANA MARIA BRITO DA SILVA, 016.337.201-28; 2-ANGELA FERREIRA BATISTA, 011.463.261-81; 3-ANTONIO MADEIRO DE ARAUJO, 224.497.601-72; 4-ATAIDES DE SOUSA SILVA, 007.264.063-41; 5-BRAZ MAGNO LOPES PEREIRA, 539.159.501-06; 6-CAROLINE IRIS PANTOJA WILLIAMS, 577.522.652-68; 7-CERESVALDO DA SILVA PEDROSA, 729.388.703-53; 8-DANIEL PINTO, 490.654.751-68; 9-DAVI GADE TORRES DE OLIVEIRA, 895.330.461-04; 10-DIEGO TEIXEIRA DA SILVA, 009.250.741-79; 11-EDMILSON PEREIRA DA SILVA, 340.507.601-34; 12-EMILLYA RODRIGUES FAÇANHA, 043.094.271-03; 13-FRANKEN DAVID ABREU DOS SANTOS, 727.555.711-87; 14-ISMAEL RODRIGUES AMORIM, 995.280.701-59; 15-ISRAEL DE LIRA MILAGRE, 011.401.731-03; 16-IVANILDA VICENTE HENRIQUE, 645.646.304-15; 17-IVONEDE CORREIA POLVARA, 633.465.751-87; 18-JOSE PEREIRA SOARES FILHO, 329.954.401-25; 19-JOSE VALMIR FEITOSA NUNES, 102.766.885-20; 20-JOSE WILSON LIMA, 225.379.291-87; 21-JULIANA SANTOS DE SOUZA, 945.151.901-72; 22-KARINE CIRQUEIRA GOMES, 040.211.751-48; 23-MANOEL DA CONCEICAO SIQUEIRA, 471.396.093-49; 24-AURICIO FERREIRA DA SILVA, 015.138.721-41; 25-NILSEN NUNES DE LIMA, 713.936.921-68; 26-PATRICIA VINTURA SILVA, 013.399.911-44; 27-RAIMUNDO JOSE PIMENTEL REIS, 238.275.213-00; 28-RENATO RODRIGUES DE SOUSA, 374.629.973-04; 29-ROBLEDO DE AQUINO MORAES, 011.976.861-50; 30-RODAN BATISTA GEBRIM, 001.173.271-74; 31-ROSANGELA PINTO DINIZ, 697.439.161-72; 32-ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA, 870.347.511-53; 33-SAANE OLIVEIRA SEVERINO, 006.793.791-85; 34-TATIANA MARIA NARCISO, 925.134.921-53; 35-TIANE APARECIDA DE SOUZA LIMA, 016.763.431-30; 36-VALDECY COSTA SANTOS, 800.315.361-15; 37-VALDIRA TEIXEIRA LOPES, 707.555.821-87; 38-VALDIRENE MATIAS DA SILVA, 972.834.521-68; 39-VALERIA CRISTINA CUNHA NOVO, 026.369.849-17; 40-VANALDA DE MENEZES LIRA, 032.510.661-45; e 41-WEILY CASTRO LIMA, 003.571.811-07.

EDITAL Nº 34/2013.

O DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, considerando a Lei nº

3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, Torna Pública a relação de 42 (quarenta e dois) candidatos habilitados, originários da Relação de Inscrições por Entidade do Novo Cadastro da Habitação, listados no Anexo Único, aptos a participarem dos empreendimentos dos Editais de Chamamento/2011 ofertados pela CODHAB. (Entidade: nome, CPF)

Brasília/DF, 21 de março de 2013.  
LUCIANO NÓBREGA QUEIROGA  
Diretor Presidente

ANEXO ÚNICO

a) ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE HABITACIONAL COMUNITÁRIA DF: - 1) ANDERSON VIEIRA DOS SANTOS, 025.984.671-67, e 2) ANTONIO DE FARIA SANTOS, 585.196.701-30; - b) ASSOCIAÇÃO CAMINHADA MARIANA: - 3) FABIANA EMÍLIA PELLERES MARQUES DE SOUZA, 015.419.061-60; - c) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ASSISTENCIAL E HABITACIONAL DOS BANDEIRANTES: - 4) ANDRÉA MARQUES DO ESPERITO SANTO, 780.142.121-34, 5) TATIANE GOMES DA SILVA, 720.239.881-87, e 6) WILSON BARBOSA MACIEL, 534.801.983-68; - d) ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E HABILITAÇÃO DO RECANTO DAS EMAS: - 7) CLEIB AGUIAR MORAIS, 866.712.601-25, e 8) DIOMAR ALVES EVANGELISTA, 342.534.591-53; - e) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO RECANTO DAS EMAS: - 9) FRANCISCO EVANALDO DE LIMA, 781.613.711-72, e 10) VANDERLEY ALMEIDA RODRIGUES, 912.160.281-68; - f) ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA DAS QUADRAS PARES E ÍMPARES DO GUARÁ II: - 11) EDVALDO GONCALVES DA SILVA, 564.315.701-20; - g) ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS DA CAPITAL FEDERAL: - 12) FRANCISCO DE ASSIS NUNES DA SILVA, 266.404.571-72, e 13) PATRÍCIA MEDEIROS DE ALMEIDA, 026.837.445-79; - h) ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS DE PLANALTA DF: - 14) CAMILA JÉSSICA DA SILVA FERREIRA, 040.516.931-04; - i) ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SAMAMBAIA: - 15) MÁRCIA DA SILVA NERIS SANTOS, 471.655.101-68, 16) PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA, 022.431.601-02, e 17) ROBERTO SÉRGIO PEREIRA, 013.346.771-66; - j) ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PIONEIROS DO PARANOÁ: - 18) ALTON BENTO DA SILVA, 488.419.351-20; - k) ASSOCIAÇÃO DOS SEM HABITAÇÃO EM BRASÍLIA: - 19) NILMAR PEREIRA DOS SANTOS, 028.694.011-67, e 20) WILLIAMS LYRA DOS SANTOS ABREU, 647.873.201-06; - l) ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE DERIVADOS LOJA CONVENIÊNCIA DO DF E ENTORNO: - 21) MARIA ALMEIDA E ALMEIDA, 010.653.665-66; - m) ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DE TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DO GUARÁ: - 22) LUCIMAR MOTA FERNANDES, 665.126.111-87, e 23) SÉRGIO SOARES DA SILVA, 603.226.831-49; - n) ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL E BENEFICENTE DO RECANTO DAS EMAS: - 24) HAROLDO FERREIRA LIMA, 874.461.621-04, e 25) PALMERON RIBEIRO DE QUEIROZ, 317.064.871-34; - o) ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL FORÇA PARA VENCER: - 26) KLEBER MARQUES DO NASCIMENTO, 724.994.191-72; - p) ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE DESPORTIVA: - 27) MARCY MARQUES DE OLIVEIRA, 705.582.051-00, e 28) RUTH CAETANO DOS SANTOS, 516.165.211-04; - q) ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA GUARAENSE DOS INQUILINOS E SEM TETO DO DISTRITO FEDERAL: - 29) DENILSON RIBEIRO, 254.903.463-53, e 30) IRANICE DE JESUS BRANDÃO, 507.073.101-72; - r) CASA DE AMPARO DO RECANTO DAS EMAS: - 31) ABÍLIO FERRAZ ARRAES, 023.297.661-90; - s) CENTRO DE REFERÊNCIA DO NEGRO: - 32) MARINEUSA SANTOS RIBEIRO SANTANA, 176.236.775-00, e 33) NELMA DIAS DOS SANTOS, 240.183.841-49; - t) CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DA MULHER: - 34) SUZI COATTO DA SILVA, 512.405.641-04; - u) COOPERATIVA HABITACIONAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL: - 35) LEONTINA ISABEL DA SILVA GOMES PIRES, 422.544.696-49; - v) COOPERATIVA HABITACIONAL MORADORES UNIDOS DO DF: - 36) JOAQUIM BORGES DAMASCENO, 836.014.811-20, 37) JOSÉ RIBAMAR FERREIRA ARAÚJO, 625.154.117-20, e 38) MARIA DOS SOCORRO FERREIRA DE SALES, 535.085.563-87; - w) FÓRUM DAS ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES HABITACIONAIS DO DF E ENTORNO FAHEJE DF: - 39) GILDÁSIO FERREIRA DA SILVA, 342.649.811-15; - y) LIGA DESPORTIVA DO RECANTO DAS EMAS: - 40) RAIMUNDO RODRIGUES BERNARDINO, 238.791.651-49; - x) PREFEITURA COMUNITÁRIA DO BURITIS III: - 41) FABIANE MONTEIRO DA SILVA, 030.807.631-14; e - z) PREFEITURA COMUNITÁRIA DO RIACHO FUNDO II DF: - 42) RAFAEL PEREIRA DA SILVA, 024.040.841-19.

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO  
AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

**AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E  
SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Processo: 197.000.134/2013. Outorgado: JOÃO SEBASTIÃO RIBEIRO SALLES, CPF: 085.347.211-49. Objeto: Conceder o direito de uso de água subterrânea por meio de 01 (um) poço tubular, com os seguintes dados estimados: vazão máxima estimada de 16.553 l/h (dezesseis mil quinhentos e cinquenta e três litros por hora), durante o tempo máximo de captação de 20 h/

dia (vinte horas por dia), com um total de 331.050 l/dia (trezentos e trinta e um mil e cinquenta litros por dia), com finalidade industrial. Localização: Chácara Raziel, Km 44, BR 251, Bairro Tororó, Santa Maria/DF. Prazo: 05 (cinco) anos. Ato de outorga: Resolução/Adasa nº 07, de 21 de março de 2013, assinada pelo Diretor Presidente da ADASA, Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides.

## SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo 094.000.360/2013 - Interessado: SLU - Assunto: Contratação da empresa SBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA – EPP, objetivando a participação do Diretor Geral desta Autarquia no evento intitulado “Missão Califórnia Lixo Zero”, a ser realizado na Califórnia – USA, com data prevista para os dias 22/03 à 30/03/2013. Com fundamento na justificativa constante nos autos e parecer da Procuradoria Jurídica, o Diretor de Administração e Finanças do Serviço de Limpeza Urbana, reconheceu a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, autorizou a realização da despesa e a emissão da Nota de Empenho, no valor de R\$ 21.515,00 (vinte e um mil, quinhentos e quinze reais) em conformidade com o art. 30, incisos I e II, do Decreto nº 32.598, 15/12/2010. Posto isto, RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93. Publique-se no Diário Oficial do Distrito Federal para a devida eficácia legal, após encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para os fins pertinentes. Brasília/DF, 20 de março de 2013. Gastão José de Oliveira Ramos.

### EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2013.

Processo: 094.000.359/2013. FERNANDO CÉZAR TOBIAS DA SILVA, Leiloeiro Público Oficial, devidamente autorizado pelo SLU, comunica e faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que em conformidade com a Lei nº 8.666/93, com modificações posteriores, Lei nº 1.026 de 05.02.96, regulamentada pelo Decreto nº 17.982, de 21.01.97, promoverá a venda em leilão público, à vista, a quem maior lance oferecer, não inferior à avaliação, dos bens de propriedade do SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA abaixo relacionados, no estado de conservação em que se encontram, nas seguintes condições: 1 – DATA, HORÁRIO E LOCAL DO LEILÃO: no dia 06 de abril de 2013, sábado, a partir das 09:30 horas, no SGAIN – Áreas Isoladas Norte – Lote 23 - SLU - Serviço de Limpeza Urbana, em frente ao albergue da juventude, Brasília-DF; 2 – DATA, HORÁRIO E LOCAL DE VISITAÇÃO DOS BENS: Os bens encontram-se expostos à visitação pública no período do dia 26 de março a 05 de abril de 2013, dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 9H às 12H00 e das 13:00H às 17H00, no SGAIN – Áreas Isoladas Norte – Lote 23 - SLU - Serviço de Limpeza Urbana, (em frente ao albergue da juventude, Brasília-DF); não haverá vistoria dos lotes no dia do pregão, sábado, domingo e feriado. 3 – CONDIÇÕES DE ARREMATACÃO: Os bens serão vendidos à vista, no estado em que se encontram, pagos no ato da arrematação, a quem maior lance oferecer não inferior à avaliação. sobre o valor arrematado incidirão 5% (cinco por cento) referentes à comissão do leiloeiro. em caso de aquisição em nome de pessoa jurídica o representante da mesma deverá portar o cartão do CGC E inscrição estadual ou fotocópia autenticada dos mesmos, do contrário não será possível a emissão das notas em nome de pessoa jurídica. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não cabendo aos comitentes nem ao leiloeiro qualquer responsabilidade quanto a consertos, reparos ou mesmo providências referentes a retirada e transporte dos bens arrematados. É exclusiva atribuição do licitante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações, haja vista a possibilidade de ocorrerem erros tipográficos quanto à descrição dos lotes e confecção dos catálogos. dessa forma, a visitação dos bens torna-se essencial, não cabendo reclamações posteriores à realização do pregão quanto a erros na listagem dos bens. qualquer dúvida poderá ser dirimida no ato do leilão; 4 – PAGAMENTOS EM CHEQUES: As arrematações pagas através de cheques, somente serão liberadas para entrega após a compensação bancária dos mesmos. os cheques fora da praça só serão aceitos como garantia de compra, devendo os mesmos serem resgatados no primeiro dia útil posterior ao leilão por ordem de pagamento bancário ou depósito on line, nominal a Fernando César Tobias da Silva, no banco Bradesco, C/C: 99.600-9, Agência: 484-7. Os pagamentos não efetuados no ato do leilão implicarão ao arrematante faltoso as penalidades da lei, que prevê no caso de inadimplência a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo. 5 – RETIRADA DOS BENS: Os arrematantes dispõem do prazo de 10 (dez) dias úteis, para retirarem do local os bens arrematados. Não será permitida a retirada dos bens no dia do pregão. Ultrapassando este prazo e permanecendo os bens no local, a arrematação será cancelada e os bens automaticamente reincorporados ao patrimônio do SLU - Serviço de Limpeza Urbana, sem que caiba ao arrematante inadimplente, direitos a restituição dos valores pagos, inclusive à comissão do leiloeiro. 6 - TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN/DF: Correrá por conta do arrematante de veículo, todas as despesas de transferência junto ao detran, multas, IPVA, taxas, DPVAT e demais débitos que venha a incidir sobre o veículo após o leilão, devendo o veículo ser transferido em no máximo trinta dias após a realização do pregão, ficando o arrematante sujeito a multa caso ultrapasse o prazo. 7 – ADVERTÊNCIAS: Os arrematantes, ao término do pregão, deverão dirigir-se à secretaria para extração e pagamento da nota de venda. é proibido ao arrematante do lance vencedor ceder, permutar, vender ou qualquer outra forma de negociar os seus lotes antes do pagamento e da extração da nota fiscal de venda. todos os arrematantes estarão sujeitos ao artigo 335 do código penal brasileiro. Todo aquele que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar licitantes por meio ilícito, estará incurso nas penas de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, com os agravantes dos

crimes praticados contra a administração pública e da violência, se houver. 8 - BENS A SEREM LEILOADOS: 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0377, CHASSI 9BM682183SB066464; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0327, CHASSI 9BM682183SB064161; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0427, CHASSI 9BM682183SB064693; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0317, CHASSI 9BM682183SB064174; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0457, CHASSI 9BM682183SB066551; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0407, CHASSI 9BM682183SB064588; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 0447, CHASSI 9BM682183SB064666; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 2967, CHASSI 9BM682183SB064378; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 2917, CHASSI 9BM682183SB064197; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 2947, CHASSI 9BM682183SB065334; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 2927, CHASSI 9BM682183SB064130; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 2957, CHASSI 9BM682183SB064137; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 4137, CHASSI 9BM682183SB065967; 01 M.B. LK 1714/36, ANO 1995, PLACA JFO 4087, CHASSI 9BM682183SB064702; 01 M.B. LS 1924 A/42, ANO 1982, PLACA JFP 3934, CHASSI 35003312565520; 01 M.B. LS 1929 A/42, ANO 1983, PLACA JFP 4232, CHASSI 35003312633731; 01 M.B. LK 1519/42, ANO 1983, PLACA JFP 4412, CHASSI 34504212609756; 01 M.B. L 1114/48, ANO 1989, PLACA JFP 0772, CHASSI 9BM344014KB841707; 01 M.B. L 1113/48, ANO 1980, PLACA JFP 9251, CHASSI 34403312521478; 01 M.B. L 1113/48, ANO 1980, PLACA JFO 2820, CHASSI 34403312589915; 01 M.B. LK 1313/36, ANO 1980, PLACA JFP 9241, CHASSI 34502112516106; 01 M.B. LK 1313/36, ANO 1983, PLACA JFP 8891, CHASSI 34502112622946; 01 M.B. LK 1514/42, ANO 1988, PLACA JFP 4312, CHASSI 9BM345033JB814002; 01 M.B. LK 1514/42, ANO 1988, PLACA JFP 4604, CHASSI 9BM345033JB818922; 01 M.B. LK 1514/42, ANO 1988, PLACA JFP 3672, CHASSI 9BM345033JB818782; 01 M.B. LK 1514/42, ANO 1989, PLACA JFP 9651, CHASSI 9BM345033KB842603; 01 M.B. LK 1514/42, ANO 1989, PLACA JFP 4402, CHASSI 9BM345033KB842525; 01 M.B. LK 1513/42, ANO 1980, PLACA JFP 0334, CHASSI 34503312514337; 01 M.B. LK 1518/42, ANO 1987, PLACA JFP 9231, CHASSI 9BM345333HB778786; 01 M.B. LK 1518/42, ANO 1987, PLACA JFP 9851, CHASSI 9BM345333HB778956; 01 M.B. LK 1518/42, ANO 1987, PLACA JFP 0542, CHASSI 9BM345333HB780311; 01 M.B. LK 1518/42, ANO 1987, PLACA JFP 9701, CHASSI 9BM345333HB779955; 01 VW KOMBI STD, ANO 1997, JFO 5309, CHASSI 9BWZZ2372VP031661; 01 FIAT UNO, ANO 1997, PLACA JFO 3709, CHASSI 9BD146058V5943416; 01 TOYOTA PICK-UP, ANO 1997, PLACA JFO 8079, CHASSI 8AJ31LM86V9501614; 01 TOYOTA PICK-UP, ANO 1997, PLACA JFO 8089, CHASSI 8AJ31LM86V9501728; 01 TRATOR DE PNEU VALMET 68, ANO 1989, CHASSI 06800706792; 01 trator de pneu VALMET 68, ANO 1988, CHASSI 0680070676819; 01 PÁ MECÂNICA CASE W20-0130U35, ANO 1988, CHASSI 694088; 01 PÁ MECÂNICA CLARK MICHIGAN 55, ANO 1990, CHASSI 427H1092BRC; 01 CARRETA RANDON RANCHA, ANO 1991, PLACA JFP 9171, CHASSI 9ADC13420MS090993; elevadores hidráulicos, grande quantidade de ferramentas para oficina, bebedouros, móveis para escritório, equipamentos diversos, impressoras, computadores, máq. de solda, lava jato, sucata ferrosa e não ferrosa ar- condicionado, tratores agrícolas, peças novas de caminhões, cadeiras, armários de aço e outros bens considerados inservíveis pelo SLU - Serviço de Limpeza Urbana. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico do leiloeiro ([www.dfleiloes.com.br](http://www.dfleiloes.com.br)), pelos telefones (61) 3552-4667 E (61) 8147-0091 ou no local de visitação dos bens.

FERNANDO CÉZAR TOBIAS DA SILVA

## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

### SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS COORDENAÇÃO DE PREGÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 638/2012.

A PREGOEIRA comunica aos interessados que o pregão acima, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em aluguel de container para remoção de entulhos de obras civis, reformas e demolições no edifício Anexo do Palácio do Buriti, restou deserto e sua nova abertura será às 09h30 dia 04/04/2013. Valor Estimado: R\$ 15.187,50. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br). Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5325

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

CLEONICE NERI DOS SANTOS

#### AVISOS DE LICITAÇÕES PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e troca de peças, em câmara fria, refrigeradores e freezers, para

atender as necessidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Abertura: dia 08 de abril de 2013 às 09h00min. O respectivo edital poderá ser retirado pelo endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br/editais/editais](http://www.compras.df.gov.br/editais/editais) externos ao e-compras ou na Seção de Protocolo da Subsecretaria de Licitações e Compras situado no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco "L", Térreo, Edifício Lino Martins Pinto – Brasília/DF, das 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas, mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago em qualquer agência bancária, através de DAR, código 357-3, no valor de R\$ 7,00 (sete reais). As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via Internet, obrigam-se a acompanhar possíveis alterações no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor Estimado: R\$111.362,68. Processo n.º. 196.000.256/2012 – FJZB

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

CARLOS ALEXANDRE GOMES DE MEDEIROS

Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2013.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços gráficos (banner, adesivos, revistas, livretos, dentre outros), conforme especificações e condições constantes do Anexo I do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: até as 09h30min do dia 05/04/2013. Processos nº 419.000.025/2012, 419.000.026/2012 e 063.000.450/2011. Valor estimado R\$ 1.173.242,52 O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br). Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5325.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

CLEONICE NERI DOS SANTOS

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2013.

Objeto: Aquisição de material de consumo diverso: (vestuário, tecidos e aviamentos, bandeira), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 08/04/2013. Processo nº 063.000.010/2012 (principal) – FHB e outros. Valor estimado R\$ 515.383,62. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br) e será conduzido pelo Pregoeiro Edmar Firmino Lima. Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5325 ou 3312.5329.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

LUCIMAR PINHEIRO DE DEUS

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2013.

Objeto: Aquisição de material de acondicionamento e embalagem (caixa de isopor, coletor material perfuro-cortante e sacola), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: Até 08h30min do dia 08 de abril de 2013. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br). Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5325. Valor estimado: R\$ 49.339,79 Processos n.ºs: 063.000.099/2013-FHB, 510.000.099/2013-SETUR e 135.000.185/2013-RA VI.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

CLEONETE OLIVEIRA BARROS

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2013.

Objeto: Aquisição de material de construção (ferramentas em geral, material instalação elétrica e iluminação, material instalação hidráulica, madeiras, laminados, etc.), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 09/04/2013. Processo nº 063.000.511/2012 (principal) – FHB e outros. Valor estimado R\$ 101.342,09. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br) será conduzido pelo Pregoeiro Edmar Firmino Lima. Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5325 ou 3312.5329.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

LUCIMAR PINHEIRO DE DEUS

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2013.

Objeto: Aquisição de alimentos para animais (feno, ração canina, ração extrusada para equinos); materiais para uso veterinário (carrapaticida e inseticida), conforme especificações e condições constantes do Anexo I do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 04/04/2013. Processos n.ºs 135.000.139/2013-Planaltina, 056.000.164/2013-FUNAP, 050.000.220/2013 e 050.000.025/2013-SSP. Valor estimado R\$ 23.051,40. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br). Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5325.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

PATRÍCIA TAMEIRÃO DE MOURA GODINHO

Pregoeira

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 625/2012 .

O PREGOEIRO comunica que retificação do resultado do julgamento do Pregão acima citado, encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site [www.compras.df.gov.br/licitações/andamento](http://www.compras.df.gov.br/licitações/andamento). Processo n.º 070.002.705/2012 - SEAGRI.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

CARLOS ALEXANDRE GOMES DE MEDEIROS

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2013.

A Pregoeira Substituta comunica que o Resultado de Julgamento do Pregão acima citado, encontra-se disponível no sistema eletrônico, site: [www.compras.df.gov.br/licitações/andamento](http://www.compras.df.gov.br/licitações/andamento). Processo nº 063.000.409/2012- FHB.

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

CLEONETE OLIVEIRA BARROS

## COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2012.

O PREGOEIRO, DA COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, comunica que o presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, em 20/03/2013, homologou nos termos do inciso VI do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inciso XXII do Art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 e inciso IV do Art. 6º do Decreto Distrital nº. 23.460/2002, o resultado do Pregão Presencial nº 12/2012 (processo 121.000.153/2012) a favor da empresa INSTITUTO EUVALDO LODI DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ/MF nº 00.366.849/0001-83, no valor de R\$ 627.548,04 (seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos).

Brasília/DF, 21 de março de 2013.

TAIRONE AIRES CAVALCANTE

## SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SEAP x SEM Nº 01/2013.

Processo 002.000.027/2013- Partes: A SEAP e a SEM, com Interveniência intermédio da Escola de Governo - EGOV. Objeto: O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo estabelecer uma cooperação institucional e técnica para viabilizar a realização de dois cursos de capacitação para os servidores da SEM/DF envolvidos nos Convênios nº. 186/2011, entre a SEM/DF e a SPM/PR e o de nº. 145/2011, entre a SEM/DF e o MJ/DEPEN. Vigência: O presente Acordo será de vinte e quatro meses, a contar de sua assinatura. Data da Assinatura: 20/03/2013. Signatários: Pela SEAP: Wilmar Lacerda, na qualidade de Secretário da Administração; Pela SEM: OLGAMIR AMANCIA FERREIRA, na qualidade de Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal.

## SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 08/2013.

Processo: 220.000.019/2013 – Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE X TERRAVISTA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA. O presente Termo de Autorização tem por objeto a autorização de uso do Ginásio Nilson Nelson para o Evento “SHOOTO BRASIL”, cf. proposta às fls. 01 constante do processo; Vigência: O presente termo terá vigência a partir das 08h dos dias 13 a 15 de março e 11 a 13 de dezembro de 2013 e encerrará às 00h de cada período do corrente ano, ressaltando que o período de 13 e 14/03 e 11 e 12/12/2013 são para montagem, evento dias 15/03 e 13/12. Ratificação: Permanecem as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente termo de autorização; Data da Assinatura: 14 de março de 2013; Signatários: Pelo Distrito Federal Julio Cesar Ribeiro, na qualidade de Secretário de Estado; Pela Autorizatória Luciano Girade Correa, na qualidade de Presidente.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE RESULTADO Nº 13  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2013

Para efeito do que estabelece o art. 13, XIII, do Decreto Distrital nº 23.460/02, informo o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais bibliográficos durante o ano de 2013, sendo vencedora a Adjudicatária Êxito Distribuidora e Comércio de Livros Ltda., CNPJ: 08.065.700/0001-76, pelo montante estimado de R\$ 96.324,00 (noventa e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais).

Brasília, 4 de março de 2013.

ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI

Pregoeira

AVISO DE RESULTADO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2013

Para efeito do que estabelece o art. 13, inciso XIII, do Decreto Distrital nº 23.460/02, informo o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é contratação de empresa especializada para o fornecimento de medicamentos durante o exercício de 2013: licitação deserta.

Brasília, 12 de março de 2013.  
ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI  
Pregoeira

AVISO DE ABERTURA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2013

Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos durante o exercício de 2013. Processo: 25166/2012 – TCDF. Valor estimado: R\$ 22.000,00; enquadramento: natureza 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, classificação funcional e programática 01.122.6005.8517.0019 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – TCDF, fonte de Recursos 100. Vigência: 2013. limite de recebimento das propostas: 09/04/2013, às 14h30min. Cópia do edital encontra-se à disposição na Seção de Licitação e Contrato, 2º andar do Edifício Anexo do TCDF, fone (61) 3314-2742 ou pelos sítios: [www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). A Sessão Pública será processada no sítio do ComprasNet, nos termos do Edital.

Brasília, 12 de março de 2013.  
ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI  
Pregoeira

## INEDITORIAIS

### HC PARTICIPAÇÕES S/A

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da HC PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ-MF sob o número 03.257.544/0001-21 e tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal sob o número 533.0000596-6, por despacho de 06/07/1999, CONVOCA todos os seus acionistas para 14ª Assembleia Geral Ordinária e 19ª Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas às 14 horas do dia 15/04/2013, para deliberarem sobre as Demonstrações Financeiras do ano findo em 31/12/2012 e a destinação das reservas de capital constante na mesma, a serem realizadas em sua sede social no SIA Trecho 01, Lote 1711 (parte), Brasília/DF. Sebastião de Carvalho Neto – Diretor.  
DAR-287-A/2013.

### SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/MF Nº 09.248.608/0001-04 NIRE Nº 33.3.0028479-6

#### DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

César Lopes de Souza, identidade nº 1.104.495 SSP/DF, CPF/MF nº 553.628.341-34; João Carlos França de Mendonça, identidade nº M5.121.306 SSP/MG, CPF/MF nº 023.696.286-85; Leandro Evangelista Poli, identidade nº 20.279.963-8 SSP/SP, CPF/MF nº 166.314.758-21; Márcio de Moraes Palmeira, identidade nº 10.043.594-0 IFP/RJ, CPF/MF nº 023.994.177-20; Rogério Hashimoto, identidade nº 22.096.969-7 SSP/SP, CPF/MF nº 157.083.608-60; Rosete Boukai Neta, identidade nº 06.622.362 IFP/RJ, CPF/MF nº 759.253.387-15; e Sergio Wilson Ramos Junior, identidade nº 14.010.355-7 SSP/SP, CPF/MF nº 818.965.067-04. DECLARAM sua intenção de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, para os quais serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a se realizar no dia 27 de março de 2013 e que preenchem todas as condições estabelecidas na legislação em vigor para exercício do cargo para os quais serão eleitos. ESCLARECEM que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, no endereço abaixo, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito à vista do respectivo processo. Endereço da SUSEP: Av. Presidente Vargas nº 730, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20071-900. Rio de Janeiro, 20 de março de 2013. César Lopes de Souza, João Carlos França de Mendonça, Leandro Evangelista Poli, Márcio de Moraes Palmeira, Rogério Hashimoto, Rosete Boukai Neta, Sergio Wilson Ramos Junior.  
DAR-307/2013.

### S/A CORREIO BRAZILIENSE

SIG/Sul, quadra 02, nº 340 - Brasília – DF  
CNPJ: 00.001.172/0001-80 // NIRE: 53 3 0000129-4

#### CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria da S/A Correio Braziliense, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, nos termos dos Artigos 13 a 18, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 1º de abril de 2013, às 11:00 horas, na sede social da Empresa, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) autorizar a Diretoria a conceder aval/fiança em operação de crédito de empresa interligada. Brasília - DF, 21 de março de 2013. Álvaro Augusto Teixeira da Costa - Diretor Presidente; Evaristo de Oliveira - Diretor Vice-Presidente Executivo.  
DAR-308/2013.

### CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

#### COMUNICADO

A Corumbá Concessões S.A., comunica que os valores apurados para aplicação em Projetos de P&D referentes ao período de janeiro a dezembro de 2012, bem como a relação de projetos de P&D, encontram-se disponíveis para consulta na página inicial de seu portal eletrônico. Para acesso digite o seguinte endereço eletrônico: [www.corumba4.com.br](http://www.corumba4.com.br), clique no link P&D e em seguida no ano ou projeto que desejar visualizar.

MARCONI MELQUÍADES DE ARAÚJO  
Diretor Presidente

DAR-311/2013.

### PETROGAMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

#### AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO RENOVAÇÃO

Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a título de renovação da Licença de operação nº 01/2010, para a atividade de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos, na Quadra 46 lote 24 PAG Setor Central, Gama/DF. Processo 190.000.675/2003. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Letizia Maria Montanaro Bertozzi, responsável legal.  
DAR-312/2013.

### OCS – INVESTIMENTOS S/A

CNPJ/MF: 00.791.919/0001-40

#### AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na Sede Social, no SIA Trecho 3, Lotes 1130/1180, Parte C - Brasília - DF, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2012. Brasília-DF, 21 de março de 2013. Orlando Carlos da Silva Junior - Diretor-Vice Presidente.  
DAR-315/2013.

### JORLAN S/A - VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 01.542.240/0001-80

#### AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na Sede Social, no SIA Trecho 3, Lotes 1130/1180, Parte - Brasília - DF, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76 relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2012. Brasília-DF, 21 de março de 2013. Orlando Carlos da Silva Junior - Diretor-Vice Presidente.  
DAR-316/2013.

### ORLANDO CARLOS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA

CGC-MF: 00.635.698/0001-11

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL OBRIGATÓRIA

São convocados os Senhores quotistas a se reunirem em Assembleia Geral Obrigatória a se realizar no dia 05 de abril de 2013, às 11:00 horas na Sede Social, no SIA TRECHO 3, Lotes 1130/1180, Parte A – Brasília/DF, com a finalidade de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I) Aprovar a criação de plano de compra e venda de imóveis nas empresas controladas pela sociedade; II) Consolidação do Contrato Social da Sociedade. III-Outros assuntos de interesse da Sociedade. Brasília/DF, 21 de Março de 2013. Antonio Carlos Machado e Silva. Administrador.  
DAR-318/2013.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Considerações gerais:

O ano de 2012 se revelou muito importante para a Companhia, notabilizando-se pela realavancagem financeira através de emissão de debêntures não conversíveis (com custos menores) e o consequente resgate ("call") do Fundo de Investimento em Participação Corumbá (FIP Corumbá), a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores através de redução de capital, além da efetiva renovação da Licença de Operação (L.O.) 514/2005, sendo esta estendida até o ano de 2018. Enquanto as primeiras ações melhoram significativamente o custo médio de capital da empresa e sua capacidade de distribuição de dividendos, a renovação da L.O. válida a estratégia de atuação socioambiental da Companhia.

A estratégia de resgate (exercício do "call") do FIP Corumbá e cancelamento de suas ações, através da realavancagem do mesmo, com recursos captados no Mercado Financeiro via emissão de debêntures (CVM nº 476) foi uma meta estabelecida pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo sido atingida pela Administração no mês de novembro de 2012. Como explicitado anteriormente, com a convergência da contabilidade nacional às normas internacionais de contabilidade, desde 2010 as despesas referentes à remuneração do FIP Corumbá deixaram de contar com o benefício fiscal associado às despesas de uma forma geral, ou seja, tornando o custo efetivo do FIP Corumbá bastante elevado e, além disso, o cenário macro econômico nacional de 2012 apontava para grandes oportunidades de uma nova captação de recursos com custos reduzidos. O Brasil de 2012 entrou em linha com economias que já trabalhavam com juros reais em torno de 2% a 3%, ao ano, um novo cenário econômico. A substituição do FIP Corumbá, que já montava cerca de R\$ 186.000 (com remuneração de IGPM+8,5% a.a. sem benefício fiscal) pelas debêntures emitidas e integralizadas a um custo de 128,8% do CDI (com benefício fiscal da despesa) tem um duplo benefício, o primeiro deles é a redução do custo financeiro de face (cerca de 9,5% a.a. de custo nas debêntures, contra cerca de 13,5% a.a. como custo do FIP Corumbá) e o segundo benefício é o aproveitamento fiscal (34% de IR/CSSL) sobre a nova despesa associada ao custo das debêntures. Em termos aproximados o custo financeiro passa então de cerca de 13,5% a.a. (supondo IGPM a 5% a.a.) para cerca de 6,3% a.a. (supondo CDI em torno de 7,25%). Essa reponderação do custo de capital da Corumbá irá possibilitar melhores resultados econômicos e de caixa, otimizando o retorno aos Acionistas. Vale ressaltar que todas as autorizações necessárias a essa operação foram plenamente concedidas sejam pelo órgão regulador (ANEEL) ou mesmo pelos bancos financiadores (BNDES e Banco do Brasil).

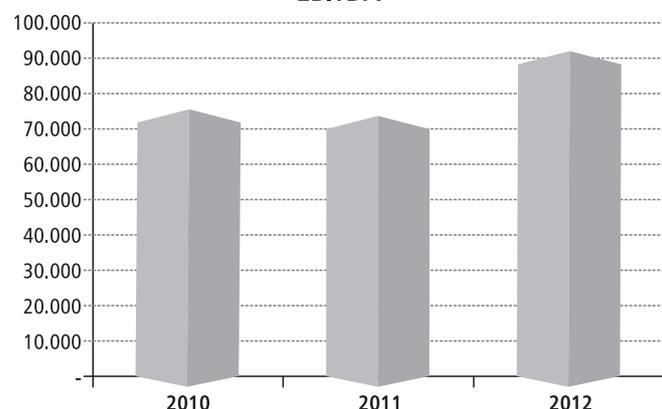
A emissão das debêntures em série única, não conversíveis em ações (simples) acima mencionada no valor global de R\$ 200.000, com finalidade de prover recursos ao resgate do FIP Corumbá, foi instrumentalizada via instrução CVM nº 476 (esforços restritos) tendo sido coordenado pelo Bradescor BBI, com a Pinheiro Neto Advogados como assessor legal, a Pentágono S.A. como agente fiduciário e integralizadas na sua totalidade, registradas na CETIP com código "CRUM11". Essas debêntures têm remuneração de 128,8% do CDI pagos semestralmente, com prazo total de 8 anos, iniciando a amortização não linear do principal em 2016 com término em novembro de 2020. Esse prazo total (e "duration"), juntamente com o perfil de amortização foi calculado junto aos Bancos financiadores de forma a manter o índice de cobertura do serviço da dívida dentro dos patamares contratados.

Um outro passo bastante importante com vistas à maior rentabilização do investimento dos Acionistas também foi dado em 2012. Na 1ª AGE de agosto desse ano os Acionistas por unanimidade acataram a recomendação da Diretoria de absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores (R\$ 80.486) através de redução de capital social. Essa absorção de prejuízos possibilitará então, em conjunto com a realavancagem do FIP Corumbá, a antecipação de distribuição de dividendos aos Acionistas, distribuição essa que já será percebida com a distribuição de parte do lucro registrado em 2012.

Não podemos deixar de ressaltar ainda a renovação da Licença de Operação (L.O.) da Corumbá nº 514/2005 emitida pelo IBAMA em abril deste ano, estando a mesma válida até o ano de 2018. Consideramos essa uma validação importante da estratégia de atuação socioambiental implementada pela Companhia desde 2006.

Não obstante a realavancagem do FIP Corumbá ter ocorrido somente em novembro deste ano, já registramos em 2012 a retomada do lucro, com um resultado líquido positivo de R\$ 5.196, ensejando, portanto, proposta de distribuição de dividendos conforme o Estatuto Social. Dessa forma o ano de 2012 representa a retomada da trajetória de lucro da Companhia bem como a distribuição de dividendos aos Acionistas.

O resultado de caixa gerado pelas operações (excluindo-se efeitos de borda de calendário no recebimento do PPA de dezembro de 2011 em 2012 de R\$ 3.244) foi de R\$ 81.349 em 2012 contra cerca de R\$ 71.355 em 2011, representando um aumento de cerca de 14%. Nesse mesmo sentido o EBITDA de 2012 de R\$ 90.972 foi maior que o mesmo de 2011 de R\$ 71.632 em cerca de 26%. Essa melhora dos resultados operacionais se deve ao aumento natural da receita juntamente com esforço adicional na redução dos custos.

**EBITDA**

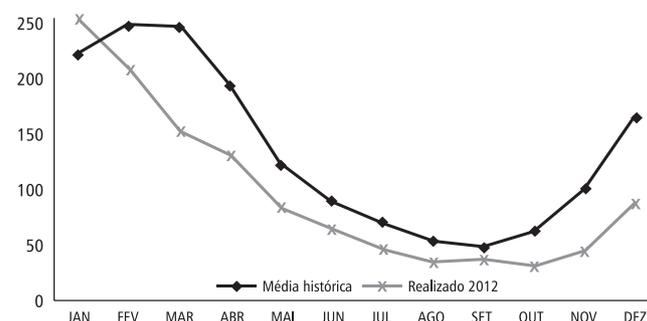
No que diz respeito às demais linhas do resultado (Resultado financeiro, Impostos, etc.) espera-se para os próximos anos, tendo em vista a redução do custo de capital da Corumbá, uma melhora expressiva, tanto no Resultado financeiro, quanto no registro e pagamento de impostos, ensejando resultados líquidos bastante superiores.

Ainda no contexto operacional, o ano de 2012 se destaca também por:

- . Geração física de energia elétrica dentro dos patamares de volume e qualidade requeridos pelos órgãos fiscalizadores e os clientes.
- . Ênfase no atendimento às condicionantes ambientais (vide capítulo "meio ambiente"), com forte ação em projetos de atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA de socioeconomia.
- . Após certificação técnica da Voith Siemens, foi dada continuidade junto ao IBAMA e DNIT ao processo de elevação da energia assegurada, já iniciadas inclusive obras em rodovias solicitadas pelo DNIT.
- . Investimento continuado no treinamento de pessoal técnico da Corumbá, bem como reforço no treinamento do pessoal próprio do escritório.
- . Aprovação pelo IBAMA do PACUERA (Plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório).
- . Sucesso em vários litígios judiciais nas áreas fundiárias e civil (Ação civil pública).

No tocante à geração operacional registra-se o taxa média de disponibilidade da Usina em torno de 94,14% no ano de 2012.

Ressalta-se contudo, uma vazão (m³/s) do rio Corumbá/afluência realizada ao longo de 2012 bastante inferior à média histórica bem como o esperado para esse período, diminuindo assim a geração física neste ano, refletindo-se na liquidação financeira (MRE) nos últimos meses de 2012.

**Afluência Rio Corumbá - m3/s**

Em setembro de 2012 foi editada a MP 579, transformada na Lei 12.983/13, que, com vistas a redução dos custos de energia elétrica no Brasil, trata da possibilidade de renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição a vencer entre 2015 e 2017, além disso, para esse fim, dispõe sobre a redução de encargos setoriais. São alcançadas por essa MP aquelas concessões outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987 de 1995 e não licitadas, fato este que não alcança a Companhia, mesmo porque o primeiro prazo de concessão da Companhia finda somente em 2035. Não obstante essa mudança regulatória não alcançar a Companhia neste momento, a Administração procedeu a uma análise do valor presente do fluxo de caixa projetado gerados pelos ativos da Companhia até 2035, chegando a valores superiores aqueles contabilizados como imobilizado.

Convergência às normas internacionais de Contabilidade – Testes de "impairment" :

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores aqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de "impairment") a Administração ressalta no caso prático:

**A - Principais Indicadores Externos de "impairment":**

- valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizado;
- As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;
- O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

**B - Principais Indicadores Internos de "impairment":**

- Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- . Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- . Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento procedimentos de compra e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões;
- . Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros;
- . Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas;
- . Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável);
- . Comitê para convergência ao IFRS: Reuniões mensais com a área contábil com finalidade de análise e discussão da convergência contábil para os critérios internacionais.

Continua

Continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2012, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações as provisões para esses riscos de acordo com a CPC 25.

**Renovação da Licença de Operação nº 514/2005**

O IBAMA, juntamente com a Companhia, realizou audiências públicas em 2011 nas comunidades do entorno com vistas a renovação da LO nº 514/2005. O pedido de renovação da Licença de Operação (LO) nº 514/2005 da UHE Corumbá IV foi protocolado em agosto de 2009, sem maiores exigências por parte daquele órgão. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 até 18/04/2018.

Nesse documento o IBAMA valida as ações socioambientais implementadas pela Companhia desde 2006 e procede somente alguns ajustes menores nos Programas Básicos Ambientais (PBA) para os próximos 6 anos. Dessa forma, é com satisfação de um trabalho reconhecido que a Companhia recebe essa renovação da L.O. certa de que para os próximos 6 anos será dada continuidade a essas ações e políticas.

**Aprovação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial – PACUERA.**

O PACUERA é um documento que tem por finalidade ordenar o uso do entorno dos reservatórios artificiais e auxiliar o Plano Diretor dos Municípios envolvidos.

A Companhia solicitou a aprovação do seu PACUERA ao IBAMA em junho de 2005. Após inúmeras alterações e audiências públicas em 2012 nos municípios do entorno do reservatório, o PACUERA foi aprovado em 08 de outubro de 2012.

**Meio Ambiente**

A Companhia visa sempre atender às especificações dos Programas Básicos Ambientais (PBAs), determinados em condicionantes na Licença de Operação – LO nº 514/2005, estabelecidas pelo órgão licenciador e fiscalizador competente (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), e com base na política da administração empresarial que contempla a sustentabilidade econômica, social e ambiental para o reservatório e seu entorno.

As ações são desenvolvidas e implementadas por empresas especializadas, sob orientação e coordenação do Departamento de Meio Ambiente da Companhia.

As frentes de trabalho do Departamento de Meio Ambiente estão agrupadas conforme similaridade de aspectos ambientais dos meios socioeconômico, físico e biótico, os quais visam mitigar e controlar alterações no reservatório da Usina e no seu entorno.

**MEIO SOCIO ECONÔMICO****PBA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ROGRAMAS DE RÁDIO INFORMATIVOS DE TEO JORNALÍSTICO OUVIDORIA	Veiculado todas as 3ª e 6ª Feiras. Total 104 programas. 3 edições com tiragem de 5.000 exemplares cada Ouvidoria disponível via telefone, e-mails e home-page
--	---

**PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

OFICINAS COM AS COMUNIDADES CAPACITAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS EXCURSÕES TÉCNICAS	9 sendo: 2 Abadiânia, 1 Alexânia, 1 Santo Antônio do Descoberto, 2 Corumbá de Goiás, 2 Luziânia, 1 Silvânia 5 sendo: 2 Alexânia, 1 Santo Antônio do Descoberto, 1 Luziânia, 1 Brasília 3 sendo: 1 Alexânia, 1 Luziânia, 1 Corumbá de Goiás 21 sendo: 5 Luziânia, 5 Alexânia, 6 Silvânia, 5 Santo Antônio do Descoberto
REUNIÕES NAS COMUNIDADES	7 sendo: 4 Alexânia, 2 Abadiânia, 1 Santo Antônio do Descoberto
EVENTOS DE INTERFACE PARADA ECOLÓGICA	5 sendo: 2 Luziânia, 1 Alexânia, 2 Abadiânia Visitas em 200 residências, sendo: 86 em Luziânia e 114 em Alexânia

**PBA SEGURANÇA E ALERTA**

TOTAL DE 528 HORAS DE CURSOS E TREINAMENTOS	120 h - Curso de Segurança com Máquinas Portáteis 128 h - Curso de Reciclagem para Direção Defensiva 152 h - Curso de Reciclagem de Brigada de Incêndio 128 h - Treinamento para Trabalho em Altura
---	--

**PBA RELOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

ÁGUA ENERGIA ELÉTRICA	Total de 46 poços perfurados Total de 2.268 metros lineares em 5 glebas Realização de uma estrada na gleba nº202 em Santo Antônio do Descoberto. A construção está em andamento com o final da obra em janeiro de 2013.
MALHA VIÁRIA	Total de 14.079,50 m² de desconstrução realizadas em 04 glebas, sendo 03 em Santo Antônio do Descoberto e 01 em Alexânia.

**PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA USINA**

BALDE CHEIO	Capacitações: Pastejo e alimentação de vacas em lactação; Manejo reprodutivo e nutricional; Cria e cria de bezerras e Administração de propriedades rurais (sendo as duas últimas ministradas pelo sistema Senar/Faeg-GO). Instalação de fossas sépticas biodigestoras nas unidades demonstrativas. Distribuição de cerca de 400 mudas de árvores nativas do Cerrado para cada município para serem plantadas em nascentes ou escolas com o objetivo de recuperar áreas degradadas e promover a conscientização ambiental. Plantio de Milho para silagem em: Luziânia, Gameleira, Abadiânia, Alexânia e Corumbá (plantio nos municípios restantes no início de 2013) Total de 06 (seis) dias de Campo (em todos os municípios - com exceção de Silvânia), com uma média de 150 participantes por município.
-------------	---

**AGRINHO****CONSTRUÇÃO DE CASAS REFORMA E CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS DOAÇÕES****PATROCÍNIOS CULTURAIS**

O programa envolveu 400 mil alunos em 200 municípios em 2012. Foram capacitados 15 mil professores de 2 mil escolas. Os números superaram os dados do ano passado. Entre os premiados do programa em diversas categorias estiveram alunos e professores de Silvânia, Alexânia, Luziânia, Gameleira de Goiás, Corumbá de Goiás.

03 casas construídas em Santo Antônio do Descoberto 03 sendo: 01 em Corumbá de Goiás, 01 em Alexânia e 01 em Novo Gama

Placas Ambientais  
Camisetas  
Folders  
Caixas d'água e materiais para a construção  
Brinquedos  
Assinatura Mensal da Revista Escola  
Cavalhadas de Corumbá de Goiás  
Vozes de Corumbá de Goiás

**MEIO FÍSICO****MONITORAMENTO BASEADO NAS SEGUINTE CATEGORIAS:**

ABERTURA E REABERTURA DE ESTRADAS	39 ocorrências
RAMPA DE ACESSO AO RESERVATÓRIO	02 ocorrências
CONSTRUÇÃO DE CASAS PLANTAÇÃO	12 ocorrências
DESMATAMENTO	Nenhuma ocorrência no ano de 2012
INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA	38 ocorrências
ÁREA PARA CHURRASCO	02 ocorrências
PERFURAÇÃO DE CISTERNA	03 ocorrências
CONSTRUÇÃO DE FOSSA	Nenhuma ocorrência no ano de 2012
JARDINAGEM EXÓTICA	02 ocorrências
ESTACIONAMENTO	06 ocorrências
CONSTRUÇÃO DE CERCA	01 ocorrência
RETIRADA IRREGULAR DE ÁGUA DO RESERVATÓRIO	24 ocorrências
	37 ocorrências

**PACUERA**

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA) é previsto pela Resolução Conama, número 302, de 2002, tem por finalidade normatizar o uso do entorno do reservatório, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade de projetos que possam ser implementados. Este documento é uma complementação dos planos diretores municipais

O Pacuera da Usina foi aprovado, no dia 08 de outubro deste ano pelo Ibama, após a realização das consultas públicas que contaram com a participação de representantes de prefeituras, escolas, produtores rurais e moradores dos municípios do entorno do reservatório da Usina. Nessas reuniões, os participantes conheceram e discutiram o Plano com técnicos do Ibama, as reuniões contaram com a presença de representantes do Ministério Público Federal e de Goiás e também da Companhia.

O documento está disponibilizado nas prefeituras municipais do entorno do reservatório, nos órgãos públicos e no site da Companhia, para consultas conforme edital divulgado pelo IBAMA no diário oficial.

**MEIO BIÓTICO****PBA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA**

Campanhas trimestrais em:  
13 pontos do Rio  
08 pontos do Reservatório  
01 ponto Lançamento da ETE Santo Antônio do Descoberto

**PBA CONTROLE DE FOCOS EROSIVOS DAS ENCOSTAS MARGINAIS**

Focos Erosivos:  
20 estão controlados;  
44 estão recuperados; e  
01 está em processo de intervenção

**PBA CLIMATOLOGIA**

Sem registros de alteração no microclima da região de influência da Usina

**PBA ÁGUA SUBTERRÂNEA**

Rede de monitoramento compostas por 10 piezômetros.  
Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da Usina aumentou com o enchimento do reservatório.

**PBA SISMOLÓGICO**

Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da Usina

**PBA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE MACRÓFITAS**

30 t/ha de Biomassa no Reservatório  
120.000 m3 Biomassa retirada do reservatório  
39,29 t Biofertilizante produzido

Continua

Continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

PBA SEDIMENTOLÓGICO	PBA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA
Rede monitoramento, composta por 6 estações hidrométricas Monitora a entrada e saída de sedimentos do reservatório da Usina	Plantio de 12.000 mudas de espécies nativas do Cerrado Monitoramento e Manutenção (roçagem, coroamento das mudas e controle de formiga)
PBA REVEGETAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA USINA	PBA DA FAUNA SILVESTRE Concluído
Realizado em 2011/2012: 10 ha. em Santo Antônio do Descoberto 20 ha. em Abadiânia	PBA DA ICTIOFAUNA Concluído
PBA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA	PBA CONTROLE DE VETORES Ações realizadas em 3 municípios, com doação de materiais de insumo, folders, combustível e alimentação aos agentes.
As intervenções iniciadas em dez/2011 foram concluídas em jan/2012: Recuperação do solo; Controle de formigas e pragas; Adubação; Plantio de Gramíneas;	Mais uma vez, agradecemos e ressaltamos o empenho de nossos Colaboradores, Parceiros e principalmente os Acionistas que, no ano de 2012, acreditaram e contribuíram para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro e socioambiental da Companhia.

Brasília, Fevereiro de 2013.  
A ADMINISTRAÇÃOBALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO  
Em milhares de reais

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	12.895	494	Fornecedores (Nota 10)	3.777	14.518
Contas a receber (Nota 4)	10.380	13.299	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	37.056	36.669
Adiantamentos	5.516	907	Debêntures (Nota 12)	1.951	
Tributos a recuperar (Nota 5)	752	1.049	Provisão para causas judiciais (Nota 17)	49	158
Despesas antecipadas	146	163	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 24)	2.741	1.823
Outros ativos (Nota 6)	3.662	333	Obrigações trabalhistas e sociais	402	390
	<u>33.351</u>	<u>16.245</u>	Obrigações tributárias	2.326	1.082
			Dividendos propostos (Nota 14(c))	493	6.080
<b>Não circulante</b>			Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 15)	1.117	1.063
Realizável a longo prazo			Outros passivos	274	402
Tributos diferidos (Nota 5)	50	54		<u>50.186</u>	<u>62.185</u>
Depósitos judiciais (Nota 17)	25	12	<b>Não circulante</b>		
	<u>75</u>	<u>66</u>	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	148.490	183.714
			Debêntures (Nota 12)	197.158	
Imobilizado (Nota 7)	635.197	649.369	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 15)	24.762	24.635
Intangível (Nota 8)	8.904	9.301	Compromisso com partes relacionadas (Nota 11 (a))		156.491
Diferido (Nota 9)	10.896	14.538	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 24)	749	
	<u>655.072</u>	<u>673.274</u>	Obrigações tributárias	1.275	1.392
			Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)	41.427	41.427
<b>Total do ativo</b>	<u>688.423</u>	<u>689.519</u>		<u>413.861</u>	<u>407.659</u>
			<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>		
			Capital social	235.259	375.453
			Recompra de ações		(76.000)
			Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	
			Reservas de lucros	5.409	708
			Prejuízos acumulados		(80.486)
				<u>224.376</u>	<u>219.675</u>
			<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<u>688.423</u>	<u>689.519</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Em milhares de reais

	Capital social	Recompra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucro/ Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2010	375.453	(76.000)		708		(74.488)	225.673
Prejuízo do exercício						(5.998)	(5.998)
Em 31 de dezembro de 2011	375.453	(76.000)		708		(80.486)	219.675
Absorção do prejuízo	(80.486)					80.486	
Recompra de ações	(59.708)	76.000	(16.292)				
Lucro do exercício						5.194	5.194
Constituição de Reservas				259	4.442	(4.701)	(493)
Dividendos propostos						(493)	(493)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>235.259</u>		<u>(16.292)</u>	<u>967</u>	<u>4.442</u>		<u>224.376</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais		
	2012	2011		2012	2011
Operações continuadas			Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Receita líquida (Nota 18)	140.897	122.966	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	20.252	2.030
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 19)	(63.047)	(57.682)	Ajustes		
Lucro bruto	77.850	65.284	Depreciação e amortização	18.847	18.604
Resultado operacional			Reversão de provisões	(109)	(5.590)
Despesas administrativas (nota 20)	(5.723)	(12.252)	Juros, variações monetárias sobre empréstimos	51.897	51.010
Outras receitas administrativas	22	5	Baixa de imobilizado	102	400
Lucro operacional antes do resultado financeiro	72.149	53.037			
Resultado financeiro (Nota 21)	(51.897)	(51.007)	Variações nos ativos e passivos		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.252	2.030	Contas a receber	(4.326)	(4.236)
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5)	(15.054)	(6.128)	Fornecedores	(382)	4.513
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5)	(4)	(1.900)	Outros ativos e passivos	1.569	1.380
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.194	(5.998)	Caixa proveniente das operações		
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	566.248	692.915	Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.703)	(5.530)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – Em reais	9,18	(8,66)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	74.147	62.581
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			Fluxos de caixa das atividades investimentos		
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			Aquisições de bens do ativo imobilizado		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			Obras civis	(8.115)	(1.000)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			Desapropriações	(1.987)	(1.843)
			Outros	600	(423)
			Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(9.502)	(3.266)
			Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
			Amortização e encargos de financiamentos	(248.987)	(62.083)
			Captação de recursos	196.743	
			Dividendos pagos - FIP		(6.080)
			Obtenção de empréstimo - Conta garantida – capital de giro		2.089
			Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(52.244)	(66.074)
			Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.401	(6.759)
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	494	7.253
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.895	494
			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		

**1 Informações gerais**

A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada.

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006.

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

. Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.

. Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética.

. Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.

. Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.

. Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.

. Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).

. Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é administrável no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do BNDES e Banco do Brasil - BB e dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Companhia, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

**2 Resumo das principais políticas contábeis****2.1 Base da preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram avaliadas e ratificadas pela diretoria em 27 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Não ocorreram movimentações em “Outros resultados abrangentes”, dessa forma não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

**2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**2.3 Ativos circulante e não circulante**

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

**2.4 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.

**2.5 Ativos financeiros****Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

**Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

**Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

**2.6 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

**2.7 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

Inexistem indicadores de “impairment”, sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Companhia, lembrando sempre do contexto que se insere a Companhia, na modelagem do setor em que atua (Produtor independente – utilização de bem público). Por definição, em regime de concessão, mesmo sendo de utilização do bem público, o investimento terá que ser devidamente remunerado ao titular da concessão, seja através das condições atuais, ou seja, em uma eventual extensão do prazo de concessão se, ao fim do contrato, for verificado a existência de ativos não totalmente depreciados.

Continua

Continuação

## CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

## 2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição, acrescidos dos valores gastos com estudos de projetos e adiantamentos a fornecedores relacionados à formação do imobilizado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DNEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

## 2.10 Diferido

O ativo diferido foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, optou por manter o saldo no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

## 2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.13 Debêntures

As debêntures são reconhecidas no momento inicial pelo custo amortizado. Posteriormente, são acrescidos encargos calculados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

## 2.14 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.15 Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados e mantidos em valores originais e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

## 2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.17 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

## 2.18 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	110	115
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	6	10
Banco do Brasil S.A. – Aplicação financeira (a)	12.779	369
	<u>12.895</u>	<u>494</u>

(a) As aplicações financeiras são Certificado de Depósito Bancário – CDB avaliados a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor de mercado, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata.

## 4 Contas a receber

	2012	2011
CEB Distribuição S.A.	10.380	13.299

Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de compra e venda de energia elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.

## 5 Tributos a recuperar e diferido

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50	54
PIS e COFINS a recuperar (a)	708	1.016
Outros	44	33
	<u>802</u>	<u>1.103</u>
Circulante	(752)	(1.049)
Não Circulante	<u>50</u>	<u>54</u>

(a) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	20.252	2.030
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	6.885	690
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Adições permanentes (i)	8.231	7.305
Despesas indedutíveis	55	102
Outros	(113)	(69)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>15.058</u>	<u>8.028</u>

(i) Refere-se principalmente aos encargos do FIP – BRB (Nota 11).

## 6 Outros ativos

	2012	2011
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	2.052	
Banco Bradesco – Garantia CCEE	1.607	333
Outros	3	
	<u>3.662</u>	<u>333</u>

O valor de R\$ 1.607 refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara.

O valor de R\$ 2.052 refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento, ainda não fiscalizados e aprovados pelo órgão regulador ANEEL até 31.12.2012.

## 7 Imobilizado

## (a) Composição

	2012		2011		Taxa média anual de depreciação - % (*)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado em serviço – Usina					
Terrenos	94.172		94.172	93.701	
Reservat., barragens e adutoras (i)	468.199	(63.320)	404.879	414.256	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.320	(33.778)	135.542	140.769	4,55
Veículos e embarcações	572	(341)	231	196	14,08
Imobilizado em serviço – Administração					
Computadores e periféricos	358	(223)	135	194	16,67
Móveis e utensílios	180	(120)	60	77	6,28
Outros	363	(185)	178	176	19,62
	<u>733.164</u>	<u>(97.967)</u>	<u>635.197</u>	<u>649.369</u>	

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

(i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng-Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Companhia com a Serveng-Civilsan S.A. foram praticados em condições usuais de mercado.

(ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.

(\*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

## (b) Movimentação

	2012	2011
Saldo inicial em 1º de janeiro	649.369	661.079
Aquisições	738	3.266
Baixas	(102)	(400)
Depreciação	(14.808)	(14.576)
	<u>635.197</u>	<u>649.369</u>

## 8 Intangível

## (a) Composição

	2012		2011		Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Contrato de conexão (i)	744	(59)	685	714	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(4.646)	8.219	8.587	2,9
	<u>13.609</u>	<u>(4.705)</u>	<u>8.904</u>	<u>9.301</u>	

(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.

(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão e amortizado pelo prazo da concessão.

Continua

Continuação

## CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2012	2011
Saldo inicial em 1º de janeiro	9.301	9.697
Amortização	(397)	(396)
	<u>8.904</u>	<u>9.301</u>

9 Diferido(a) Composição

	2012		2011		Taxa anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Diferido em serviços:					
Usina	18.916	(13.099)	5.817	7.761	10
Administração	16.519	(11.440)	5.079	6.777	10
	<u>35.435</u>	<u>(24.539)</u>	<u>10.896</u>	<u>14.538</u>	

(b) Movimentação

	2012	2011
Saldo inicial em 1º de janeiro	14.538	18.170
Amortização	(3.642)	(3.632)
	<u>10.896</u>	<u>14.538</u>

10 Fornecedores

	2012	2011
Empresa coligada – Serveng Civilsan S.A. (a)		7.611
Credores diversos – Terrenos	2.343	2.410
Diversos (b)	1.434	4.497
	<u>3.777</u>	<u>14.518</u>

(a) Registram-se neste item os valores a pagar do contrato de obras com a Serveng Civilsan, o qual foi pago em novembro/2012.

(b) Inclui compra de energia no âmbito da sazonalização que acompanhará novas movimentações de venda em 2013.

11 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	10.380	13.299
Fornecedores - Serveng-Civilsan S.A. (Nota 10)		(7.611)
Dividendos – FIP – BRB (14 (c))		(6.080)
Compromisso com partes relacionadas (FIP - BRB) – Não Circulante (a)		(156.491)

## Adiantamento para futuro aumento de capital (i)

	2012	2011
Serveng-Civilsan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	(3.232)	(3.232)
	<u>(41.427)</u>	<u>(41.427)</u>
	Receita (despesa)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>

Receita operacional Bruta – CEB Distribuidora S.A.

Resultado financeiro – Serveng-Civilsan S.A.

Despesa financeira FIP (Nota 21)

(i) O saldo de R\$ 38.195 e R\$ 3.232 permanecerão registrados no Não circulante enquanto não for aprovada pelos Acionistas a destinação definitiva desses recursos.

(a) Opção de compra de ações próprias

O ex-acionista Fundo de Investimento em Participações BRB – Corumbá Concessões S.A. (“Fundo”) efetuou operação de Opção de Venda de Ações por meio de Instrumento Particular datado de 29 de abril de 2005. Segundo este documento, o Fundo tinha o direito de vender à Concessionária as ações adquiridas, considerando a atualização pela variação do IGP-M acrescida de juros de 8,5% ao ano, contados a partir da data de integralização do capital.

As partes acordaram que o Fundo poderia exercer a opção de venda das ações detidas somente a partir do 1º dia útil do 11º ano contado da completa motorização da Usina. Por outro lado, a Companhia tinha a opção de exercer a compra das ações do Fundo a qualquer momento, com a devida remuneração, conforme contrato. Nesse momento, a remuneração líquida seria considerada no preço de aquisição e registrada como ações em tesouraria.

A conta redutora de patrimônio líquido (“recompra de ações”) criada no valor original de R\$ 76.000 (valor original das ações do FIP-BRB) foi ajustada em R\$ 59.708 (valor das ações do FIP-BRB após redução de capital de agosto de 2012) tendo em vista o resgate/cancelamento das mesmas. O saldo remanescente portanto de R\$ 16.292 foi registrada em ajuste de avaliação patrimonial.

Para o exercício de 2011, em linha com as CPCs 38 a 40, em especial aos itens 11 e 16 da CPC 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação), os valores vinculados ao Fundo de Investimento em Participações Corumbá (FIP – Corumbá), era reconhecido como instrumento financeiro, mensurado pelo valor justo por meio de resultado, lançado no passivo da Corumbá, tanto a parcela relativa ao aporte inicial, como também suas atualizações contra resultado. Para tal, foi criada uma conta redutora (R\$ 76.000) do Patrimônio líquido em valor equivalente ao aporte inicial do FIP na Companhia, tendo como contrapartida

o lançamento desse valor no passivo, ao mesmo tempo, são reconhecidos também nesse passivo, com efeito no resultado, os valores relativos à sua atualização e remuneração definidas em contrato.

De acordo com as metas estabelecidas no Plano de Negócios (4ª RECA de novembro de 2011), com vistas à redução do custo de capital da Companhia, foi aprovada na 2ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 17 de outubro de 2012, o resgate total das ações do FIP Corumbá (ações preferências nominativas do tipo “B”), exercendo o contrato “Instrumento particular de opção de compra de ações e outras avenças” (“call”), através do pagamento em dinheiro R\$ 186.935, em 09 de novembro de 2012, relativo ao preço definido nesse contrato (principal mais remuneração), para o resgate dessas ações com o posterior cancelamento das mesmas com a respectiva anotação no livro de acionistas e consequente redução de capital, o que ocorreu em 13 de dezembro de 2012. A captação de recursos para esse resgate se deu através da emissão de debêntures (Nota 12).

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 529 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$ 529).

12 Emissão de Debêntures

Conforme 3ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2012, por deliberação geral dos acionistas presentes, foi aprovada a 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em segundo grau, em série única para a distribuição pública, com esforços restritos de colocação.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme no montante total da emissão, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. na qualidade de Coordenador Líder.

Características da Emissão:

- Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000.000,00
- Quantidade de Debêntures: 200 (duzentas) debêntures
- Série: única
- Valor Total da Oferta Restrita: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)
- Data de Emissão: 05 de novembro de 2012
- Data de Integralização: 09 de novembro de 2012
- Forma de Integralização: as debêntures foram subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP S.A. – Mercados organizados, por meio de procedimentos do SDT – Módulo de Distribuição.
- Prazo de Vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 08 (oito) anos contados da data de emissão
- Data de Vencimento: 05 de novembro de 2020
- Banco Escriitorador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- Código CETIP: CRUM11

Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos por meio da emissão foram utilizados para o exercício do Call (notificação de compra) pela Emissora, relativo à totalidade das ações preferências nominativas da Classe “B”, detidas pelo Fundo de investimento em Participações BRB-CORUMBÁ (“FIP-BRB-CORUMBÁ”), conforme estipulado no Capítulo III do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado em 29 de abril de 2005, mediante resgate da totalidade das ações preferências nominativas da Classe “B” da Emissora, com o consequente cancelamento das citadas ações, tão logo foi efetuada o pagamento total das mesmas ao FIP-BRB-CORUMBÁ. Remuneração: equivalente a 128,85% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over).

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às debêntures será realizado a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, conforme indicado na tabela abaixo:

Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
05 de novembro de 2016	10% (dez por cento)
05 de novembro de 2017	15% (quinze por cento)
05 de novembro de 2018	20% (vinte por cento)
05 de novembro de 2019	25% (vinte e cinco por cento)
05 de novembro de 2020	30% (trinta por cento)

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão até a data de vencimento das debêntures, sendo os pagamentos devidos em maio e novembro de cada ano, com início em maio de 2013 e final na data de vencimento das debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá a partir da data de emissão realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial das debêntures, mediante a publicação de comunicação dirigida aos debenturistas e ao agente fiduciário a ser amplamente divulgada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado facultativo a ser implementado pela Companhia.

Garantias/Garantidoras: (i) Penhor em segundo grau de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia e da C&M Engenharia Ltda.

(ii) Penhor em segundo grau de todos e quaisquer direitos decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão nº 063/2000 firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica. Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir debêntures em circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º (terceiro) do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado.

A comissão e taxa de estruturação paga ao Bradesco-BBI pelos serviços de coordenador líder e estruturador da emissão de debêntures em 2012 será apropriada pelo prazo da operação.

13 Empréstimos e financiamentos

	2012	2011
Financiamentos		
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) (i)	162.727	193.325
Banco do Brasil S.A.(TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) (ii)	22.795	27.058
Outros	24	
	<u>185.546</u>	<u>220.383</u>
Circulante	(37.056)	(36.669)
Não Circulante	<u>148.490</u>	<u>183.714</u>

Continua

Continuação

## CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 232.160 com o BNDES  
(ii) O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 40.000 com o Banco do Brasil S.A.  
No cronograma de amortização atual é previsto que ao final do contrato, as prestações sejam amortizadas em 135 parcelas (destas 74 já incorridas para os Subcréditos A e C e 75 parcelas para o Subcréditos B e D) finalizando os referidos contratos em janeiro de 2018.  
Os financiamentos estão garantidos por: (a) penhor dos direitos emergentes da Concessão; (b) ações da Companhia, de propriedade da Serveng-Civilsan e C&M Engenharia Ltda.; (c) pelo contrato de venda de energia elétrica com a CEB Distribuição S.A.; e (d) aval da empresa Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., empresa holding detentora do controle acionário da Serveng-Civilsan.  
As aplicações financeiras garantidoras do contrato de financiamento são demonstradas no balanço patrimonial reduzindo o passivo não circulante, quando aplicável.  
As parcelas não circulantes têm vencimento como segue:

	2012	2011
2013		36.140
2014	36.365	36.140
2015	36.365	36.140
2016	36.365	36.140
2017 em diante	39.395	39.154
	<u>148.490</u>	<u>183.714</u>

## 14 Patrimônio líquido

## (a) Capital social

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2011 - 692.914.832) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA" e "zero" Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNB" (2011 - 126.666.666), totalizando um capital subscrito de R\$ 235.259 (2011 - R\$ 375.453).

A redução do capital se deu em dois momentos: (i) a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$80.486 em agosto de 2012 e; (ii) o resgate e cancelamento das ações "PNB" de posse do FIP-BRB no valor de R\$ 76.000 em dezembro de 2012.

## (b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe "A" não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe "A" participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e de ações ordinárias.

## (c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Concessionária, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	2012
Lucro líquido do exercício	5.194
Constituição de Reserva legal – 5%	(259)
Base de cálculos dos dividendos	4.935
Dividendos das ações PNA (R\$ 0,907 por lote de mil ações)	(292)
Dividendos das ações ON (R\$ 0,824 por lote de mil ações)	(201)
Saldo remanescente para Reserva para Recompra de ações	<u>4.442</u>
Reservas	2012
Reserva Legal	967
Reserva para Recompra de ações	<u>4.442</u>
	<u>5.409</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não apresentou base de cálculo para constituição de dividendos e reservas.

A proposta é para o pagamento em até 90 dias depois da correspondente aprovação pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, sem atualização monetária.

## (d) Absorção do prejuízo acumulado

Em 15 de agosto de 2012, foi realizada a 1ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), onde os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$80.486, conforme evidenciado no balanço patrimonial da companhia levantado em 31 de dezembro de 2011, extinguindo assim a conta do prejuízo acumulado da companhia.

## 15 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão no. 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 88 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Companhia, de acordo com a OCP 05, decidiu reconhecer um ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

	2012	2011
Circulante	1.117	1.063
Não Circulante	24.762	24.635

## 16 Cobertura de seguros

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, R\$ 476.055 (sendo R\$ 472.055 para danos materiais e R\$ 4.000 para lucros cessantes) e R\$ 92.000.

## 17 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

## (a) Composição

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis/Trabalhistas	<u>25</u>	<u>12</u>	<u>49</u>	<u>158</u>

## (b) Movimentação da provisão:

	2012	2011
Saldo inicial em 1º de janeiro	158	5.748
Baixas / Reversões	(109)	(5.650)
Outras constituições (reversões), líquidas		60
Saldo final em 31 de dezembro	<u>49</u>	<u>158</u>

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2012, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

## (c) Ação de terras

Em 2010, foi revertida parte da provisão para causas judiciais no montante de R\$ 4.269. A provisão fazia referência à ação de desapropriação movida pela Companhia em face dos expropriados, (autos nº 2004.02027188), na qual a Companhia obteve, em junho de 2010, decisão favorável em julgamento unânime de embargos de declaração com efeito infringente junto à 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Com essa decisão, as partes envolvidas firmaram acordo para por fim ao litígio, consolidando-se o valor da desapropriação em R\$ 6.758, o que resultou no arquivamento dos autos, extinção do processo e baixa integral em 2011 do restante do saldo provisionado dado a realização da despesa de terras (R\$ 5.650), gerando um efeito líquido de R\$ 1.108 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, registrado na rubrica "despesas administrativas" (Nota 20).

## (d) Ação fiscal

A Companhia iniciou uma ação administrativa junto à Receita da Fazenda do Estado de Goiás, questionando os pagamentos do diferencial de ICMS já realizados, no entendimento que foram débitos inapropriados, não havendo reconhecimento contábil dessa contingência ativa. Ao proferir julgamento administrativo por maioria de votos e contrariando entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pleno do Conselho Administrativo Tributário (CAT) da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, manteve a atuação anteriormente lavrada em desfavor da Companhia.

Diante de tal fato, a Companhia, em novembro de 2011, ajuizou Mandado de Segurança com vista a impedir o início de qualquer ação judicial que objetive discutir a legitimidade de tal débito, visto que o lançamento efetuado viola o Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE). Sendo assim, o juízo da Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiás, em Goiânia, indeferiu o Mandado de Segurança impetrado pela Companhia sob o argumento de que a matéria trazida para discussão desafiaria produção de prova. Não havendo alternativa, a Companhia em fevereiro de 2012, pediu a extinção do Mandado de Segurança anteriormente impetrado e ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal em desfavor do Estado de Goiás, sendo que no primeiro momento o Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual em Goiânia indeferiu a liminar vindicada pela Companhia sob o argumento de que não estava presente a plausibilidade do direito invocado. Inconformada com a decisão prefacial, a Companhia ingressou com Agravo de Instrumento questionando a decisão de 1º grau, obtendo êxito em seu desiderato, onde a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ao apreciar o mérito do recurso interposto pela Companhia reformou a decisão singular para suspender a exigibilidade do crédito tributário e retirar o nome da Companhia da Dívida Ativa do Estado até final julgamento da ação. Atualmente, o processo aguarda que o juízo determine a especificação de provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento.

## (e) Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilsan S.A. ("Serveng") requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009. Esse montante atualizado para 31 de dezembro de 2012 é de, aproximadamente, R\$ 155.000.

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Companhia contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalculer os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais apresentaram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), nesse momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito, demanda esta que se encontra em estágio intermediário, onde a perícia contábil já foi realizada pelos peritos nomeados pelo Tribunal Arbitral. Contudo, a perícia é inconclusiva, razão pela qual, as partes estão providenciando a elaboração de quesitos suplementares para que os peritos esclareçam acerca de alguns parâmetros utilizados na confecção do laudo.

Continua

Continuação

## CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atualmente, as partes aguardam manifestação do Tribunal Arbitral para que possam ofertar os quesitos suplementares.

Tendo em vista a indefinição quanto aos valores e prazos, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo, e uma vez que não se trata ainda de assunto em âmbito judicial, a administração não constituiu provisão em face de eventuais desembolsos relacionados a esse evento, por considerar grande indefinição relacionada a essa demanda.

**(f) Perdas possíveis não provisionadas no balanço**

A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

	2012	2011
Causas Cíveis	4.280	4.346

**18 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Receita bruta	147.996	128.519
COFINS	(5.834)	(4.564)
PIS	(1.265)	(989)
Receita líquida	<u>140.897</u>	<u>122.966</u>

**19 Custo dos serviços de energia elétrica**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Custos operacionais gerais (a)	14.610	16.323
Custo de energia elétrica (b)	20.716	14.005
Custo de uso do sistema de distribuição	3.397	3.291
Custo de compensação financeira – CFURH	2.346	2.535
Custo com mão de obra própria	1.579	1.485
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.195	1.106
Custo de fiscalização regulatória	356	333
Depreciação e amortização	18.848	18.604
	<u>63.047</u>	<u>57.682</u>

**(a) Custos operacionais gerais**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Meio ambiente	9.912	11.146
Serviços profissionais – pessoa jurídica	609	1.194
Manutenção de Barragem/Usina	690	1.418
Seguro – Usina	792	916
Manutenção de SE Linha de Transmissão	522	464
Preservação e segurança	468	432
Combustíveis e lubrificantes	187	143
Compra de terras	11	9
Outros	1.419	601
	<u>14.610</u>	<u>16.323</u>

**b) Custo de energia elétrica**

Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2012 e 2011 se referem à compra de energia da empresa Delta Comercializadora, no contexto de uma estratégia de sazonalização da energia assegurada da Companhia. Contudo o valor de compra em 2012 foi maior que 2011 dado à maior tarifa contratual. Esses custos carregam associada uma receita que gera ao final do ano o resultado positivo de R\$ 1.270 (2011 – R\$ 1.270).

**20 Despesas operacionais**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Pessoal	3.523	3.462
Tributárias	89	129
Reversão (constituição)	(109)	(5.711)
Outras (a)	2.220	14.372
	<u>5.723</u>	<u>12.252</u>

**(a) Outras**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços profissionais – pessoa jurídica	464	5.649
Informática	197	193
Contribuições	153	199
Viagens	145	130
Legais/cartórios	140	8
Aluguéis de imóveis	121	114
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	51	64
Indenização de terras	17	1.108
Causas judiciais		4.630
Outros	813	2.158
	<u>2.220</u>	<u>14.372</u>

O montante de R\$ 14.372 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 compõe-se substancialmente aos valores referentes à indenização de terras de R\$ 1.108 (Nota 17 (c)) e ao pagamento de custas dessa causa no montante de R\$ 4.630, fatos estes não reproduzidos em 2012.

**21 Resultado financeiro**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2012	2011
Receitas		
Receitas sobre aplicações	776	532
Despesas		
Juros sobre financiamentos BNDES e Banco do Brasil	(22.811)	(27.585)
Despesas correção FIP	(24.344)	(20.776)
Despesas correção/remuneração Debentures	(2.367)	
Despesas com financiamentos	(64)	(152)
Juros e atualização monetária com fornecedores	(504)	(432)
Despesas financeiras com Outorga	(1.299)	(2.086)
Outros	(1.284)	(508)
	<u>51.897</u>	<u>51.007</u>

**22 Gestão de risco financeiro****(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo, a única operação existente nessa linha é a atualização do saldo de conta reserva no Banco do Brasil S.A. (dado em obrigação de contrato de financiamento) onde este último remunera tal depósito via operação de swap contratado por este Banco.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(c) Financiamentos**

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e cesta de moedas e aproxima-se do valor de mercado.

**(d) Debêntures**

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGPM sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica).

**(e) Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

**(f) Risco de crédito**

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

**(g) Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

**(h) Risco de mercado****Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

**Risco com taxa de câmbio**

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem 10% do total de seu contrato com o BNDES em moeda estrangeira. A avaliação da administração é que o risco de exposição pela mudança na taxa de câmbio é baixo.

**(i) Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

**23 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

**24 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos de P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

Continua

Continuação

## CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ Nº 04.066.598.0001-12

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;	Circulante	2012	2011
. 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;	Não Circulante	2.741	1.823
. 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).		749	
		<u>3.490</u>	<u>1.823</u>

## DIRETORIA

Marconi Melquíades de Araújo  
Diretor PresidenteMarcelo Siqueira Mendes  
Diretor Administrativo e Financeiro

## CONTADOR

Rejane Reis Salgado  
CRC MG-069601/O-4 T-DF

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO DE SOUSA RIBEIRO

RODRIGO ALVES DE LIMA

MARIO AUGUSTO LIMA E SILVA

LAÍZE DE FREITAS

WILLIAM TANNUS

CLÓVIS HENRIQUE DE MOURA

RUBEM FONSECA FILHO

ROONEY DONIZETTI PUNTEL

CÉLIO BIAVATI FILHO

ANTONIO CARLOS REBOUÇAS LINS

## CONSELHEIROS FISCAIS

Antônio Ayrton Rossi

Frederico de Pina Álvares Filho

Israel Marcos da Costa Brandão

Mauro Rocha de Freitas

Sérgio Padovan

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Corumbá Concessões S/A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012, bem como o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 27 de fevereiro de 2013 e verificou a exatidão

de todos os elementos apreciados. Manifesta-se favoravelmente às referidas demonstrações, entendendo que refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no exercício, recomendando à sua apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Corumbá Concessões S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da

Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 17(e) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está avaliando o mérito da solicitação de recomposição de valores associados a obras, efetuado pelo fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A., no montante atualizado para 31 de dezembro de 2012 de, aproximadamente, R\$ 155.000 mil. Tendo em vista o estágio de apreciação dessa solicitação e a expectativa da administração favorável para Companhia sobre o desfecho dessa solicitação, não foi registrada provisão sobre esse assunto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" DFGeovani da Silveira Fagunde  
Contador  
CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

DAR-301/2013

**HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA JOSÉ ALENCAR**

## AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 283/2012.

O Coordenador de Suprimentos do Hospital da Criança de Brasília José Alencar, Torna Público aos interessados que o Resultado do Chamamento Público 283/2012, com o prazo para encaminhamento das propostas finalizado em 05/02/2013, cujo objeto é aquisição de Equipamentos de proteção Individual – EPI, para atender a demanda do Hospital da Criança de Brasília José Alencar, apresenta as seguintes empresas vencedoras: Itens 2 a 6 - Primeira Linha Comercial de Rolamentos Ltda pelo valor total estimado de R\$ 4.346,00 (Quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais); Itens 1; 7 ao 18 - Tuiuti Equipamentos de Segurança Ltda pelo valor total estimado de R\$ 4.585,00 (Quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais). Brasília/DF, 18 de Março 2013. Bruno Monteiro da Rocha Pitta. Coordenação de Suprimentos, ICIPE / HCB.

## RETIFICAÇÃO

No Aviso de resultado do Chamamento Público nº 1/2013/ICIPE/HCB, publicado no DODF nº 58, em 21 de março de 2013, página 67, ONDE SE LÊ: "... AVISO DE RESULTADO ITENS REMANESCENTES - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2013..."; LEIA-SE: "... AVISO DE RESULTADO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2013..."; e ONDE SE LÊ: "... O Coordenador de Suprimentos do Hospital da Criança de Brasília José Alencar - HCB torna público aos interessados que o Resultado do Chamamento Público 003/2013 (ITEM REMANESCENTE)..."; LEIA-SE: "... Coordenador de Suprimentos do Hospital da Criança de Brasília José Alencar – HCB, Torna Público aos interessados que o Resultado do Chamamento Público 001/2013...". FILANTROPIA-39/2013.

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO DF**

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme previsto nos artigos 27 e 37, do Estatuto Social e ainda, atendendo o artigo 30, item II do mesmo Estatuto, convoca as Empresas Associadas do segmento, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em sua sede localizada no SIA Tr. 04, Lote 1130 – Ed. Senap I – Cobertura, no dia 26 de março de 2013, às 17:00 horas em primeira convocação ou às 17:30 horas em segunda e última convocação, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) Análise e discussão das Minutas de Reivindicações recebidas do Sindicato Laboral (SITIMME/DF/GO/TO) referentes as categorias de: 1 - Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Distrito Federal; 2 - Empresas de Elevadores que Exercem Atividades em Instalações, Manutenção, Reparação, Peças, Acessórios e Vendas de Elevadores e Escadas Rolantes no DF e 3 - Empresas de Atividades em Sistema de Segurança Integrado e Serviços de Monitoramento Eletrônico do DF; b) Eleição dos membros da Comissão de Negociação; c) Fixação de valores para a Contribuição Confederativa Patronal para o período de 01 de maio/2013 a 31 de abril do ano 2014; d) Assuntos Gerais. Brasília (DF), 20 de março de 2013. JAMAL JORGE BITTAR – Presidente do SIMEB.

DAR-310/2013.

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX

CNPJ: 00.655.522/0001-21

Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX – EXERCÍCIO DE 2012

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX é uma instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, considerando as alterações e os normativos decorrentes da lei.

A POUPEX, que é submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional e opera com recursos captados em caderneta de poupança, tendo por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados.

Conjuntura Econômica

A situação internacional e o Brasil

A economia internacional deverá continuar sendo um limitador relevante à recuperação do crescimento interno nacional. Nos Estados Unidos da América (EUA), mesmo após a eleição, a situação aponta para um longo e difícil processo de negociação em torno do chamado “abismo fiscal”. Pode-se esperar algum tipo de acordo entre o presidente Barack Obama e a oposição republicana, mas uma negociação só deverá ser concretizada (e ainda assim de forma parcial) quando já não houver possibilidade de adiamento.

O quadro europeu é pior, com os problemas de curto prazo da Grécia, ainda de difícil solução mas, sobretudo, pela expectativa de um desempenho econômico pífio nos próximos anos, em especial nos países mais debilitados, na chamada periferia do Euro.

Na China, os indicadores demonstraram recuperação da atividade em outubro, atenuando os temores de uma desaceleração mais forte da economia local.

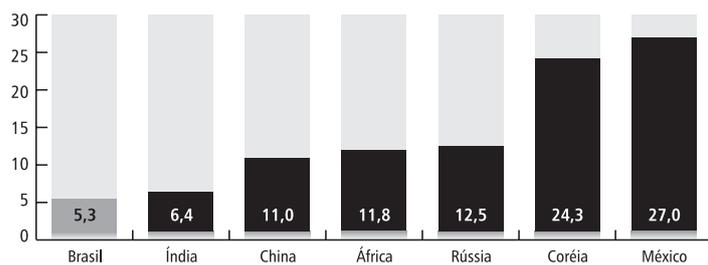
Como reflexo, no primeiro semestre de 2012, o desempenho da atividade econômica brasileira foi influenciado pelo agravamento da crise internacional, que abateu o ânimo dos investidores e tornou os consumidores mais cautelosos.

Vale ressaltar que, ao contrário do que foi visto em vários países, a economia brasileira não registrou queda de crescimento no primeiro semestre de 2012.

Exposição recente do Ministério da Fazenda brasileiro demonstra que a crise afeta em maior grau os países mais dependentes dos mercados desenvolvidos, como apresentado no quadro a seguir:

\* Países desenvolvidos selecionados: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália,

Exportações de países emergentes para países desenvolvidos\*, em % do PIB



Portugal, Espanha, Bélgica, Canadá, Irlanda, Holanda, Finlândia e Suécia. Fonte: FMI e UN Comtrade. Nessa mesma exposição foi destacado que as expectativas levam à percepção que a economia mundial continua mergulhada numa grave crise, com as seguintes conclusões gerais:

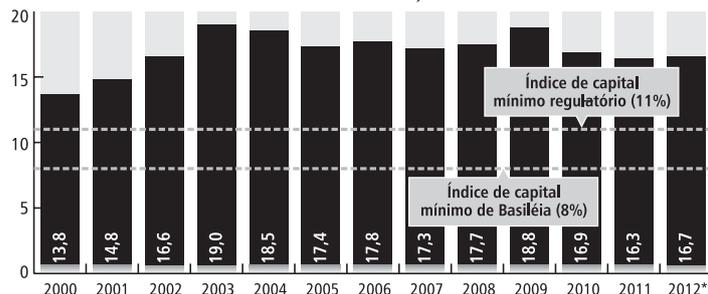
- as economias avançadas continuarão com baixo crescimento e contração do mercado consumidor;
- países emergentes sentem os efeitos da crise internacional, embora com menor intensidade; e
- a crise de 2012 já causa tanto prejuízo quanto a crise de 2008.

Conforme o Ministério da Fazenda, o Brasil é um dos países mais preparados para enfrentar a crise internacional de longa duração, por estar apoiado em fundamentos sólidos:

- estabilidade política e jurídica;
- solidez financeira;
- grande potencial energético;
- dinamismo do mercado interno; e
- eficiência na produção de commodities.

Expôs, finalmente, que a solidez do sistema financeiro nacional pode ser justificada pelo índice de capital dos bancos brasileiros – em % (julho de 2012)–

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Ministério da Fazenda.



Síntese da situação nacional

Produto Interno Bruto, Índice de Preços ao Consumidor Amplo, Salário Mínimo e Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB Médio Brasil – R\$/m²)

Na primeira quinzena de novembro de 2012, o mercado, de acordo com o Relatório FOCUS do Banco Central (BACEN), não apontou alterações significativas nas projeções para o PIB e IPCA, tanto em 2012, como para 2013. O salário mínimo manteve o mesmo valor desde janeiro de 2012 e o CUB Médio Brasil apresentou variação mensal positiva inferior a 0,5%. O CUB é um indicador de custos no setor da construção calculado e divulgado pelos SINDUSCON estaduais (entidades representativas da classe patronal da Indústria da Construção Civil). Representa a média ponderada dos indicadores de alguns dos principais estados da Federação.

VALORES e/ou PROJEÇÕES em %		
	2012	2013
PIB	1,54	4,0
IPCA	5,84	5,40

Em Reais

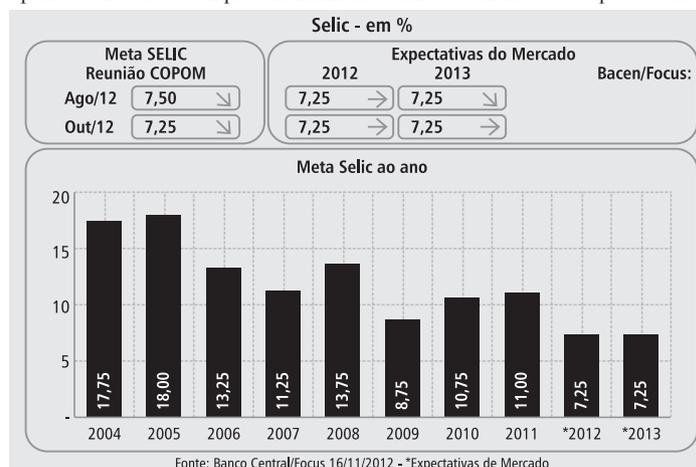
Salário Mínimo	Jan 2012	622,00
	Jan 2013	678,00

CUB Médio Brasil (R\$/m²)

Mês	Índice	Var mensal %
Set 2012	998,34	0,15

Taxa SELIC

A projeção apenas corrobora o amplo entendimento entre os analistas de que a taxa Selic deve



permanecer neste patamar por um longo período de tempo, resultado de uma economia doméstica em moderada recuperação (com inflação ainda acima do centro da meta) e um cenário externo claramente desinflacionário.

A estabilidade da Selic também reflete o consenso de que, caso seja necessário um novo ajuste monetário corretivo, o BC deve, antes de subir a referida taxa, recorrer às medidas de caráter macroprudencial.

Poupança

O ano de 2012 apresentou captação recorde para a caderneta de poupança, atingindo mais de 49 bilhões de reais.

O interesse dos investidores pela tradicional aplicação tem sido muito grande. Apesar das mudanças efetuadas nas regras de remuneração em maio do corrente, a captação continuou apresentando crescimento. O ritmo médio de entrada de recursos é de R\$ 5,4 bilhões por mês e, no ano, as aplicações somam mais de R\$ 36 bilhões.

A combinação da simplicidade com a boa rentabilidade tem atraído para a poupança, aqueles investidores que ainda não estão convencidos a correr mais riscos nas demais aplicações e explica o recorde de captação.

Financiamento Imobiliário

O montante emprestado pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para aquisição e construção de imóveis atingiu R\$ 6,91 bilhões em setembro de 2012, com redução de 16% em relação a agosto. Comparado a setembro do ano passado, também se verificou queda de 6%.

Entre janeiro e setembro deste ano, as contratações somaram R\$ 58,6 bilhões, com ligeira queda (-0,4%) em relação ao mesmo período do ano passado.

Os financiamentos para aquisição de unidades individuais continuaram com crescimento expressivo, apontando alta de 20% na comparação do somatório dos nove primeiros meses deste ano, contra igual período do ano passado. Comportamento oposto foi mostrado pelos financiamentos destinados à construção, com queda de 26% nessa mesma base de comparação.

Os empresários da construção civil contrataram empréstimos para a produção de 100 empreendimentos em setembro de 2012, o que representa queda de 8% em relação a agosto. Comparado a setembro do ano passado (144 empreendimentos) observou-se queda de 31%.

Apesar dos financiamentos para construção terem se reduzido ao longo deste ano, observa-se que nos últimos meses este movimento não tem se aprofundado.

Em setembro, a inadimplência dos financiamentos imobiliários ficou praticamente estacionada. Considerando a totalidade dos contratos originados com recursos de poupança, a inadimplência passou de 4,4% em agosto para 4,5% em setembro. Já para os contratos originados após julho de 1998, o percentual de mais de 3 prestações em atraso passou de 1,8% para 1,9%, na mesma base de comparação. O crédito a imóveis vem apresentando a menor inadimplência do setor bancário. Nos contratos anteriores a julho de 1998 a inadimplência continua na casa dos 55%.

Desempenho POUPEX

Em 2012, a POUPEX iniciou a execução do planejamento estratégico previsto para ser aplicado até 2016. Foi finalizado o Projeto Inovação e Melhoria de Processos, dando início à implantação das melhorias institucionais, que pretendem aumentar a satisfação dos clientes, reduzir custos, diminuir o tempo gasto na realização de tarefas, ampliar a qualidade dos trabalhos, aprimorar o conhecimento sobre as operações, obter maior controle e visibilidade gerenciais e a garantir plena conformidade com regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN.

Foi, também, finalizado o Dimensionamento da Força de Trabalho, iniciado a partir dos processos e informações obtidas no citado Projeto Inovação e Melhoria de Processos. Aplicado nas Unidades Técnico-Administrativas (UTAs) da Sede e em três Pontos de Atendimento do Distrito Federal, o resultado do projeto está em fase de análise e reuniu informações sobre os esforços, periodicidade e sazonalidade da execução dos processos mapeados. Pretende-se que essas informações sirvam de base para a melhor alocação de recursos nas UTAs.

No segundo semestre, a POUPEX contratou a P&RH — Consultores em Recursos Humanos para revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da empresa. O projeto está sendo desenvolvido a partir de modernas práticas de mercado, com os objetivos de comparar os níveis de remuneração praticados nos mercados competitivos, alinhar os níveis de remuneração por cargo e por nível e desenvolver uma estrutura de cargos, carreira e salários compatível com a realidade do mercado.

Em relação aos resultados, a POUPEX apresentou lucro líquido de R\$ 25.012 mil. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 5,08% a.a. As receitas atingiram R\$ 406.477 mil e as despesas aumentaram 1,44%, em relação a 2011, alcançando R\$ 381.465 mil.

continuação

## ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX

CNPJ: 00.655.522/0001-21

Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF

Em 31 de dezembro de 2012, a POUPEX computava patrimônio líquido de R\$ 3.801.377 mil, com aumento de 11,72% em relação à mesma posição de 2011. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 16,85%, atingindo R\$ 4.536.374 mil.

A Associação manteve a participação de 9,09% do capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC).

A caderneta de poupança POUPEX fechou o segundo semestre de 2012 com captação positiva de R\$ 224,2 milhões. Os recursos dos associados poupadores, em 31 de dezembro de 2012, somavam R\$ 3.308,7 milhões, evidenciando aumento de 10,5% em relação ao registrado em 30 de junho de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, havia 1.463 mil associados da poupança POUPEX, quantidade 4,2% a maior que a registrada em 30 de junho de 2012 (1.404 mil).

Em 2012, foi registrado recorde de concessão de financiamentos imobiliários à pessoa física. De julho a dezembro, foram concedidos 3.882 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário. O montante contratado alcançou R\$ 143,3 milhões na POUPEX, o que representa 22,3% a mais do volume no mesmo período de 2011. As contratações foram distribuídas da seguinte forma: R\$ 112,8 milhões na linha de material de construção e R\$ 30,5 milhões para a aquisição ou a construção de imóveis. A Associação liberou, ainda, recursos da ordem de R\$ 53,2 milhões à construção civil para produção de imóveis residenciais (Plano Empresário).

A POUPEX se faz presente em todo Território Nacional com agências próprias e unidades de atendimento da Fundação Habitacional do Exército (FHE) ou do Banco do Brasil (BB). Seus associados contam com mais de doze mil pontos de atendimento, dentre agências e postos, distribuídos por todas as unidades da Federação, além da possibilidade de realizarem diversas transações bancárias por meio da internet e telefonia. Contam, ainda, com o Centro de Relacionamento com o Cliente POUPEX (CEREL). Esse canal busca facilitar os relacionamentos comerciais, prestando informações sobre produtos e serviços.

Dispõem, também, da Ouvidoria POUPEX, uma via de comunicação aberta e permanente, que tem como atribuição principal receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações,

sugestões, elogios ou denúncias dos clientes e dos usuários de seus produtos e serviços. Atuando em sintonia com os órgãos e instrumentos de defesa do consumidor, a Ouvidoria POUPEX representa o respeito da organização para com o seu cliente, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

O sucesso dos negócios da Associação está diretamente relacionado à credibilidade alcançada ao longo de mais de 30 anos de atuação, à eficiência administrativa e à dedicação de seus empregados. Todas as atividades e as relações com os clientes, parceiros e fornecedores foram geridas de forma ética e transparente, garantindo, assim, a responsabilidade social.

Por meio do Programa de Incentivo ao Estudo, a POUPEX cria condições para que o empregado possa expandir seus conhecimentos acadêmicos e técnicos, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional e pessoal. Os cursos realizados estão estritamente relacionados com o ramo de atividade da Instituição.

Ao fim de 2012, a POUPEX contava com 1.256 empregados, 66 estagiários e 42 jovens aprendizes. Para esse último universo, a Associação desenvolve iniciativas com o objetivo de contribuir para a melhoria da realidade das comunidades menos favorecidas, participando de programas que preparam jovens para o mercado de trabalho. Destaque para o Programa de Aprendizagem, que beneficia jovens estudantes entre 14 e 18 anos, preferencialmente integrantes das parcelas mais carentes da população e o Programa de Estágio Profissionalizante remunerado, destinado aos jovens estudantes.

Ainda, dentro do enfoque social, a POUPEX incentiva os seus empregados a participarem de campanhas beneficentes, como voluntários ou por intermédio da arrecadação de material de higiene pessoal, de limpeza, brinquedos, roupas e outros, para doação às instituições de assistência previamente selecionadas. Os números mencionados e as ações implantadas demonstram o compromisso da POUPEX em continuar trabalhando e oferecendo as melhores soluções para seus clientes e empregados.

ERON CARLOS MARQUES  
Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante		3.468.933	2.857.211
Disponibilidades	3.b e 4	1.671	327
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	1.629.608	1.266.802
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.629.608	1.266.802
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	349.302	207.491
Carteira própria		349.302	207.491
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.126.887	1.002.497
Créditos vinculados:		667.025	594.749
Depósitos no Banco Central		666.944	594.446
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		81	303
Repasse interfinanceiros		459.862	407.748
Operações de crédito	3.f e 8	324.839	343.157
Operações de crédito		333.086	386.169
Setor público		-	72.187
Setor privado		333.086	313.982
(Provisão para operações de crédito)	3.f e 8.e	(8.247)	(43.012)
Outros créditos	9	35.883	35.537
Rendas a receber		147	939
Diversos		35.736	34.598
Outros valores e bens	3.g e 10	743	1.400
Outros valores e bens		1.113	629
(Provisões para desvalorizações)		(825)	(295)
Despesas antecipadas		455	1.066
Ativo não circulante		1.067.441	1.024.962
Ativo realizável a longo prazo		1.043.233	1.008.308
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	102.022	100.251
Carteira própria		102.022	100.251
Relações interfinanceiras	3.e e 7	178.256	171.909
Créditos vinculados:		178.256	171.909
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		178.256	171.909
Operações de crédito	3.f e 8	755.445	729.288
Operações de crédito		785.934	761.294
Setor privado		785.934	761.294
(Provisão para operações de crédito)	3.f e 8.e	(30.489)	(32.006)
Outros créditos	9	5.497	4.527
Diversos		5.497	4.527
Outros valores e bens	3.g e 10	2.013	2.333
Outros valores e bens		1.380	2.262
Despesas antecipadas		633	71
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	11.400	8.844
Imóveis de uso		5.049	1.838
Outras imobilizações de uso		19.405	20.008
(Depreciações acumuladas)		(13.054)	(13.002)
Intangível	3.j e 13	4.998	-
Ativos intangíveis		5.598	-
(Amortização acumulada)		(600)	-
		4.536.374	3.882.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante		734.997	479.503
Depósitos	14	616.130	370.502
Depósitos a prazo		616.130	370.502
Outras obrigações	16	118.867	109.001
Fiscais e previdenciárias	16.a	38.673	31.064
Diversas	16.b	80.194	77.937
Patrimônio líquido		3.801.377	3.402.670
Recursos de associados poupadores	17	3.308.721	2.935.561
Reservas de lucros	17	493.287	468.275
Ajustes de avaliação patrimonial	17	(631)	(1.166)
		4.536.374	3.882.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
Receitas da intermediação financeira		180.182	372.981	409.560
Operações de crédito		89.482	178.119	211.201
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		72.552	150.507	145.546
Resultado das aplicações compulsórias		18.148	44.355	52.813
Despesas da intermediação financeira		(114.824)	(232.874)	(234.397)
Operações de captação no mercado		(111.586)	(226.065)	(222.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.238)	(6.809)	(11.944)
Resultado bruto da intermediação financeira		65.358	140.107	175.163
Outras receitas/despesas operacionais		(60.654)	(119.469)	(118.367)
Rendas de tarifas bancárias		1.688	3.360	2.577
Despesas de pessoal	18.b	(30.005)	(57.496)	(52.911)
Outras despesas administrativas	18.c	(19.292)	(37.379)	(33.330)
Despesas tributárias	18.d	(6.297)	(13.234)	(15.993)
Outras receitas operacionais	18.a	7.748	9.054	12.944
Outras despesas operacionais	18.e	(14.496)	(23.774)	(31.654)
Resultado operacional		4.704	20.638	56.796
Resultado não operacional	18.f	1.550	4.374	3.615
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.254	25.012	60.411
Lucro líquido		6.254	25.012	60.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011						SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011		
(Em milhares de Reais)						(Em milhares de Reais)		
						2º Semestre	Exercício	Exercício
						2012	2012	2011
continuação								
Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF								
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011						SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011		
(Em milhares de Reais)						(Em milhares de Reais)		
	Recursos dos associados	Reserva de lucros (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.625.815	407.864	(1.393)	-	3.032.286	Fluxos de caixa provenientes das operações		
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	227	-	227	Lucro líquido	6.254	25.012
Outros eventos:						Ajustes ao lucro líquido	11.068	19.562
Remuneração:						Provisão para operações de crédito	3.238	6.809
Juros	154.395	-	-	-	154.395	Despesas para contratos desequilibrados	1.561	6.250
Atualização	33.179	-	-	-	33.179	Provisão para perdas	7.254	7.254
Captação líquida do exercício	122.172	-	-	-	122.172	Provisão para perdas - FCVS	269	471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	60.411	60.411	Depreciações / Amortizações	1.750	2.973
Destinações:						Desvalorizações de bens não de uso próprio	544	577
Reservas	-	60.411	-	(60.411)	-	Resultado credor na incorporação de bens	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.935.561	468.275	(1.166)	-	3.402.670	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(3.551)	(4.805)
Mutações do exercício	309.746	60.411	227	-	370.384	Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	3	38
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.935.561	468.275	(1.166)	-	3.402.670	Variações patrimoniais	(111.827)	(62.859)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	535	-	535	Aumento em ativos operacionais	(103.010)	(66.476)
Outros eventos:						Aumento de recolhimentos obrigatórios ao BACEN	(61.379)	(72.498)
Remuneração:						Redução de depósitos no FAHBRE	-	-
Juros	173.936	-	-	-	173.936	Aumento de repasses interfinanceiros	(30.143)	(52.115)
Atualização	9.248	-	-	-	9.248	Alienação de bens não de uso próprio	1.198	2.764
Captação líquida do exercício	189.976	-	-	-	189.976	Aquisição de bens não de uso próprio	(1.753)	(2.458)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.012	25.012	Reversão/Baixa de provisão para operações de crédito	29	29
Destinações:						Baixa de provisão para Perdas - FCVS	(284)	(339)
Reservas	-	25.012	-	(25.012)	-	Baixa de provisão em decorrência de extinção do financiamento	(843)	(849)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308.721	493.287	(631)	-	3.801.377	Aumento/Redução/Aumento aplicações interfinanceiras de liquidez	(37.495)	83.001
Mutações do exercício	373.160	25.012	535	-	398.707	Redução/Aumento de FGTS a ressarcir	153	221
Saldo em 30 de junho de 2012	2.995.162	468.275	(770)	18.758	3.481.425	Aumento de FCVS	(6.807)	(13.601)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	139	-	139	Redução/Aumento/Redução de operações de crédito	33.909	(9.153)
Outros eventos:						Redução/Aumento de outros créditos	809	(2.108)
Remuneração:						Aumento/Redução de outros valores e bens	(543)	95
Juros	88.759	-	-	-	88.759	Ajustes de avaliação patrimonial	139	535
Atualização	575	-	-	-	575	Redução/Aumento/Redução em passivos operacionais	(8.817)	3.617
Captação líquida do semestre	224.225	-	-	-	224.225	Redução de recursos de letras hipotecárias	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.254	6.254	Redução/Aumento em outras obrigações	(8.817)	3.617
Destinações:						Caixa (utilizado) pelas operações	(94.505)	(18.285)
Reservas	-	25.012	-	(25.012)	-	Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308.721	493.287	(631)	-	3.801.377	Aumento de títulos e valores mobiliários e derivativos	(75.893)	(134.976)
Mutações do semestre	313.559	25.012	139	(18.758)	319.952	Alienação de imobilizado de uso	360	360
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO						Aumento de recursos de associados poupadores		
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2011 (Em milhares de Reais)						Aumento de depósitos		
	2º Semestre	Exercício	Exercício			Caixa gerado pelas atividades de financiamento	313.558	373.159
	2012	%	2012	%	2011	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	116.784	245.627
1 - Receitas	187.989		382.988		415.371	Caixa utilizado pelas atividades de investimento	430.342	618.786
1.1 - Intermediação financeira	180.182		372.981		409.560	Modificação na posição financeira	253.033	455.756
1.2 - Prestação de serviços	1.688		3.360		2.578	Disponibilidades		
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(3.238)		(6.809)		(11.944)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.438.375	1.235.652
1.4 - Outras	9.357		13.456		15.177	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.691.408	1.691.408
2 - Despesas de intermediação financeira	111.587		226.065		222.453	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	253.033	455.756
3 - Insumos adquiridos de terceiros	32.424		58.425		61.954	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
3.1 - Materiais, energia e outros	13.927		27.841		23.833	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2012		
3.2 - Serviços de terceiros	2.470		4.597		4.275	1 A instituição e suas operações		
3.3 - Perda/recuperação de valores ativos	-		-		-	A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE.		
3.4 - Outras	16.027		25.987		33.846	A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade- fim conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430 de 1996.		
3.4.1 - Outras despesas administrativas	942		1.568		1.974	A Caderneta de Poupança POUPEX tem o seu processamento realizado pelo Banco do Brasil mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.		
3.4.2 - Outras despesas operacionais	14.496		23.774		31.654	2 Apresentação das demonstrações contábeis		
3.4.3 - Despesas não operacionais	589		645		218	a. Base de apresentação		
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	43.978		98.498		130.964	As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).		
5 - Depreciação, amortização e exaustão	1.750		2.973		2.822	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.		
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	42.228		95.525		128.142	A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2013.		
7 - Valor adicionado recebido em transferência	87		173		1.602	b. Moeda funcional e moeda de apresentação		
7.1 - Resultado de equivalência patrimonial	-		-		-	Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.		
7.2 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	87		173		1.602	c. Uso de estimativas e julgamentos		
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	42.315	100,00	95.698	100,00	129.744	A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso.		
9 - Distribuição do valor adicionado	42.315	100,00	95.698	100,00	129.744			
9.1 - Pessoal	25.052	59,20	48.036	50,19	44.060			
9.1.1 - Remuneração direta	18.131		34.501		31.597			
9.1.2 - Benefícios	5.369		10.138		9.622			
9.1.3 - FGTS	1.552		3.397		2.841			
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	10.812	25,55	22.275	23,28	24.868			
9.2.1 - Federais	10.709		22.037		24.184			
9.2.2 - Estaduais	6		25		24			
9.2.3 - Municipais	97		213		660			
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	197	0,47	375	0,39	405			
9.3.1 - Aluguéis	197		375		405			
9.3.2 - Outras	-		-		-			
9.4 - Remuneração de capitais próprios	6.254	14,78	25.012	26,14	60.411			
9.4.1 - Juros sobre o capital próprio	-		-		-			
9.4.2 - Dividendos	-		-		-			
9.4.3 - Lucros retidos/prejuízos do exercício	6.254		25.012		60.411			
9.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	-		-		-			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						continua		

continuação

## ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX

CNPJ: 00.655.522/0001-21

Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 16), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo, trimestralmente.

d. Reclassificações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011

Discriminamos abaixo as reclassificações efetuadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 para melhor comparabilidade com as demonstrações de 31 de dezembro de 2012.

Demonstração do fluxo de caixa

A linha caixa e equivalente de caixa foi acrescida em 31.12.2011, no valor de R\$160.895 mil, relativo às seguintes aplicações, uma vez estas possuíam vencimento de até 90 dias a partir da sua aplicação, conforme discriminado abaixo:

Título	Emissor	31/12/2011
CDI-PÓS	Banco Bradesco S.A.	113.063
CDI-PÓS	Banco Votorantim S.A.	47.832

Em decorrências das reclassificações efetuadas, as linhas da demonstração do fluxo de caixa que apresentaram modificações estão demonstradas a seguir:

	Publicado em 31/12/2011	Reclassificado
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro líquido	60.411	60.411
Variações patrimoniais	(382.992)	(242.526)
Aumento em ativos operacionais	(339.553)	(199.087)
Transferência de créditos para prejuízo	(18.487)	-
Aumento de aplicações interfinanceiras de liquidez	(241.920)	(101.454)
Redução de operações de crédito	72.601	54.114
Caixa utilizado pelas operações	(286.207)	(145.741)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	117.458	257.924
Modificação na posição financeira		
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	957.299	977.728
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.074.757	1.235.652
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	117.458	257.924

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério "pro rata die", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b. Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068/01. A Entidade não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis.

i. Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – "Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda" – até a sua realização por venda.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apreçamento dos títulos disponíveis para venda:

a. Fundos de investimentos

A carteira dos fundos de investimento está representada relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela ANBIMA, ANBIMA e SND - Sistema Nacional de Debêntures, respectivamente, os CDBs pelo mesmo critério descrito no item anterior. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

b. Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela "curva de cupom de TR" divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados "pro rata temporis", observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos do SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - A provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério pro rata temporis, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebida.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Registrado pelos gastos incorridos deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

l. Ativos contingentes e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 16).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério "pro rata temporis", de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2012	31/12/2011	
Disponibilidades	1.671	327	
Caixa	12	9	
Depósitos bancários	1.659	318	
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários	1.689.737	1.235.325	
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.691.408	1.235.652	
b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)			
Título	Emissor	31/12/2012	31/12/2011
CDI	Banco do Brasil	1.547.351	960.932
CDI-PÓS	Banco Bradesco S.A.	0	113.063
CDI-PÓS	Caixa Econômica Federal	20.282	-
CDI-PÓS	Banco Votorantim S.A.	0	47.832
Fundo	BB Pólo VII	121.011	112.372
Fundo	BB CP 600 mil	999	1.006
Fundo	BB CP 200	94	120
Total		1.689.737	1.235.325

continua

continuação

## ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX

CNPJ: 00.655.522/0001-21

Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF

A remuneração média anualizada do exercício de 2012 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX é a seguinte: 7,42% a.a. para a aplicação no Banco do Brasil indexado ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 7,79% a.a. para a aplicação nos demais Bancos indexada ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 7,59% a.a. para os Fundos de Investimento administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

## 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2012	31/12/2011
a. Composição		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.629.608	1.266.802
Não ligadas	1.629.608	1.266.802
Total	1.629.608	1.266.802
Ativo circulante	1.629.608	1.266.802

Vencimento em dias	0-30	31-180	181-365	Total	%
CDI-OVER	1.547.351	0	0	1.547.351	95,0
CDI-PÓS	15.231	5.052	61.974	82.257	5,0
Total	1.562.582	5.052	61.974	1.629.608	100,0

## b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	2º semestre		Exercício	
	2012	2011	2012	2011
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	56.673	118.925	97.722	97.722
	56.673	118.925	97.722	97.722

## 6 Títulos e Valores Mobiliários – TVM

## a. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

	31/12/2012			31/12/2011		
	0-30	31-180	181-360	0-30	31-180	181-360
Vencimento em dias						
1-Títulos disponíveis para venda	122.151	0	0	122.151	0	0
Títulos públicos CVS	0	0	0	0	0	0
Títulos privados	122.151	0	0	122.151	0	0
Cotas de Fundos	122.151	0	0	122.151	0	0
2-Títulos Mantidos até o vencimento	19.384	86.249	121.518	19.384	86.249	121.518
Títulos públicos LTN	0	0	0	0	0	0
Títulos privados CRI	0	0	0	0	0	0
LF	19.384	86.249	121.518	19.384	86.249	121.518
Cotas de fundos DPGE	0	0	0	0	0	0
Total	141.535	86.249	121.518	141.535	86.249	121.518

	31/12/2012			31/12/2011		
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado
Vencimento em anos						
Por categoria	349.302	92.686	2.710	7.257	451.955	453.057
1 - Títulos disponíveis para venda	122.151	0	0	7.257	129.408	128.777
2 - Títulos mantidos até o vencimento	227.151	92.686	2.710	0	322.547	324.280
	349.302	92.686	2.710	7.257	451.955	453.057

	31/12/2012			31/12/2011		
	0-30	31-180	181-360	0-30	31-180	181-360
Vencimento em dias						
Por carteira	141.535	86.249	121.518	141.535	86.249	121.518
Carteira própria	141.535	86.249	121.518	141.535	86.249	121.518

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor Contábil					
Por carteira	349.302	102.022	451.324	207.491	100.251	307.742
Carteira própria	349.302	102.022	451.324	207.491	100.251	307.742

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Por categoria	349.302	102.022	451.324	207.491	100.251	307.742
Carteira própria	349.302	102.022	451.324	207.491	100.251	307.742

## Valor de mercado da carteira

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes:

## Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa 3.d.

## Operações pré-fixadas

O valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data-base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros pré-fixados verificada no mercado.

## Operações pós-fixadas

São marcadas a mercado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data-base do balanço.

b. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração de resultados)

	2º semestre		Exercício	
	2012	2011	2012	2011
Títulos de renda Fixa	11.463	21.667	35.452	35.452
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	4.417	9.916	12.371	12.371
	15.880	31.583	47.823	47.823

## c. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

No 2º semestre de 2012 e no exercício de 2012, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

## 7 Relações interfinanceiras

## a. Composição

	31/12/2012		31/12/2011	
	2012	2011	2012	2011
Créditos vinculados	845.281	766.658	845.281	766.658
Banco Central - Recolhimentos obrigatórios	666.944	594.446	666.944	594.446
SFH - FGTS a ressarcir	81	303	81	303
SFH - Fundo de compensação de variações salariais	178.256	171.909	178.256	171.909
Principal com opção pela novação	221.594	207.354	221.594	207.354
(-) Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB	(10.771)	(10.133)	(10.771)	(10.133)
(-) Provisão para perdas	(32.567)	(25.312)	(32.567)	(25.312)
Repasse interfinanceiros	459.862	407.748	459.862	407.748
Devedores por repasses de outros recursos	459.862	407.748	459.862	407.748
Total	1.305.143	1.174.406	1.305.143	1.174.406
Classificação do ativo				
Circulante	1.126.887	1.002.497	1.126.887	1.002.497
Não circulante	178.256	171.909	178.256	171.909
Total	1.305.143	1.174.406	1.305.143	1.174.406

## b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

Esta rubrica registra os valores de recolhimento obrigatórios de depósitos de poupança na forma da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. A base de cálculo da exigibilidade de encaixe obrigatório sobre recursos de depósitos de poupança corresponde à média aritmética da soma dos saldos inscritos na conta 6.2.1.00.00-3 APE – Recursos de Associados. A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento).

## c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, junto às instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A provisão para perdas no montante de R\$ 32.567 mil (R\$ 25.312 mil em 31 de dezembro de 2011) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150/2000. O cálculo, além de levar em consideração o histórico de perdas na habilitação dos créditos para recebimento dos recursos junto ao CCFCVS, agrega também, em face do Fundo ter assumido os direitos e obrigações da extinta Apólice de Seguro Habitacional do SFH – ASH/SFH, parcela destinada à constituição de provisão para eventual perda no recebimento de indenizações do Seguro de Morte e Invalidez Permanente – MIP, também operada pela Administradora do FCVS.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte destes créditos e não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa 3.e).

	31/12/2012	31/12/2011
Situação da carteira		
Não habilitados (i)	17.931	16.078
Habilitados e não homologados (ii)	12.056	11.323
Habilitados, homologados e em discussão (iii)	26.720	25.293
Habilitados e homologados (iv)	141.526	134.301
Negativa de cobertura (v)	21.388	19.768
Outros	1.973	591
Total	221.594	207.354

(i) Representa os saldos de contratos não habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados junto à Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 10.381 mil a menor em relação aos respectivos saldos contábeis na POUPEX, para cujos contratos, estão sendo impetrados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor de diferença encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

## d. Encontro de contas - FCVS/FUNDHAB

Refere-se aos débitos relativos às contribuições trimestrais (não pagas e/ou pagas a menor) e mensais (pagas a menor) ao FCVS, a serem liquidados por prévia compensação, na forma do disposto na Lei nº 10.150, de 2000, posicionada na data dos saldos devedores de responsabilidade do FCVS, objeto da novação de dívida, conforme definido nos subitens 6.1.5.1, 6.2.5.1 e 6.2.5.2 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais - MNPO/FCVS.

## e. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasse Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

continua



continuação

## ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX

CNPJ: 00.655.522/0001-21

Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF

Sistema PEX - Valores transitórios

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da instituição.

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias que ainda não sensibilizaram a conta corrente da instituição.

Complementos de prestações a receber

Registra a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários. O montante dos complementos de prestações totalizava em 31.12.2012 o valor de R\$ 10.589 mil, sendo a provisão para perdas constituída no valor de R\$ 8.337 mil;

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército sobre o custo de pessoal da POUPEX e processamento em TI.

10. Outros valores e bens

a. Composição

	31/12/2012	31/12/2011
Outros valores e bens	2.493	2.891
Bens não de uso próprio	2.204	2.557
Material em estoque	289	334
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(825)	(295)
Despesas antecipadas	1.088	1.137
<b>Total</b>	<b>2.756</b>	<b>3.733</b>
<b>Classificação do ativo</b>		
Circulante	743	1.400
Não circulante	2.013	2.333
<b>Total</b>	<b>2.756</b>	<b>3.733</b>

1 Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

2 Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

3 Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros, licença de uso de softwares e reforma de imóvel de terceiros.

4 Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta de regime especial após esgotados os prazos regulamentares de prorrogação e leilão.

11. Investimento

Refere-se à participação acionária de 9,0905% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

Não houve indícios ou evidências de que os investimentos estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

12. Imobilizado de uso

a. Composição

	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação	Exercício	
				2012 líquido	2011 líquido
<b>Imobilizado</b>					
Edificações	4	5.049	(445)	4.604	1.595
Móveis e equipamentos em uso	10	3.718	(1.440)	2.278	2.375
Sistema de comunicação	20	194	(120)	74	32
Sistema de processamento de dados	20	14.812	(11.005)	3.807	4.386
Sistema de transportes	20	681	(44)	637	456
<b>Total</b>		<b>24.454</b>	<b>(13.054)</b>	<b>11.400</b>	<b>8.844</b>

## Exercício 2012

	Saldo inicial 31/12/2011	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final 31/12/2012
Móveis e equipamentos em estoque	–	155	(155)	–	–
Edificações	1.595	3.210	–	(201)	4.604
Móveis e equipamentos em uso	2.375	229	–	(326)	2.278
Sistema de comunicação	32	63	(1)	(20)	74
Sistema de processamento	4.386	1.132	(25)	(1.686)	3.807
Sistema de transporte	456	681	(360)	(140)	637
<b>Total</b>	<b>8.844</b>	<b>5.470</b>	<b>(541)</b>	<b>(2.373)</b>	<b>11.400</b>

## Exercício 2011

	Saldo inicial 31/12/2010	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final 31/12/2011
Edificações	1.669	–	–	(74)	1.595
Móveis e utensílios	1.718	413	(4)	(231)	1.896
Máquinas e aparelhos	493	63	(5)	(72)	479
Sistema de comunicação	45	7	–	(20)	32
Sistema de processamento de dados	4.865	1.882	(77)	(2.284)	4.386
Sistema de transporte	585	52	(40)	(141)	456
<b>Total</b>	<b>9.375</b>	<b>2.417</b>	<b>(126)</b>	<b>(2.822)</b>	<b>8.844</b>

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 0,30% (0,26% em 31 de dezembro de 2011), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

Não houve indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

13. Intangível

Refere-se à renovação de licença de uso de softwares pelo prazo de trinta e seis meses. Amortização é calculada mensalmente na base de 1/36 avos.

Movimentação:

	Saldo inicial 31/12/2011	Adições	Baixas	Amortização	Saldo Final 31/12/2012
Licença de uso de Software	–	5.598	–	(600)	4.998

14. Depósitos a prazo

As obrigações inscritas em “Depósitos a Prazo” compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada à taxa CDI) e da Fundação Habitacional do Exército - FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855/1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

Despesas de captações com depósitos especiais: (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

	2º semestre		Exercício	
	2012	2011	2012	2011
Despesas de captação	19.859	38.249	29.899	29.899
Depósitos especiais	19.859	38.249	29.899	29.899
<b>Total</b>	<b>19.859</b>	<b>38.249</b>	<b>29.899</b>	<b>29.899</b>

15. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	2º semestre		Exercício	
	2012	2011	2012	2011
Despesas de captação	–	–	–	852
Letras Hipotecárias	–	–	–	852
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>852</b>

16. Outras Obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos e contribuições a recolher	5.029	5.654
Provisão para riscos fiscais	33.644	25.410
<b>Total</b>	<b>38.673</b>	<b>31.064</b>

Impostos e contribuições a recolher

Registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente o julgamento de recurso perante o TRF 1ª Região. Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 33.644 mil (R\$ 25.410 mil em 31 de dezembro de 2011).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição. Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referente à COFINS perfazem o montante de R\$ 50.735 mil e ao PIS o de R\$ 2.205 mil. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

b. Diversas

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações com vendedores de imóveis/financiados (b.1)	11.251	12.156
Obrigações por contribuições ao SFH (b.2)	923	835
Provisão para pagamentos a efetuar (b.3)	27.296	19.803
Provisão para passivos contingentes (b.4)	4.152	10.879
Recursos do FGTS para amortização de financiamentos	465	410
Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar	579	501
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	–	2.994
Encargos e amortizações recebidas - Financiamentos	1.194	1.279
Valores sob análise - SICOM	1.440	160
Provisão para contratos desequilibrados (b.6)	31.130	28.343
Valores a repassar a construtoras (b.7)	1.551	119
Outros credores	213	458
<b>Total</b>	<b>80.194</b>	<b>77.937</b>

b.1. Obrigações com vendedores de imóveis/financiados

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2. Obrigações por contribuições ao SFH

Registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3. Provisão para pagamentos a efetuar

Registra os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4. Provisão para passivos contingentes (riscos trabalhistas e cíveis)

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Passivos trabalhistas	247	247
Poupança	1.893	2.103
Demandas judiciais - Prováveis perdas	–	6.485
Financiamento imobiliário - Ações judiciais	1.888	1.920
Cobertura de sinistro - Material de construção	100	100
Outros	24	24
<b>Total</b>	<b>4.152</b>	<b>10.879</b>

i. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis

	Movimentação no exercício			
	Saldo em 31/12/2011	Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2012
Contingências				
Trabalhistas	247	–	–	247
Cíveis	10.532	–	(6.811)	3.805
Sinistro material de construção	100	558	(558)	100
<b>Total</b>	<b>10.879</b>	<b>642</b>	<b>(7.369)</b>	<b>4.152</b>

continua

continuação

## ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX

CNPJ: 00.655.522/0001-21

Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF

	Movimentação no exercício			
	Saldo em 31/12/2010	Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2011
Contingências				
Trabalhistas	178	260	(191)	247
Cíveis	8.316	5.867	(3.651)	10.532
Sinistro material de construção	100	407	(407)	100
Total	<u>8.594</u>	<u>6.534</u>	<u>(4.249)</u>	<u>10.879</u>

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

a. Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de crédito imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

No 3º trimestre de 2012, a POUPEX efetuou reversão da provisão até então constituída, no valor de R\$ 5.937 mil, que era decorrente de diferença nos valores das prestações de determinadas operações de crédito, objeto de questionamento judicial. Essa provisão passou a ser efetuada por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, na carteira de operações de crédito, para melhor aderência à metodologia de provisionamento das operações de crédito.

b. Provisão para riscos trabalhistas

Reclamação trabalhista pleiteando aviso prévio, férias proporcionais, com acréscimo de 1/3 relativo ao período de novembro de 2003 a agosto de 2004; 13º salário proporcional, relativo ao ano de 2004; Liberação do FGTS; Multa de um salário, previsto no art. 477, § 8º da CLT, horas extras, indenização por danos morais e materiais.

iii. Passivos contingentes - Risco possível

	Quantidade	31/12/2012	Quantidade	31/12/2011
Condomínio	4	79	5	84
Crédito Imobiliário	653	12.586	648	10.529
Empréstimo Simples	17	90	8	33
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	33	4	33
Material de Construção	11	21	9	20
Poupança	300	2.729	308	2.740
Trabalhista	1	29	1	29
Total	<u>990</u>	<u>15.567</u>	<u>983</u>	<u>13.468</u>

Ações - Condomínio

Representam pedidos de pagamento de débitos (contas vencidas), realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Representam pedidos revisão de índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Os autores requerem: revisão de contrato, nulidade das cláusulas que causaram oneração excessiva do contrato de adesão, declarar nula a cláusula que prevê a contratação do seguro de proteção financeira e a cláusula que prevê o vencimento antecipado, condenar o réu ao pagamento da indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Representam pedidos de revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Representam pedidos de pagamentos das diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Ações - Trabalhista

Representam pedidos de danos morais e pagamento de horas extras.

b.5. Valores transitórios - Sistema PEX - Registram transitatoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

b.6. Provisão para contratos desequilibrados

A POUPEX possui na data-base de 31 de dezembro de 2012 o montante aproximado de R\$ 237.957 mil (R\$ 227.327 mil, em 31 de dezembro de 2011) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que as prestações pagas pelos mutuários ao longo do contrato não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, em razão das limitações de atualização das prestações impostas por legislação. A Administração efetua uma provisão decorrente das prováveis perdas derivadas do processo de negociação dos contratos com os respectivos mutuários quando dos seus vencimentos, cujo valor consignado é de R\$ 31.130 mil (R\$ 28.343 mil em 31 de dezembro de 2011), sendo calculada com base na estimativa do desconto a ser oferecido aos mutuários quando da liquidação das operações. A Administração estima que a provisão constituída é suficiente para cobrir a totalidade das perdas por descontos concedidos de toda a carteira de operações de financiamento imobiliário na data-base das demonstrações contábeis, sendo seu valor periodicamente revisado.

b.7. Valores a repassar a construtoras

Refere-se a valores retidos e não liberados para garantia da conclusão das obras de responsabilidade das construtoras.

17. Patrimônio social

O patrimônio social da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido	<u>3.801.377</u>	<u>3.402.670</u>
Recursos de associados poupadores	3.308.721	2.935.561
Reservas de lucros	493.287	468.275
Ajustes de avaliação patrimonial	(631)	(1.166)
Lucros acumulados	<u>0</u>	<u>0</u>

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo resultado de operações com captações no mercado na demonstração de resultados)

	2º semestre	Exercício	
	2012	2012	2011
Despesas de captação	91.727	187.816	191.702
Depósitos de Poupança	89.334	183.184	187.574
FGC	2.393	4.632	4.128
Total	<u>91.727</u>	<u>187.816</u>	<u>191.702</u>

b. Reserva de lucros

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº 002/2001 limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajuste de avaliação patrimonial - TVM

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Outras receitas operacionais

	2º semestre	Exercício	
	2012	2012	2011
Recuperação de encargos e despesas	988	1.490	996
Reversão de imposto de renda	444	444	0
Outras reversões (*)	6.188	6.672	9.198
Recuperação de outros créditos	0	0	1.054
Outras rendas	128	448	1.696
Total	<u>7.748</u>	<u>9.054</u>	<u>12.944</u>

(\*) No segundo semestre de 2012, a POUPEX efetuou reversão para demandas judiciais decorrentes de operações de crédito, no valor de R\$ 5.937 mil (Nota Explicativa 16 b.4).

No exercício de 2011 efetuou-se reversão da provisão de PIS/COFINS, no montante de R\$ R\$ 9.015 mil em decorrência da prescrição do crédito tributário.

b. Despesas de pessoal

	2º semestre	Exercício	
	2012	2012	2011
Salários	17.790	33.946	31.227
Benefícios	3.790	7.300	6.946
Encargos sociais	7.862	15.396	13.964
Treinamentos/estagiários	562	853	774
Total	<u>30.004</u>	<u>57.495</u>	<u>52.911</u>

c. Outras despesas administrativas

	2º semestre	Exercício	
	2012	2012	2011
Despesas de água	21	46	77
Despesas de aluguel	197	375	405
Despesas de comunicação	2.051	4.707	5.684
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.419	2.909	3.063
Despesas de material	572	1.092	1.193
Despesas de processamento de dados	2.428	4.599	4.469
Despesas de promoções e relações públicas	1.384	2.061	1.340
Despesas de propaganda e publicidade	1.649	4.660	1.262
Despesas de publicações	189	349	200
Despesas de seguro	14	46	38
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.090	7.138	6.260
Despesas de serviços de terceiros	675	1.055	665
Despesas de serviços de vigilância e segurança	7	16	50
Despesas de serviços técnicos especializados	1.789	3.527	3.559
Despesas de transporte	116	260	268
Despesas de viagens	228	429	410
Despesas de condomínio	33	54	714
Despesas com uniformes	182	184	95
Despesas de fretes	36	63	52
Despesas com assinaturas diversas	21	54	75
Despesas de copa e cozinha	131	254	99
Despesas de consignação	203	358	230
Despesas de depreciação/amortização	1.750	2.973	2.822
Despesas de pequeno vulto	38	73	62
Outras	69	97	238
Total	<u>19.292</u>	<u>37.379</u>	<u>33.330</u>

d. Despesas tributárias

	2º semestre	Exercício	
	2012	2012	2011
IPTU	3	14	273
ITBI	3	10	238
Imposto de renda	1.229	2.315	2.868
IOF	119	225	209
Taxas	6	20	21
ISS	85	169	130
COFINS	3.084	6.382	7.624
PIS	501	1.037	1.239
Atualizações	1.267	3.062	3.391
Total	<u>6.297</u>	<u>13.234</u>	<u>15.993</u>

continua

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX			
Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF			
continuação			
e. Outras despesas operacionais			
	2º semestre		Exercício
	2012	2012	2011
Retomada de imóveis	560	1.212	0
Contratos desequilibrados	1.561	6.250	26.058
Contribuições para associações	98	178	162
Atualizações diversas	167	619	875
Despesas com ações judiciais	305	360	2.675
Resíduos prestação/amortização/seguros	71	102	42
Descontos concedidos em renegociação	2.267	4.766	132
Despesas com juros de mora e multas	12	197	35
Prejuízos com financiamentos imobiliários	59	64	114
Despesas de contribuição ao SFH	352	720	770
Provisões para perdas com FCVS	269	470	0
Outras provisões operacionais *	8.720	8.720	476
Despesas com imóveis de terceiros	2	26	306
Outras	53	90	9
<b>Total</b>	<b>14.496</b>	<b>23.774</b>	<b>31.654</b>
*No segundo semestre de 2012 efetuou-se a provisão no valor de R\$ 8.337 mil para o saldo a receber de complementos de prestação de financiamentos imobiliários recalculados em decorrência de alterações no sistema de amortização ou plano de reajuste das prestações dos contratos conforme decisão judicial e que ainda não foram liquidados pelo mutuário.			
f. Resultado não operacional			
	2º semestre		Exercício
	2012	2012	2011
Lucros na alienação de valores e bens	2.139	5.003	3.827
Perda líquida de capital	(31)	(15)	(7)
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(14)	(38)	(125)
Despesas com provisões não operacionais	(544)	(576)	(80)
<b>Total</b>	<b>1.550</b>	<b>4.374</b>	<b>3.615</b>
19 Transações com a gestora e outras partes relacionadas			
A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE, nos termos da Lei nº 6.855/80. Nos termos da referida lei, os Administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército e pagos por esta com base na sua tabela de remuneração (Lei nº 6.855/80, art. 1º § 2º, e art. 3º). Os dirigentes da FHE não recebem qualquer tipo de remuneração da POUPEX pelo desempenho das correspondentes funções que acumuladamente nela exercem.			
A POUPEX não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração, em conformidade à proibição a todas as instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. As transações com os Administradores estão restritas à manutenção de contas de poupança.			
Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:			
a. Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército (FHE). Em decorrência da execução dessas atividades, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal e de recursos de processamento eletrônico, na seguinte proporção: 64,59% e 33,88% (até 31.10.2012). A partir de novembro de 2012 adotou-se a proporção de 91% para ressarcimento dos custos incorridos com processamento eletrônico. No exercício de 2012, o montante de ressarcimento foi de R\$ 111.258 mil (R\$ 100.911 mil no exercício de 2011). (registrado no grupo despesas de pessoal e outras despesas operacionais na demonstração de resultados).			
b. Operações de Crédito - CICAP - No segundo semestre de 2012 a FHE liquidou a operação de financiamento para construção - CICAP - SFH junto à POUPEX, cujo valor na data de liquidação era de R\$ 4.338, remunerada pela taxa de 1,2% ao mês. A remuneração apropriada no exercício de 2012 foi de R\$ 3.050 mil (R\$ 6.063 mil no exercício de 2011).			
c. Operações de Crédito - Empréstimos - Durante o 1º semestre de 2012 a FHE liquidou o empréstimo junto à POUPEX, cujo valor na data de liquidação era de R\$ 29.000 mil, remunerada pela taxa de 1,2% ao mês. A remuneração apropriada no exercício de 2012 foi de R\$ 594 mil (R\$ 52.197 mil no exercício de 2011).			
d. Operações de Crédito - Financiamentos cessão de crédito - Referem-se a financiamentos cedidos. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 53.123 mil, no exercício de 2012. Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e financiamento para imóveis residenciais e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.			
e. Depósitos - O passivo de curto prazo refere-se a depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% ao ano, cujo encargo totalizou no exercício de 2012 R\$ 5.922 mil (R\$ 3.533 mil, no exercício de 2011).			
Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército - FHE estão assim resumidos:			
Contas patrimoniais			
	31/12/2012		31/12/2011
	Ativo		Passivo
	Curto	Longo	Curto
	prazo	Prazo	prazo
Ressarcimento:	17.739	-	14.532
Folha de pessoal	16.394	-	13.851
Custo de processamento	1.345	-	681
Operações de crédito	-	-	72.187
Empréstimos:	-	-	29.000
Financiamentos - CICAP (SFH)	-	-	43.187
Depósito especial	-	161.306	-
FHE	-	-	6.151
<b>Total</b>	<b>17.739</b>	<b>161.306</b>	<b>86.719</b>
Contas de resultado			
	2º semestre		Exercício
	2012	2012	2011
Ressarcimento pessoal	55.403	105.527	96.736
Ressarcimento TI	3.968	5.731	4.175
Rendimentos sobre operações de crédito	0	594	52.197
Encargos de captação	(4.268)	(5.922)	(3.533)
20 Benefício a empregados (fundo de pensão)			
A POUPEX é patrocinadora da POUPREV - Fundação de Seguridade Social que é uma entidade fechada de previdência complementar, criada sob a forma de Fundação sem fins lucrativos. Contando com um único plano, seus benefícios e classificações são distribuídos da seguinte forma:			
Plano	Benefício	Classificação	
POUPREV - Fundação de Seguridade Social	Aposentadoria por invalidez	Benefício definido	
	Pensão por morte	Benefício definido	
	Abono anual	Contribuição definida	
	Aposentadoria	Contribuição definida	
O número de participantes compreendidos pelo plano de benefício patrocinado pela POUPEX está distribuído desta maneira:			
	31/12/2012		31/12/2011
	Número de participantes		Número de participantes
	Ativos	Assistidos	Total
POUPREV	1.245	23	1.268
	1.277	18	1.295
O Fundo tem como objetivo administrar planos de benefícios de natureza previdenciária complementar, autônomos em relação ao Regime Geral de Previdência Social, voltados a seus participantes e assistidos, observados os respectivos regulamentos.			
A Renda de Aposentadoria por Invalidez e a Renda de Pensão por Morte são calculadas pelo regime de "benefício definido" e os demais no regime de "contribuição definida", o que caracteriza o Plano Misto de Benefícios da POUPREV como plano de Contribuição Variável.			
As contribuições mensais dos participantes para custeio do plano de benefícios são calculadas em função do Salário de Participação e podem chegar a 8% sendo 4% básica e 4% facultativa. Poderão ser feitas, também, contribuições extraordinárias, destinadas a melhorar o valor dos benefícios, sem contrapartida da Patrocinadora.			
O plano encontra-se superavitário na data-base de 31 de dezembro de 2012.			
O montante das despesas com as contribuições efetuadas somam os seguintes valores:			
	Despesas - R\$ Mil		
	Exercício		
	2012	2011	
	7.053	6.413	
As contribuições ao plano por seus membros ficaram assim distribuídas:			
	Contribuições ao plano de benefício		
	31/12/2012		31/12/2011
	Participantes	Patrocinadora	Total
POUPREV	5.763	7.053	12.816
	4.997	6.413	11.410
As contribuições patronais previstas não terão, obrigatoriamente, relação paritária com aquelas aportadas pelos respectivos Participantes, sendo que as facultativas somente ocorrerão caso o Participante tenha optado por tal modalidade de contribuição, na forma definida no Plano Anual de Custeio (4% da básica acrescida do percentual variável referente à facultativa).			

## SÍNTESE DO RELATÓRIO DE RISCOS - 2012 - GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), a POUPEX tem atuado ao longo do tempo de forma alinhada às melhores práticas de mercado no gerenciamento dos riscos, contando com a estrutura da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), subordinada diretamente ao Vice-presidente (VIPRE) e sendo independente das Unidades Técnicas Administrativas (UTA) e da Auditoria Interna (AUDIT).

A CORCI é composta por assessorias que tratam dos controles internos e dos diversos tipos de riscos (operacional, crédito, mercado e liquidez), atuando com o objetivo de certificar-se que medidas permanentes e efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição.

A metodologia adotada pela POUPEX na alocação de capital para risco operacional tem por alicerce o Método Básico, indicador que reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.

Os procedimentos e os sistemas informatizados utilizados para o gerenciamento dos riscos estão de acordo com a natureza das operações e complexidades dos produtos, conforme dimensão da exposição aos riscos e, também, com a realidade do mercado e com as normas definidas pelo BACEN.

Para atender à Resolução Nº 3.988, de 30 de junho de 2011, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e às determinações de Basileia III, a POUPEX cumpriu cronograma estabelecido pelo Art. 12 do normativo acima, para efetiva implementação de gerenciamento de capital. Quanto à estrutura, o Vice-Presidente é o Diretor responsável junto ao Banco Central do Brasil, considerando a sua ascensão sobre a CORCI e a Consultoria Técnica e de Planejamento (COTEP), áreas responsáveis pela construção dos dados e informações a serem disponibilizadas em relatórios de acesso público.

A disseminação da cultura de gerenciamento desses riscos em toda a Instituição, a divulgação das Políticas (disponível na INTRANET) e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, com apreciação da Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração, publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupex.com.br).

Brasília - DF, 2 de janeiro de 2013.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

continuação		<b>ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX</b> CNPJ: 00.655.522/0001-21 Endereço: Av. Duque de Caxias, S/N - Parte A, Setor Militar Urbano - Brasília, DF																	
<b>SÍNTESE DO RELATÓRIO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS</b> 2º SEMESTRE/2012		<b>RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA</b>																	
<p>A estrutura estabelecida para funcionamento do Sistema de Controles Internos - SCI está calcada no patrocínio disponibilizado pela Governança da Instituição, que se envolve na discussão dos assuntos e no estabelecimento de procedimentos de controles para tratar situações de não conformidade no ambiente operacional.</p> <p>O SCI atua de forma contextualizada, em observância aos interesses da Instituição e no atendimento das necessidades apresentadas pelos gestores, que são, em última análise, os responsáveis diretos por manter alinhados os procedimentos de acordo com o que é traçado pelo planejamento estratégico da Instituição. Esse Sistema é constituído por um núcleo, formado pela atuação integrada de quatro áreas distintas, que são a Auditoria Interna - AUDIT, a Consultoria Técnica e de Planejamento - COTEP, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI e a Ouvidoria - OUVID.</p> <p>A coordenação desse núcleo é de responsabilidade da CORCI, que tem a atribuição de realizar reuniões bimestrais para tratar assuntos relevantes no contexto empresarial, sempre com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento da forma de trabalho e condução das atividades pelas Gerências.</p> <p>A dinâmica utilizada pelo SCI tem permitido a avaliação dos principais processos da Instituição, já que a AUDIT procede a verificações regulares em obediência a um plano de trabalho previamente aprovado pela Administração Superior, e a COTEP realiza mapeamento de processos que permite melhor distribuição de atividades, com redução de custos e incremento de resultados.</p> <p>O ambiente de TI tem merecido especial atenção por parte da Governança, já que a partir do corrente ano foram desenvolvidas e adquiridas ferramentas específicas para atender às necessidades das Gerências, com vista a permitir transferência automatizada de arquivos e ampliar a disponibilização de relatórios gerenciais pela utilização de ferramentas apropriadas.</p> <p>Buscar-se-á, no decorrer do próximo exercício, dar continuidade à atual forma de atuação do SCI, dada às conquistas e resultados alcançados até o momento.</p> <p style="text-align: right;">Brasília - DF, 2 de janeiro de 2013.  <b>ALDEMIR MENDES DA SILVA</b>          Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI</p>		<p>De acordo com o estabelecido na deliberação 018, de 10 de agosto de 2005, do Conselho de Administração da POUPEX, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da POUPEX, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos da Associação. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.</p> <p>O atual Comitê é composto por 4 (quatro) membros designados pelo Conselho de Administração. O Comitê reuniu-se formalmente onze vezes no ano de 2012, além de diversos encontros informais com os diversos setores da POUPEX.</p> <p>Os membros do Comitê de Auditoria da POUPEX, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, considerando as informações prestadas pela administração da Associação e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração.</p> <p style="text-align: right;">Brasília, 18 de fevereiro de 2013.  <b>JAIRO ALVES DOS SANTOS</b>          Coordenador  <b>GEN. CLAUDIO ROGERIO PINTO</b>  <b>JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO</b>  <b>JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES</b></p>																	
<b>DIRETORIA</b>		<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>																	
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"> <b>ERON CARLOS MARQUES</b>            Presidente         </td> <td style="width: 50%; border: none;"> <b>RICARDO BARBALHO LAMELLAS</b>            Vice-Presidente         </td> </tr> <tr> <td style="border: none;"> <b>JAIRO ALVES DOS SANTOS</b>            Diretor         </td> <td style="border: none;"> <b>CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO</b>            Diretor         </td> </tr> <tr> <td style="border: none;"> <b>JOSÉ RICARDO KÜMMEL</b>            Diretor         </td> <td style="border: none;"> <b>CLAUDIO ROGÉRIO PINTO</b>            Diretor         </td> </tr> <tr> <td style="border: none;"> <b>JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES</b>            Diretor         </td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>		<b>ERON CARLOS MARQUES</b> Presidente	<b>RICARDO BARBALHO LAMELLAS</b> Vice-Presidente	<b>JAIRO ALVES DOS SANTOS</b> Diretor	<b>CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO</b> Diretor	<b>JOSÉ RICARDO KÜMMEL</b> Diretor	<b>CLAUDIO ROGÉRIO PINTO</b> Diretor	<b>JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES</b> Diretor		<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"> <b>ARAKEN DE ALBUQUERQUE</b>            Presidente         </td> <td style="width: 50%; border: none;"> <b>ERON CARLOS MARQUES</b>            Vice-Presidente         </td> </tr> <tr> <td style="border: none;"> <b>RICARDO BARBALHO LAMELLAS</b>            Secretário         </td> <td style="border: none;"> <b>LAURO LUIS PIRES DA SILVA</b>            Conselheiro         </td> </tr> <tr> <td style="border: none;"> <b>NELSON GONÇALVES DO NASCIMENTO</b>            Conselheiro         </td> <td style="border: none;"> <b>JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO</b>            Conselheiro         </td> </tr> <tr> <td style="border: none;"> <b>TARCISO ALVES DA ROCHA</b>            Conselheiro         </td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>		<b>ARAKEN DE ALBUQUERQUE</b> Presidente	<b>ERON CARLOS MARQUES</b> Vice-Presidente	<b>RICARDO BARBALHO LAMELLAS</b> Secretário	<b>LAURO LUIS PIRES DA SILVA</b> Conselheiro	<b>NELSON GONÇALVES DO NASCIMENTO</b> Conselheiro	<b>JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO</b> Conselheiro	<b>TARCISO ALVES DA ROCHA</b> Conselheiro	
<b>ERON CARLOS MARQUES</b> Presidente	<b>RICARDO BARBALHO LAMELLAS</b> Vice-Presidente																		
<b>JAIRO ALVES DOS SANTOS</b> Diretor	<b>CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO</b> Diretor																		
<b>JOSÉ RICARDO KÜMMEL</b> Diretor	<b>CLAUDIO ROGÉRIO PINTO</b> Diretor																		
<b>JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES</b> Diretor																			
<b>ARAKEN DE ALBUQUERQUE</b> Presidente	<b>ERON CARLOS MARQUES</b> Vice-Presidente																		
<b>RICARDO BARBALHO LAMELLAS</b> Secretário	<b>LAURO LUIS PIRES DA SILVA</b> Conselheiro																		
<b>NELSON GONÇALVES DO NASCIMENTO</b> Conselheiro	<b>JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO</b> Conselheiro																		
<b>TARCISO ALVES DA ROCHA</b> Conselheiro																			
<b>GERÊNCIA DE CONTABILIDADE</b>																			
<b>MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES</b> Contadora - CRC/DF 008.116/0-1																			
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>																			
<p>Ao Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX Brasília - DF</p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis</p> <p>A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes</p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação</p>		<p>das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Opinião</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Outros assuntos</p> <p>Demonstração do valor adicionado</p> <p>Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p>Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior</p> <p>As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram por nós auditadas, e nosso relatório de auditoria, datado de 14 de fevereiro de 2012, foi emitido sem ressalva e com um parágrafo de ênfase com relação ao questionamento efetuado por parte do Banco Central do Brasil sobre a legalidade do empréstimo concedido pela POUPEX à sua gestora Fundação Habitacional do Exército - FHE, cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 29.000 mil. Esse empréstimo foi liquidado totalmente no primeiro semestre de 2012 (Nota Explicativa nº 19.c).</p> <p>Brasília, 19 de março de 2013.</p> <p>KPMG Auditores Independentes          CRC SP-014428/O-6 F-DF          Francesco Luigi Celso          Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF</p> <p style="text-align: right;">Alexandre Dias Fernandes          Contador CRC DF-012460/O-2</p>																	

CONCESSIONÁRIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CENTRAD  
CNPJ/MF: 10.671.035/0001-06

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
Em milhares de reais				Exercícios findos em 31 de dezembro			
				Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
		2012	2011			2012	2011
Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)		542	1.316	Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 8)	608	25	
Despesas Antecipadas (Nota 6)		1.009	211	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	256	2	
Outros ativos		3		Impostos, taxas e contribuições (Nota 10)	3	38	
		<u>1.554</u>	<u>1.257</u>		<u>867</u>	<u>65</u>	
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Sociedades da Organização Odebrecht		1.080	
Impostos a recuperar (Nota 2.4)		244	211	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)	3.205		
Imobilizado (Nota 7)		61	69		<u>3.205</u>	<u>1.080</u>	
		<u>305</u>	<u>280</u>	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Total do Ativo		<u>1.859</u>	<u>1.807</u>	Capital social (Nota 12)	6.200	6.200	
				Prejuízos acumulados	(8.413)	(5.538)	
					<u>(2.213)</u>	<u>662</u>	
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>1.859</u>	<u>1.807</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Exercícios findos em 31 de dezembro			Em milhares de reais					
Em milhares de reais								
		2012	2011	Capital Social				
				(Prejuízos)				
				Subscrito	A integralizar	Acumulados	Total	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Em 31 de dezembro de 2010				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.875)	(3.015)	31.000	(24.800)	(2.522)	3.678	
Ajustes:				Prejuízo do exercício				
Reembolso de despesas (Notas 11 e 15)		315				(3.016)	(3.016)	
Depreciação		4	4	Em 31 de dezembro de 2011				
Baixa de Imobilizado		4		31.000	(24.800)	(5.538)	662	
		<u>(2.552)</u>	<u>(3.011)</u>	Aumento de capital (Nota 12)				
Variações nos ativos e passivos:				19.000	(19.000)			
Despesas Antecipadas		(798)	(211)	Prejuízo do exercício				
Outros ativos		(36)	(89)			(2.875)	(2.875)	
Contas a pagar a fornecedor		583	(211)	Em 31 de dezembro de 2012				
Obrigações trabalhistas e tributárias		254	30	50.000	(43.800)	(8.413)	(2.213)	
Impostos a recolher		(35)		As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(2.584)</u>	<u>(3.492)</u>					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Adições ao imobilizado			(3)					
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(3)					
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos								
Sociedades da organização Odebrecht		(5)						
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11)		1.815						
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		1.810						
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(774)	(3.495)					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.316	4.811					
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>542</u>	<u>1.316</u>					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 6 de fevereiro de 2009, tendo como objeto social a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal, na forma de Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada n.º 01/2008 e do Contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (GDF) que, entre outros, prevê o prazo de 22 anos da parceria. Em 08 de abril de 2009 foi firmado contrato de concessão entre a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital

de concorrência n.º 01/2008, cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes da estrutura administrativa do governo do Distrito Federal.

O prazo de vigência do contrato é de 22 anos contados a partir do início das obras e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 21 anos, considerando a data de início da operação.

Desde sua constituição até a presente data, a Companhia manteve-se em fase pré-operacional, o início das obras estão previstas para 2013.

Em 30 de setembro de 2011, foi firmado contrato com o Banco do Brasil S.A., para atuação como banco estruturador dos recursos financeiros complementares para construção, estimados no valor original de R\$ 600.000.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas, referentes a provisões, impostos e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras.

2.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determinados, não cotados em mercado ativo.

São apresentados como ativo circulante e compreendem apenas caixa e equivalentes de caixa, que em 31 de dezembro de 2012 apresentam o valor de R\$ 542 (2011 - R\$ 1.316).

2.4 Impostos a recuperar

Estão representados por imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, os quais, em 31 de dezembro de 2012, apresentam valor de R\$ 244 (2011 - R\$ 211), e serão realizados à medida que haja lucro tributável.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 7.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.7 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.8 Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a adiantamentos efetuados pelos acionistas e não incidem juros e encargos. Os valores foram registrados ao custo.

2.9 Reconhecimento da receita

A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras.

Continua



NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ocorrida nos dias finais do ano, a liberação da primeira parcela do financiamento do empreendimento da Usina Hidrelétrica Belo Monte foi, sem dúvida, um dos mais importantes marcos registrados em 2012.

Tal liberação ocorreu no mês seguinte à aprovação, em 21 de novembro de 2012, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do empréstimo de R\$ 22,5 bilhões, que contou com a participação da Caixa Econômica Federal (CEF) e do banco privado BTG Pactual. Além do empréstimo, foi dada a autorização para a emissão de debêntures de infraestrutura por um total de R\$ 500 milhões. Destaca-se, uma vez mais, a ação dos acionistas da Norte Energia S.A., que envidaram os melhores esforços, a fim de viabilizar, mediante a mobilização das estruturas de governança de suas respectivas empresas, a entrada oportuna desses recursos no caixa da Norte Energia.

Várias conquistas nas obras de construção civil permitiram alcançar, no final de 2012, um progresso físico de 20,72%, com atividades em todos os quatro canteiros: Sítio Belo Monte, Sítio Pimental, Sítio Canal de Derivação e o recentemente implantado Sítio Bela Vista, além das obras de infraestrutura. No Sítio Pimental, foram concluídas as ensecadeiras e foi dado início aos trabalhos de escavação da casa de força complementar, vertedouros e escada de peixe. Nas obras de infraestrutura, sobressaem as obras da Estação de Transbordo de Carga (porto da Norte Energia) e a melhoria nos acessos aos canteiros, destacando-se a pavimentação do Travessão 27.

Merece menção a construção do Sistema de Transposição de Embarcações, no Sítio Pimental, que permitirá tanto na atual fase de construção da usina, quanto na futura operação, a plena continuidade da navegação na Volta Grande do Xingu.

Na área societária, houve a aquisição dos 5% da participação detida pelo Fundo de Participações CAIXA FIP CEVIX III por parte do Fundo de Pensão dos empregados da CEF (Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF), elevando sua participação na Norte Energia para 10%. Igualmente, deve-se mencionar a regularidade com que os vários comitês técnicos se reuniram, fortalecendo, dessa forma, a governança corporativa.

Os compromissos sociais e ambientais da Norte Energia tiveram considerável impulso em 2012, com a contratação e execução de importantes projetos, destacando-se o saneamento básico, a drenagem e a pavimentação em Vitória do Xingu, que compreende a sede do município e seus dois distritos. Foi iniciado o projeto de construção de redes de água e de esgotamento sanitário em Altamira, a partir de convênio firmado com a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e a prefeitura desse município. Além disso, foram executadas várias outras obras de construção e reforma de creches, escolas, hospitais, unidades básicas de saúde (UBS); abertura de estradas; e ações na área de segurança pública.

Foram efetuadas doações de tratores, veículos utilitários e leves, ambulâncias, ambulâncias, caminhões, ônibus para os vários programas desenvolvidos no âmbito do Projeto Básico Ambiental (PBA). Um indicador da eficácia das ações desenvolvidas pela Norte Energia é a redução em 39% dos casos de malária, entre 2011 e 2012, nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapú, Brasil Novo e Pacajá, graças ao Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM), que conta com investimentos de R\$ 36 milhões da empresa e que se tornou referência no combate a essa doença.

Com a conclusão, em setembro de 2012, do Plano Emergencial para o Etnodesenvolvimento, fruto de acordo firmado com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Norte Energia continuou a prestar assistência às comunidades indígenas da região de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte), até a finalização da contratação de todos os programas do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), que se iniciarão em janeiro de 2013. Este Plano Emergencial atendeu, durante um período de 2 anos, às 34 aldeias distribuídas nas 12 terras indígenas, formadas por 9 etnias e contou com investimentos na construção de postos de vigilância, bases operacionais, poços artesanais, equipamentos, construção de casas de farinha, bem como apoio institucional à FUNAI.

A Norte Energia, além do compromisso assumido e com o intuito de solidificar e garantir a implantação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), instituído pelo Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, concluiu, em 2012, sua oferta voluntária de viabilização de cerca de 60 projetos aprovados entre 2011 e 2012 pelo Comitê Gestor, focados nas regiões do Xingu e da Transamazônica, cujo montante já alcançou R\$ 50 milhões.

A UHE Belo Monte, quando concluída, em 2019, injetará 4.571 MW médios no Sistema Interligado Nacional (SIN), energia suficiente para atender a cerca de 40% do atual consumo residencial do País. Por ser um projeto estruturante e de interesse nacional, Belo Monte é uma obra integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, e, por conseguinte, induz ações positivas para o bem-estar das populações de sua área de influência.

Agradecemos aos nossos acionistas, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos colaboradores, aos agentes financiadores, fornecedores de bens e serviços e seus trabalhadores, às autoridades dos governos federal, estadual e dos municípios e à população da área do empreendimento, pelo comprometimento com tão importante obra para o desenvolvimento de nosso Brasil.

Duilio Diniz de Figueiredo | Diretor Presidente

#### SOBRE A EMPRESA CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2012 foi novamente marcado pelo olhar atento aos reflexos dos indicadores macroeconômicos e às políticas monetárias e fiscais prudenciais tomadas nos países desenvolvidos, ao longo de todo ano. Apesar do afrouxamento monetário e do incremento de gastos governamentais, a economia mundial consolidou um cenário de estagnação econômica, que já se arrasta desde 2010. Contudo, é importante reconhecer que a aversão global a risco teve significativo avanço no ano de 2012 e as taxas soberanas de captação das maiores economias caíram significativamente, especialmente entre os países europeus.

Com o lançamento do Mecanismo Europeu de Estabilidade, financiado com 500 bilhões de euros, juntamente com a transferência da responsabilidade dos maiores bancos da Europa para o Banco Central Europeu, a zona do euro, pela primeira vez em três anos, deixou de ser a principal preocupação da economia mundial, pelo menos a partir do segundo semestre de 2012.

Após a obtenção da relativa estabilidade nas economias dos países europeus, a agenda econômica voltou-se para os acontecimentos que se desenrolaram nos EUA. As eleições americanas, que reelegeram Barack Obama, foram marcadas pela difícil batalha que divide americanos em republicanos e democratas, e trouxeram à tona discussões importantes sobre problemas econômicos e fiscais. O caloroso embate político arrastou as discussões sobre o abismo fiscal americano para uma rara sessão de Ano-Novo, em que congressistas conseguiram, finalmente, aprovar um frágil acordo orçamentário, deixando para este ano a discussão de temas importantes como o teto do endividamento americano e o corte de despesas públicas.

A desaceleração do crescimento chinês também trouxe preocupação, pois consolidou a visão de que a economia chinesa vai estar cada vez mais dependente das revisões dos planos quinquenais, focado nas políticas de estímulo ao consumo interno e menos no crescimento das exportações, uma vez que o país sente cada vez mais o reflexo da retração econômica de importantes parceiros comerciais, países da Zona do Euro e o Japão.

A economia brasileira não passou imune a esse cenário e sofreu sensível deterioração na perspectiva dos principais agentes econômicos, notadamente devido à dificuldade de reação do setor industrial e à retração do investimento privado. Contudo, o governo adotou importantes medidas, ao longo do ano, com foco na recuperação econômica, reduzindo a taxa básica de juros para seu menor nível e criando claras medidas de desoneração fiscal para estímulo da produção. Ainda ao longo do segundo semestre, o governo soltou para o mercado a MP 579/2012, que regula o processo de renovação das concessões públicas do setor elétrico e permitirá a redução da tarifa média de energia (modicidade tarifária) para consumidores e empresas.

O resultado da adoção das medidas tomadas acima aponta para uma sensível redução dos custos da indústria. Paralelamente a isso, o governo vem adotando uma série de medidas de estímulo do capital privado na participação de projetos de infraestrutura, proporcionando o incremento da confiança empresarial, que deve contribuir gradualmente para a retomada dos investimentos privados, uma vez que a demanda interna continua bastante aquecida.

A crença na robustez de nossa demanda interna advém do fato de a massa salarial bruta real ter crescido, no último ano, no Brasil, bem como da observação da estabilidade do nível de endividamento da população, o que sustenta a perspectiva de crescimento do consumo interno. Essa crença é reforçada por não ser possível observar sinais de deterioração do mercado de trabalho, permitindo que o nível de desemprego permaneça muito baixo e a renda real continue a crescer.

Por isso, apesar do cenário externo ainda desafiador, trabalha-se com o cenário de aceleração dos investimentos e crescimento do PIB, como resultado das iniciativas tomadas pelo governo ao longo do ano passado.

#### A NORTE ENERGIA

A Norte Energia, empresa responsável pela implantação, construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE Belo Monte), tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da geração de energia elétrica limpa, renovável, confiável e barata.

A UHE Belo Monte é um vetor estratégico de transformação social e de inclusão para os onze municípios da área de influência do empreendimento: Altamira, Vitória do Xingu, Anapú, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz e Uruará. Além de ser a única usina hidrelétrica construída no Rio Xingu, seu projeto está em consonância com o compromisso nacional de assegurar o uso racional dos recursos naturais, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A construção da UHE Belo Monte é marcada pelo diálogo constante e transparente da Norte Energia com a população, que acompanha o cumprimento das compensações ambientais. São assegurados investimentos da ordem de R\$ 3,2 bilhões, referidos a abril de 2010, em ações socioambientais nas áreas de saúde, educação, geração de emprego e renda e segurança pública. Além disso, a Norte Energia já iniciou os investimentos de mais de R\$ 500 milhões, referidos a abril de 2010, em projetos que integram o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o chamado PDRS Xingu.

O respeito ao território e à cultura dos povos indígenas também são prioridades. Para o componente indígena, existe um Projeto Básico Ambiental (PBA) específico, o PBA-CI (Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena), que é um diferencial pioneiro na UHE Belo Monte, reafirmando o respeito e o cuidado com as populações tradicionais que habitam a região de influência da usina.

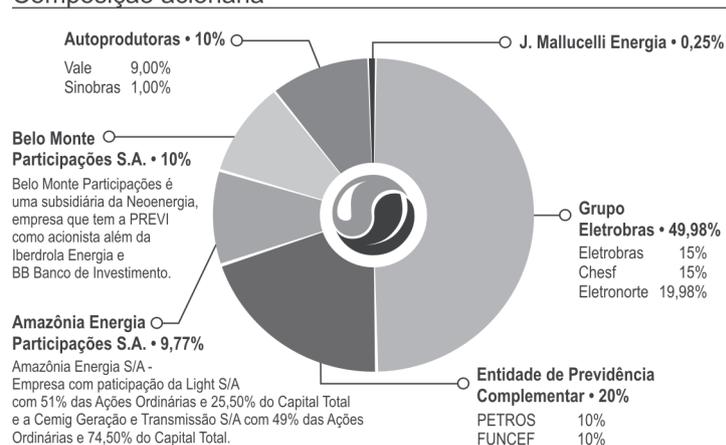
Com a UHE Belo Monte, a Norte Energia irá concretizar um projeto fundamental para o aumento na oferta de energia elétrica, necessário ao progresso da região do Xingu e da Transamazônica, do Pará e do Brasil. Para isso, as obras seguem o cronograma previsto, devendo alcançar seu pico em 2013. No segundo semestre, a previsão é de que 28 mil trabalhadores estarão envolvidos nas atividades, sempre mantendo a diretriz de que a maior parte dessa mão de obra seja proveniente do estado do Pará.

Em fevereiro de 2015, entrará em operação comercial a primeira turbina e, em janeiro de 2019, a usina estará em pleno funcionamento. Estima-se que 60 milhões de pessoas serão beneficiadas com os 11.233 MW de eletricidade gerados na UHE Belo Monte.

#### Estrutura Societária

No ano de 2012, a Companhia manteve seu quadro societário inalterado nos dois primeiros trimestres. No último trimestre, em decorrência do aumento de participação da FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais, de 5% para 10%, por meio da aquisição das cotas do Fundo de Participações CAIXA FIP CEVIX III, a estrutura societária da Companhia passou a ser a seguinte:

#### Composição acionária



continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

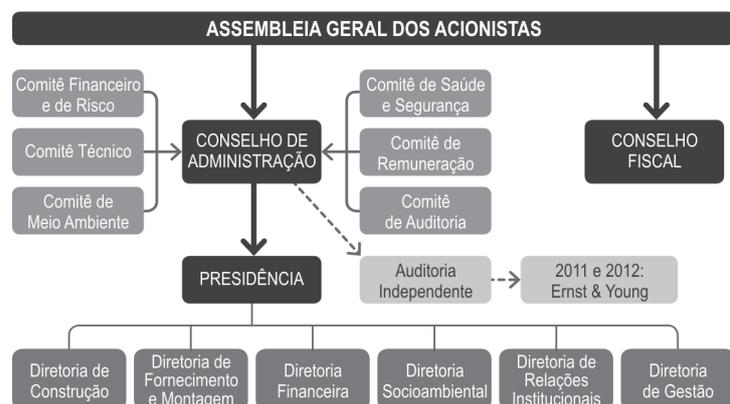
## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A administração da Norte Energia é composta por executivos experientes e é guiada pelos princípios das melhores práticas de governança corporativa e comportamento ético, buscando resultados pela via de transparência e respeito ao conceito da sustentabilidade.

A administração adotou uma série de medidas para reforçar os instrumentos de gestão, transparência e responsabilidade corporativa, com reflexos tanto no plano estratégico da empresa, que prevê a possibilidade de entrada da Companhia no Novo Mercado da Bovespa, como também no Acordo de Acionistas, que exige diversas medidas de qualidade na tomada de decisão e observância dos interesses de todos stakeholders do negócio.

Atualmente, a estrutura administrativa e de governança da empresa está organizada conforme o seguinte organograma:

## Estrutura administrativa



Nota Importante: Comitês em fase final de estruturação

A estrutura está em linha com o Código das Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - (IBGC).

## Estrutura de Governança

A Companhia vem, incansavelmente, melhorando e aprimorando todas as ações necessárias para consecução do seu objetivo, dando agilidade e transparência à tomada de decisões dentro de rigorosos princípios éticos. Dentre as ações, pode-se destacar:

## Implantação do R/3 SAP

O Sistema Integrado de Gestão Empresarial - R/3 SAP foi implementado em 1º de outubro de 2012, atingindo de forma efetiva o objetivo da Companhia de garantir integridade, confidencialidade, transparência, redução de custos, aumento da competitividade e, principalmente, gerando informações no tempo hábil para tomada de decisão pela alta administração e acionistas.

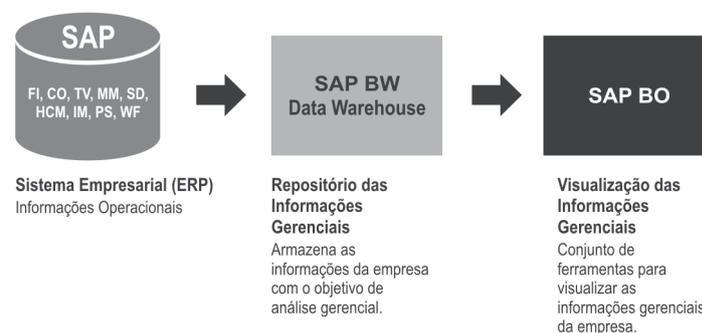
Desta forma, o SAP suporta todos os processos de formação e gestão de ativos, alinhados com todas as regras societárias, regulatórias (Resolução ANEEL nº 367/2009) e fiscais, proporcionando à alta administração uma visão clara e inequívoca de todos os processos empresariais, com foco na eficiência operacional e financeira.

Foram contratados os seguintes módulos:

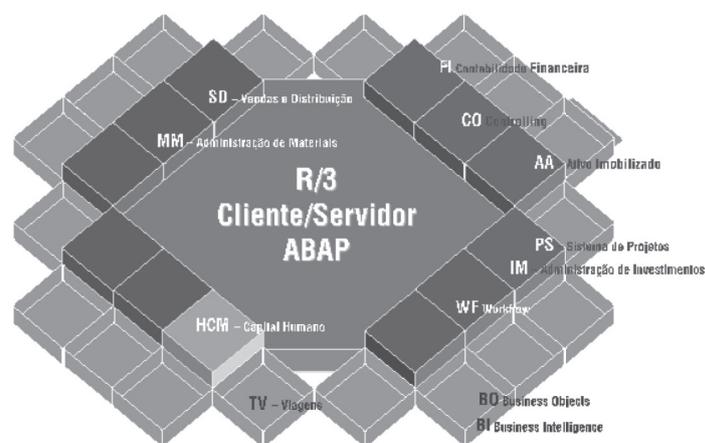
- Módulo FI (Financial Accounting): realiza a gestão e apresentação de todos os dados de contabilidade, seguindo o princípio de registro de documentos; apresenta o fluxo de dados aberto e integrado, assegurado por atualizações automáticas e disponibilidade de dados em tempo real; e realiza a sincronização dos dados auxiliares com a contabilidade do livro razão.
- Módulo CO (Controlling): fornece informações para a administração do processo decisório empresarial. A principal tarefa deste módulo é o planejamento, o qual possibilita a determinação de desvios, comparando os dados reais com os dados planejados.
- Módulo TV (Travel Planning): permite a administração de viagens de negócios. Este módulo abrange a solicitação, o planejamento e a reserva de viagens, assim como a liquidação das despesas de viagem e a transferência dos resultados da liquidação para outras áreas de funções de negócios.
- Módulo MM (Materials Management): está totalmente integrado aos outros módulos e suporta todas as fases de administração de materiais: planejamento e controle de materiais, compras, recebimento de mercadorias, administração de estoque e verificação de faturas.
- Módulo SD (Sales and distribution): realiza as operações para as áreas comercial e logística. Por meio dessas operações, a Companhia organiza e gerencia sua estrutura comercial, o que possibilita a geração de pedidos de venda por meio dos cadastros de cliente, materiais, preços, impostos e demais condições comerciais.
- Módulo HCM (Human Capital Management): suporta todas as fases de administração de recursos humanos: seleção e recrutamento, administração de pessoal, treinamento, remuneração, planejamento de carreira e sucessão, planejamento de custos, administração de tempos e folha de pagamento.
- Módulo IM (Investment Management): fornece informações para apoiar o planejamento, investimento e processos de financiamento para: os investimentos de capital, tais como aquisição de ativos fixos, como produção interna ou compra; os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, programas de manutenção, entre outros.
- Módulo PS (Project System): é a ferramenta que suporta todas as fases de um Projeto, facilitando e tornando eficiente o seu controle e gerenciamento. Por meio desse módulo, é possível planejar custos, elaborar orçamento, programar datas de execução das tarefas, gerar requisições de compra para materiais e serviços, controlar a disponibilidade orçamentária, etc.

- Workflow (WF): é uma ferramenta para automatizar o processo de negócio de modo que o processo flua lisamente, sem “bottlenecks” (gargalos) e sem extremidades inoperantes. As partes críticas do processo podem ser aerodinamizadas com opções de monitoração e da contingência do fim do prazo.
- Business Intelligence (BI): é uma solução que permite acessar informações confiáveis em tempo real, de qualquer dispositivo móvel e de qualquer lugar, garantindo a rapidez de resposta dos seus serviços.
- Business Objects (BO): oferece recursos abrangentes de gerenciamento da informação que podem ajudar a produzir, em tempo, dados integrados e precisos — estruturados ou não — por toda a Companhia. Essas soluções avançadas trazem a possibilidade de fornecer dados confiáveis a iniciativas importantes, como o processamento de transações comerciais, inteligência empresarial, criação de data warehouses, migração de dados e gerenciamento de dados mestres.

## Cenário BI – Business Intelligence / Visão negocial



## SAP R/3 – Módulos



Nota Importante: O módulos IM e BO serão implementados em um segundo momento

## Conselho de Administração

O Conselho de Administração define as estratégias de longo prazo da Companhia e acompanha a execução das políticas estabelecidas, além de tomar decisões acerca de temas relevantes no âmbito dos negócios e da operação, em linha com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social.

É composto por 12 (doze) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo designado um Presidente, os demais são denominados Conselheiros. Em 31/12/12, a Companhia contava com 10 conselheiros de administração e, no ano de 2012, foram realizadas treze (17ª a 29ª) reuniões para deliberações sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos. Os membros do Conselho têm mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Nome	Cargo
Valter Luiz Cardeal de Souza	Presidente
José Ailton de Lima	Membro
Adhemar Palocci	Membro
Maurício Muniz Barreto de Carvalho	Membro
Jorge José Nahas Neto	Membro
Moacir Carlos Bertol	Membro
Ricardo Batista Mendes	Membro
Solange Maria Pinto Ribeiro	Membro
Fernando Henrique Schüffner	Membro
Renata Marotta	Membro

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

**Diretoria**

A Diretoria é composta por 7 (sete) Diretores, quais sejam, Diretor-Presidente, Diretor de Gestão, Diretor Financeiro, Diretor de Relações Institucionais, Diretor Socioambiental, Diretor de Construção e Diretor de Fornecimento e Montagem, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Nome	Cargo
Duilio Diniz de Figueiredo	Diretor Presidente
Marcelo Andreetto Perillo	Diretor Financeiro
Wellington Lopes Ferreira	Diretor de Fornecimento e Montagem
João dos Reis Pimentel	Diretor de Relações Institucionais
Antônio Elias Filho	Diretor de Construção
Marcelo Barros de Andrade	Diretor de Gestão
Roberto Camilo da Cruz Oliveira	Diretor Socioambiental

**Conselho Fiscal**

A Norte Energia tem um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente e atua como órgão fiscalizador dos atos de gestão. É composto por 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral. Tem, entre outras atribuições: analisar as demonstrações financeiras e fornecer opinião sobre planos de investimentos. Em 31/12/12, a Companhia contava com 4 (quatro) conselheiros fiscais e, no ano de 2012, foram realizadas oito (11ª à 18ª) reuniões do Conselho Fiscal.

Nome	Cargo
Jésus Alves dos Santos	Presidente
Hailton Madureira de Almeida	Membro
Henrique Jager	Membro
Dioni Barbosa Brasil	Membro

**Auditoria Independente**

A divulgação dos resultados da Companhia obedece às normas internacionais de contabilidade definidas pela International Financial Reporting Standards (IFRS) e passam, regularmente, pelo crivo de uma auditoria externa independente.

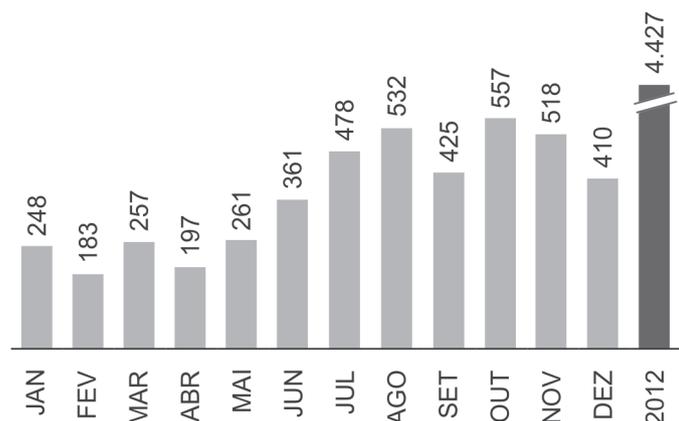
As demonstrações financeiras do exercício de 2012 foram auditadas pela Ernst Young Terco e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras não possui ressalvas.

**ESTRATÉGIA EMPRESARIAL**

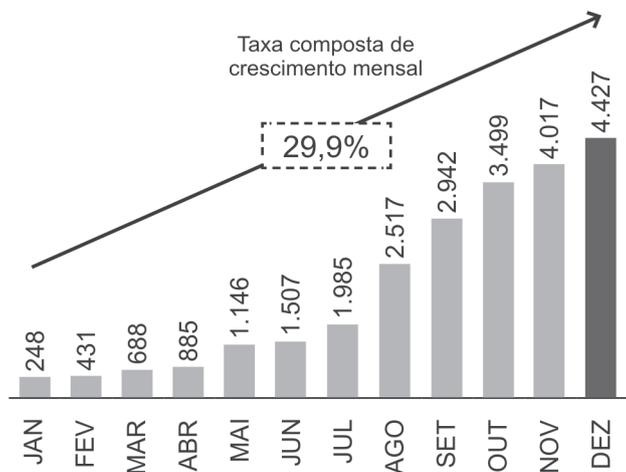
**Desempenho do negócio**

A Norte Energia encontra-se em um período pré-operacional e grande parte dos investimentos é aplicada na construção da UHE Belo Monte. Os investimentos realizados em 2012 estão demonstrados nos gráficos abaixo:

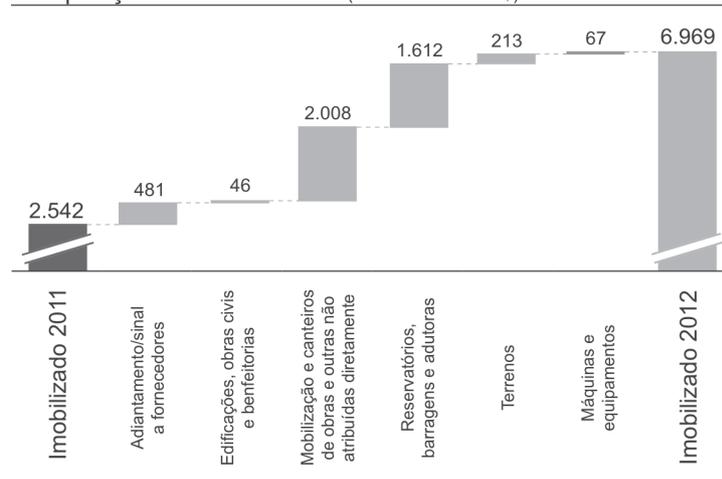
Investimento Mensal 2012 (Em milhares de R\$)



Investimento Acumulado 2012 (Em milhares de R\$)

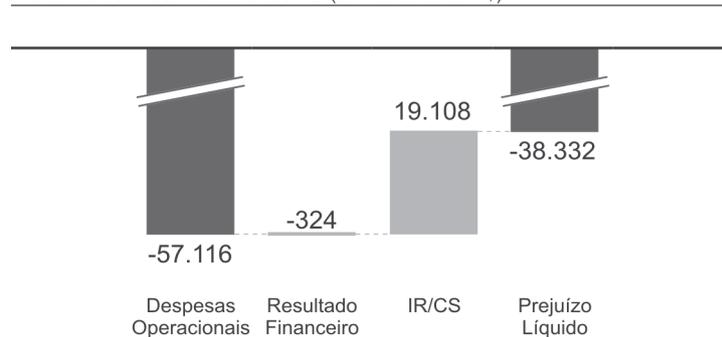


Composição do Investimento (Em milhares de R\$)

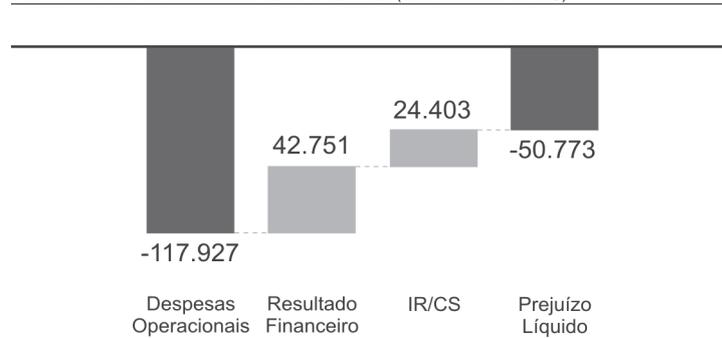


O prejuízo acumulado em 2012 é de R\$ 38,3 milhões, e reflete, basicamente, conforme gráfico abaixo, o resultado da rentabilidade das aplicações deduzido das despesas pré-operacionais.

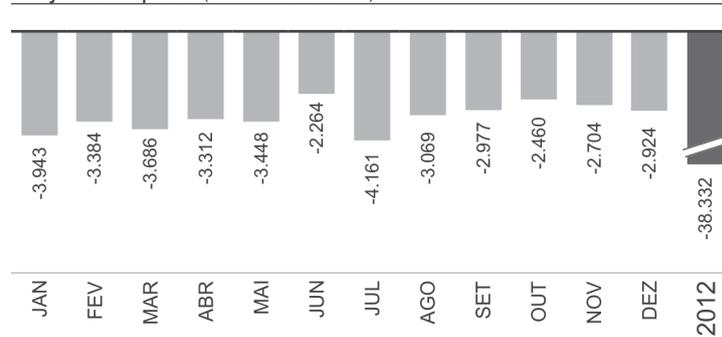
Resultado Acumulado 2012 (Em milhares de R\$)



Resultado Acumulado 2010-2012 (Em milhares de R\$)



Prejuízo Líquido (Em milhares de R\$)

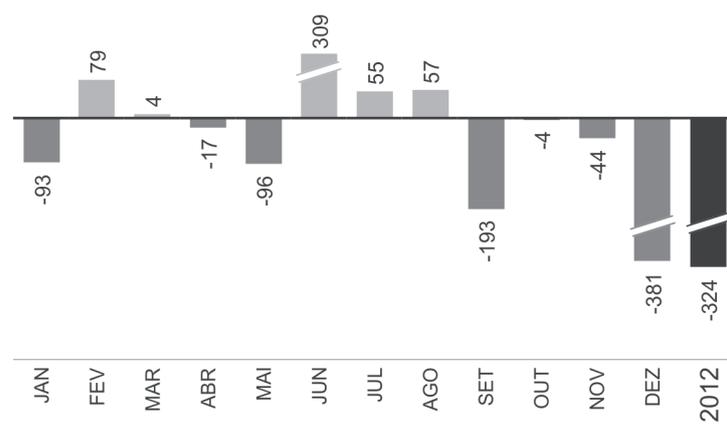


continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07**Resultado Financeiro**

As receitas financeiras resultam basicamente das aplicações financeiras (fundos exclusivos de investimento em renda fixa e títulos emitidos por instituição financeira de primeira linha). As despesas financeiras compreendem os encargos da dívida provenientes de empréstimo concedido pelo BNDES e de Nota Promissória.

Considerando que os empréstimos e financiamentos junto ao BNDES são integralmente vinculados à construção da unidade geradora de energia elétrica, os encargos incorridos estão sendo contrapostos, mensalmente, com as receitas financeiras (recursos de empréstimos aplicados temporariamente), de forma que as despesas superam as receitas, gerando capitalização, mensalmente, no imobilizado em construção, conforme disciplina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC's 20 e 27.

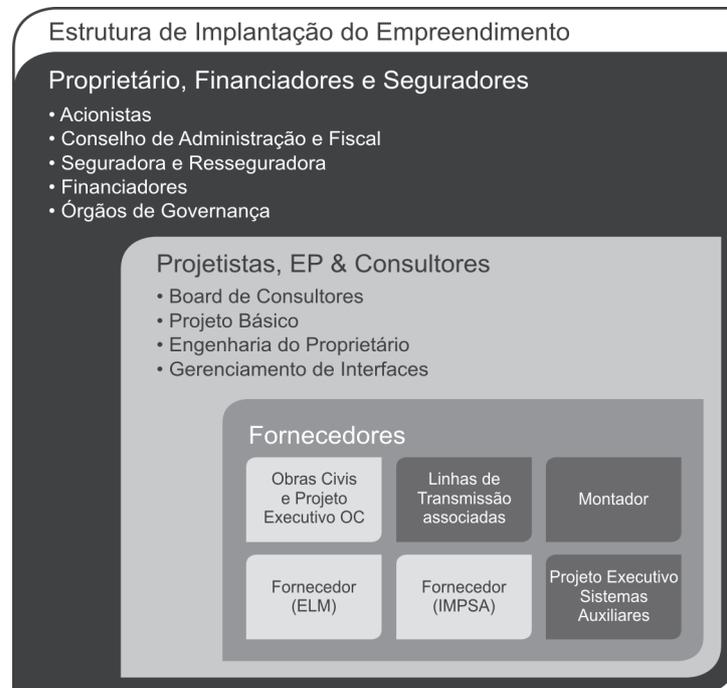
**Resultado Financeiro (Em milhares de R\$)**

Os resultados apresentados acima estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS).

**Gerenciamento de riscos**

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar suas atividades, especialmente os relacionados à fase de construção, na qual se encontra envolvida neste momento, mas não se esquecendo dos riscos que possam afetar também sua situação financeira. Os gestores entendem que o gerenciamento de riscos é fundamental para a fase atual da Companhia, bem como para apoiar a sua capacidade operacional após a implantação do projeto de construção da UHE Belo Monte.

O organograma a seguir mostra a estrutura macro de implantação do Empreendimento, como também a cadeia de subordinação das partes envolvidas. Essa estrutura visa distribuir as responsabilidades de cada uma das partes, buscando otimizar o processo de gerenciamento de riscos.



Toda essa equipe de partes envolvidas está empenhada, cada um na sua esfera de atuação, no trabalho de identificação de eventos de riscos de toda natureza, assim como no estudo de alternativas de prevenção e mitigação de tais riscos.

Atualmente, a equipe de planejamento e execução da obra está elaborando planos de execução de ações corretivas (planos de contingência de toda ordem, planos de continuidade de operação, gestão de crises e tumultos).

Adicionalmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva têm a preocupação em buscar parceiros de alto nível para a manutenção de um relacionamento justo e de longo prazo. Sendo assim, buscaram-se no mercado os maiores prestadores de serviço dentro de sua área de atuação para a contratação dos fornecedores de máquinas e para construção da obra civil.

Quanto à questão dos seguros do empreendimento, vale citar que a Companhia é contratante de um programa de seguros composto por um painel de seguradoras e resseguradoras, sendo a líder do painel do Resseguro a Munich Re (líder mundial e no Brasil de Riscos de Engenharia) e do painel do Seguro a Mapfre Vera Cruz Seguradora.

A Mapfre Vera Cruz Seguradora emitiu apólice com vigência de 31/08/2011 a 31/01/2021. O valor em risco é de R\$ 19.967 milhões, com limite máximo de indenização, por evento, de R\$ 2 bilhões. A cobertura do seguro de engenharia engloba: erro de projeto, manutenção ampla (24 meses), afretamento de aeronaves, desentulho, tumulto, greves, honorários de peritos e despesas de salvamento e contenção. Os segurados são a Norte Energia e respectivos subcontratados que operem no sítio da obra.

**Mercado de Capitais**

A Companhia realizou a emissão da 2ª Nota Promissória Comercial, distribuída publicamente sob o regime de esforços restritos, com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (ICVM) nº 476/09, no valor de R\$ 1 bilhão, tendo garantia firme de instituição financeira privada.

O projeto Belo Monte também recebeu a autorização necessária do Ministério de Minas e Energia para a emissão das debêntures de infraestrutura, conforme previsão da legislação em vigor.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL****Compromisso ambiental**

Em 2012, a Norte Energia atendeu aos compromissos socioambientais assumidos com a concessão da Licença de Instalação da UHE Belo Monte, no desenvolvimento de ações dos 117 projetos que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA) e atuou para o cumprimento de 23 condicionantes ambientais constantes na Licença de Instalação 795/2011 do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Uma extensa agenda de interlocuções com o IBAMA e outros órgãos e partes interessadas nas esferas estadual e municipal, necessária à viabilização dos compromissos do PBA, se materializou no licenciamento de obras de entorno, com destaque para as obras do porto da UHE Belo Monte, remediação do lixo e aterro sanitário, sistema de água e esgotamento sanitário de Altamira; na ampliação de obras de infraestrutura local e regional nas áreas de educação e saúde, com a construção, a reforma e o aparelhamento de escolas municipais, unidades básicas e postos de saúde; em convênios de apoio à rede de assistência social, educação e saúde; e no vasto conhecimento construído mediante estudos dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural em toda a área influenciada pelo empreendimento.

O conjunto destas ações traduz-se na manutenção do diálogo e interação com as comunidades, conservação do meio ambiente e crescimento sustentável da região.

**Respeito às Áreas Indígenas**

No âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, a FUNAI definiu 12 Terras Indígenas como aquelas que serão, de alguma maneira, impactadas pelo empreendimento, além dos índios moradores da cidade de Altamira, denominados Citadinos, e os índios ribeirinhos, ou seja, desaldeados.

Neste universo, que abarca uma população de aproximadamente 5.000 indígenas (entre os Citadinos, índios ribeirinhos e os das terras indígenas), a Norte Energia vem atendendo às condicionantes estabelecidas no Ofício nº 126/PRES – FUNAI, em conformidade com a Licença de Instalação concedida pelo IBAMA.

No ano de 2012, a Norte Energia deu continuidade às seguintes metas:

1. Desenvolvimento do Plano Emergencial acordado com a FUNAI, desde 2010 e vigente até 15/09/2012, que estabelecia a aplicação de recursos nas Terras Indígenas, por aldeia, até a contratação do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena PBA-CI.
2. Atendimento às Condicionantes; e
3. Contratação do PBA-CI.

O PBA-CI abarca 09 Programas sendo estes: Programa de Educação; Programa de Saúde, Programa de Atividades Produtivas; Programa de Fortalecimento Institucional; Programa de Patrimônio Cultural; Programa de Supervisão Ambiental; Programa de Gestão Territorial; Programa de Realocação e Programa de Infraestrutura.

Entre esses, os Programas de Saúde e Educação serão implementados em parceria com os entes federados responsáveis pelas respectivas áreas e sob sua orientação. Quanto aos Programas de Realocação e de Infraestrutura, estes estão em execução. O Programa de Atividades Produtivas foi contratado e a equipe aguarda autorização da FUNAI para o acesso às Terras Indígenas. Os demais programas estão em fase de contratação prevista para o 1º trimestre de 2013.

**Proteção da Fauna e Flora Nativas**

Em atendimento às condicionantes do licenciamento, em 2012, foram realizadas ações para a elaboração de dois Planos Nacionais para a Conservação da Fauna e da Flora Regional.

Foram finalizados os sumários executivos (versões em inglês) do Plano de Ação Nacional para as Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção da região do Baixo e Médio Xingu. Estes documentos trazem informações táticas para a realização de ações de conservação de 21 espécies (aves, mamíferos, peixes e moluscos), que ocorrem na região de influência do empreendimento.

Quanto à conservação da flora, em outubro de 2012, ocorreu uma oficina de planejamento para, em conjunto com outras 10 instituições nacionais e internacionais, governamentais, e não governamentais, apontar objetivos específicos e ações de manejo e conservação da flora. Como resultado, obteve-se uma versão preliminar do Sumário Executivo específico do Plano de Ação para as Espécies da Flora Ameaçada de Extinção da Região do Médio e Baixo Xingu - PAN Xingu Flora.

**Atividades relacionadas aos Programas e Projetos dos Meios Físico e Biótico**

Em 2012, todos os 55 projetos que tratam dos temas relacionados aos meios físico e biótico foram implantados e estão em desenvolvimento, atendendo ao escopo e ao cronograma do PBA. Neste conjunto de projetos, destacam-se os resultados do monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, que trazem informações importantes para controlar, mitigar e compensar os impactos das intervenções das obras. Os dados do desembarque pesqueiro, tanto de peixes ornamentais, quanto de peixes para consumo, auxiliarão na proposição de ações de fortalecimento da cadeia produtiva nas comunidades ribeirinhas.

Por outro lado, as ações de resgate de fauna e flora e a implantação do banco de germoplasma estão auxiliando no conhecimento da biodiversidade regional, convergindo para os objetivos de conservação de ambos os Planos Nacionais recentemente elaborados.

Também as ações de monitoramento de flora e fauna estão sendo conduzidas em áreas próximas aos futuros reservatórios, auxiliando no entendimento das alterações ambientais que ocorrerão sobre os ecossistemas aquáticos e terrestres.

A coleta e análise dos dados de parâmetros do meio físico, notadamente dos recursos hídricos e geotécnicos, fornecerão insumos robustos para o gerenciamento integrado da Volta Grande e a definição do PACUERA - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificial.

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

## Ações do Meio Socioeconômico

Os programas do meio socioeconômico estão organizados em 48 Projetos e abrangem os seguintes aspectos:

- Sociais;
- Econômicos;
- Infraestrutura;
- Apoio Institucional; e
- Valorização Cultural.

Os Programas voltados à área social desenvolvem um sistema de acompanhamento e monitoramento, por meio de visitas diretas às famílias na área do entorno das obras, verificando suas características sociais e econômicas e suas possíveis vulnerabilidades em relação ao empreendimento. Este acompanhamento é direcionado para o atendimento social direto. Serão acompanhadas mais de 6.000 famílias e foram firmados convênios com a Prefeitura Municipal de Altamira para apoio à rede de assistência social.

Aspectos de comunicação e mobilização social são intensos desde a época dos estudos ambientais. A partir da obtenção da LI, em junho de 2011, já foram realizadas mais de 15.844 visitas às famílias diretamente afetadas e realizadas 131 reuniões com a participação de 9.183 pessoas.

Destaca-se a criação, em julho de 2011, do Fórum de Acompanhamento Social (FASBM), composto por membros dos poderes Executivo e Legislativo dos 5 municípios da AID – Área de Influência Direta (Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapú e Senador José Porfírio), representantes dos setores de agropecuária, indústria e comércio, pescadores, atividades extrativistas, trabalhadores, IBAMA, FUNAI e universidades. O Fórum possui regimento próprio, aprovado em reunião. Já foram realizadas 8 reuniões, com cerca de 322 participantes.

Os programas voltados para os aspectos econômicos desenvolvem atividades ligadas à capacitação e assistência técnica, nas áreas ligadas à produção agropecuária, extrativista e, também, a atividades tipicamente urbanas, como comércio e serviços. Estão direcionados às comunidades mais diretamente atingidas, mas também envolvem o desenvolvimento de oportunidades ligadas ao empreendimento, como a criação dos balcões de oportunidades, cuja implantação foi iniciada em dezembro de 2011. Os levantamentos atualizados do cadastro socioeconômico indicaram a existência de 533 estabelecimentos interferidos na cidade de Altamira, com atividades econômicas, sendo 238 comerciais, 265 de serviços e 30 industriais.

Em relação à infraestrutura, estão em pleno desenvolvimento diversas obras, como construção e reforma de escolas, de unidades básicas de saúde e hospitais. Já foram concluídas 37 obras de educação, o que permitiu a ampliação de mais de 8.000 vagas escolares. Está em curso a execução e/ou a contratação de outras 29 obras, que deverão garantir a plena suficiência dos equipamentos de educação, com a melhoria das estruturas já existentes. Foram concluídas 21 obras de saúde, que estão situadas em locais estratégicos, garantido a suficiência no atendimento à população. Outras 15 obras de saúde estão em execução ou em processo de contratação.

No âmbito dos projetos de saneamento do Plano de Requalificação Urbana, está sendo realizada a execução de obras nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal.

Em relação ao abastecimento de água de Altamira, foi assinado o Termo de Convênio com a Cosanpa para operação do Sistema e foram contratadas empresas para elaboração de projeto executivo e realização da obra. Na sede do município de Vitória do Xingu, as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário estão em andamento. Nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, a implantação das obras encontra-se em fase de conclusão.

As obras de remediação do lixo de Altamira estão em andamento, permitindo a disposição adequada dos resíduos na sede municipal. Em paralelo, está em processo de contratação a empresa para implantação das obras do aterro sanitário, o qual já possui projeto concluído e aprovado pela municipalidade. Em Vitória do Xingu, a área para construção do aterro foi disponibilizada pela municipalidade e a elaboração do projeto encontra-se em andamento. Os aterros sanitários para as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal estão em processo de análise, considerando a viabilidade de continuidade da disposição dos resíduos conjuntamente no aterro existente no canteiro de obras do sítio Belo Monte.

Quanto à drenagem urbana de Altamira, está em andamento a elaboração do projeto. Em Vitória do Xingu, as obras de drenagem na sede municipal e na localidade Belo Monte estão em andamento. Em Belo Monte do Pontal, o projeto foi concluído e está em andamento a contratação de execução da obra.

O fortalecimento das administrações públicas dos municípios de Altamira teve continuidade por meio de atividades de capacitação e apoio técnico às atividades planejamento e gestão municipais, elaboração de legislação urbana e edilícia e implantação de rotinas administrativas necessárias à preparação das municipalidades para atendimento às demandas de acompanhamento social, licenciamento e fiscalização de obras e operação de novas infraestruturas advindas da implantação dos programas ambientais do PBA do empreendimento.

Foram realizadas 22 oficinas de planejamento e gestão, com a participação de 469 gestores e técnicos municipais. Adicionalmente, foram realizadas 13 capacitações para 380 técnicos municipais nas áreas de Administração Pública, Assistência Social e Meio Ambiente.

Destaca-se, ainda, a parceria com a Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará da FIEPA, que viabilizou a realização de ações de desenvolvimento de fornecedores locais para atendimento às demandas do empreendimento e consequente estímulo à economia local.

Estão em curso os projetos de valorização cultural e resgate do patrimônio arqueológico. Já foram prospectados mais de 17 mil hectares e identificados 100 sítios arqueológicos, com a necessidade de resgate de 51 sítios.

Foram capacitados mais de 11 mil trabalhadores nas obras em temas relacionados à educação patrimonial, conforme recomendado pelo IPHAN.

## Oportunidade para Desenvolvimento Regional

A construção do empreendimento vai gerar em torno de 28 mil empregos diretos e inúmeros empregos indiretos na região. O efeito indireto sobre a economia também será significativo, com o aumento na demanda por trabalho, serviços e insumos, dinamizando a estrutura produtiva das comunidades próximas à hidrelétrica, melhorando, assim, a qualidade de vida de todos os envolvidos.

## BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.892	250.621	Fornecedores	9	388.887	188.820
Aplicações financeiras	5	147.730	646.034	Partes relacionadas	12	763	417
Tributos a recuperar		8.486	9.962	Empréstimos e Financiamentos	11	1.028.475	1.879.752
Despesas antecipadas	6	28.222	28.226	Outras contas a Pagar	10	21.396	16.298
Outros créditos		283	62			1.439.521	2.085.287
		<u>247.613</u>	<u>934.905</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	11	3.139.774	–
Despesas antecipadas	6	51.246	43.501	Utilização do Bem Público – UBP	8	154.761	145.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	28.100	7.896			<u>3.294.535</u>	<u>145.771</u>
Depósitos judiciais		383	–	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	7	6.969.397	2.542.358	Capital social integralizado	13	2.780.010	1.460.010
Intangível	8	166.554	149.967	Prejuízos Acumulados		(50.773)	(12.441)
		<u>7.215.680</u>	<u>2.743.722</u>			<u>2.729.237</u>	<u>1.447.569</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u>7.463.293</u>	<u>3.678.627</u>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<u>7.463.293</u>	<u>3.678.627</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011	Total			
				Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido	
Despesas Operacionais							
Administrativas	15	(57.116)	(53.566)				
Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro		(57.116)	(53.566)				
<b>Resultado Financeiro</b>							
Receitas Financeiras	16	48.419	62.403				
Despesas Financeiras	16	(48.743)	(23.206)				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(57.440)	(14.369)				
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	–	(3.745)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	19.108	7.896				
Prejuízo do período		(38.332)	(10.218)				
Prejuízo básico e diluído por ação, atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$)		(0,02020)	(0,00973)				
Quantidade média de ações disponíveis no exercício (em lotes de mil)		1.825.843	1.049.810				
				Saldo em 31 de dezembro de 2010	167.410	(2.223)	165.187
				Integralização de capital em janeiro de 2011	387.000	–	387.000
				Integralização de capital em fevereiro de 2011	22.500	–	22.500
				Integralização de capital em março de 2011	475.675	–	475.675
				Integralização de capital em julho de 2011	100.800	–	100.800
				Integralização de capital em novembro de 2011	6.625	–	6.625
				Integralização de capital em dezembro de 2011	300.000	–	300.000
				Prejuízo do exercício	–	(10.218)	(10.218)
				Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.460.010	(12.441)	1.447.569
				Integralização de capital em julho de 2012	300.000	–	300.000
				Integralização de capital em outubro de 2012	550.000	–	550.000
				Integralização de capital em novembro de 2012	470.000	–	470.000
				Prejuízo do exercício	–	(38.332)	(38.332)
				Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>2.780.010</u>	<u>(50.773)</u>	<u>2.729.237</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)			
	Nota	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(57.440)	(14.369)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa			
Depreciação e amortização	7 e 8	1.289	284
Resultado Financeiro		146	(29.561)
Prejuízo ajustado		(56.005)	(43.646)
Variação no ativo			
Tributos a recuperar		380	(11.690)
Despesas antecipadas		(7.741)	(41.335)
Outros créditos		(221)	(42)
Variação no passivo			
Fornecedores - materiais e serviços em geral		6.314	17.021
Outras contas a pagar		5.099	1.229
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		64.802	78.463
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de imobilizado			
(excluindo juros capitalizados não liquidados)	7	(4.209.506)	(2.303.426)
Aumento de ativos intangíveis			
(excluindo bens de utilização pública)	8	(8.120)	(4.242)
Aplicações financeiras		545.815	(596.401)
Depósitos judiciais		(383)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.672.194)	(2.904.069)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fornecedores - construção da Usina		(206.380)	(171.067)
Pagamentos de empréstimos e partes relacionadas	11 e 12	(3.879.374)	(130.859)
Captações de empréstimos e financiamentos	11	5.902.261	1.823.381
Aporte dos acionistas para aumento de capital	13	1.320.000	1.292.601
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.549.267	3.156.190
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(187.729)	173.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		250.621	76.963
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		62.892	250.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Outras receitas – crédito fiscal diferido	19.108	4.151
Insumos adquiridos de terceiros	19.108	4.151
Material	(698)	(1.001)
Serviços de Terceiros	(16.807)	(16.729)
Outros	(6.107)	(6.292)
Depreciação/Amortização	(1.289)	(284)
Valor adicionado recebido em transferência - Receitas Financeiras	48.419	62.403
Valor adicionado a distribuir	42.626	42.248
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos (inclui remuneração dos administradores)	25.836	25.856
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	6.379	3.404
Despesa Financeira	48.743	23.206
Prejuízo do exercício	(38.332)	(10.218)
Valor adicionado distribuído	42.626	42.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Norte Energia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010. A Companhia é controlada por meio de Acordos de Acionista ("ACORDO"), do qual todos os acionistas fazem parte, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, à operação, à manutenção e à exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no Setor Comercial Norte quadra 4 bloco B, salas 904,1001 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasília-DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou Contrato de Concessão 001/2010 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido Contrato. Ainda, de acordo com o referido Contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinado ao mercado livre (ACL).

Considerando o cumprimento integral do cronograma da ANEEL, a data de início do enchimento do reservatório é previsto para 15/12/2014 e as demais de acordo com o cronograma estabelecido no Contrato de Concessão, estando em pleno funcionamento em 2019. Os gastos incorridos na fase pré-operacional são acumulados nas Ordens de Imobilização nas rubricas específicas do Imobilizado em Curso, desde que diretamente vinculados ao empreendimento. Tais gastos contemplam os custos de aquisição e os encargos financeiros dos financiamentos identificados com a aquisição dos ativos, conforme disciplinado pelos CPC's 20 e 27 (Nota 2.5).

Conforme Nota 11, em novembro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) aprovou financiamento de Longo Prazo no valor de R\$ 22.500.000, sendo que no dia 28/12/2012, a Companhia recebeu R\$ 3.137.000 relativos à 1ª parcela deste empréstimo. O recurso proveniente dessa primeira liberação (parcela direta) foi utilizado integralmente para pagamento da comissão de estruturação da dívida (BNDES) como também para quitação do 1º empréstimo-ponte no valor de R\$ 1.215.000 (juros + principal), e do 2º empréstimo-ponte do BNDES, cujos repasses haviam sido feitos pelo Banco ABC Brasil e pela CEF, nos valores de R\$ 319.000 (juros + principal) e R\$ 1.594.000 (juros + principal), respectivamente.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da Usina Hidrelétrica, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 6.000.000 (Nota 13), sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

A garantia física de energia da UHE para o período em que as unidades geradoras forem instaladas é de 4.418,9 MW médios para a casa de força principal e de 152,1 MW médios para a casa de força complementar.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica, no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará, denominado Usina Hidrelétrica Belo Monte, com potência instalada mínima de 11.000 MW na casa de força principal, e 233,1 MW, na casa de força complementar.

Em 1º de setembro de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu Licença de Instalação, contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes. Esta licença compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SEs Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associados à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

Em função de manifestações de representações de comunidades da região da construção do empreendimento, em 2012, ocorreram paralisações nas obras. Estas paralisações não prejudicaram o cronograma final da obra. Estão em fase de discussão, entre a companhia e os fornecedores, eventuais impactos nos custos do empreendimento.

A Medida Provisória 579, publicada em 11 de setembro de 2012, apresenta condições sobre renovação antecipada de certas concessões e critérios de indenização dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição. A administração da Companhia avaliou os termos da Medida Provisória, assim como do projeto de lei de conversão nº 30/2012 e concluiu que os referidos normativos não terão impacto significativo sobre suas operações.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras em 21 de janeiro de 2013.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeiram maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois equivale à demonstração do resultado do exercício.

2.2 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Reclassificação de saldos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras, revisou sua prática contábil para classificação das variações da conta de fornecedores das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Como consequência, foi reclassificado o montante de R\$ 171.067, apresentado originalmente como fluxo de caixa das atividades operacionais, para o grupo das atividades de financiamento.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao Empreendimento, são capitalizados durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplina os CPC's 20 e 27.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto as vidas úteis quanto o eventual valor residual dos ativos relacionados à Usina Hidrelétrica ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens. Os demais bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis mencionadas na Nota 7.

2.6 Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização será iniciada quando da entrada em operação da usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07**2.7 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente quando for o caso.

**2.8 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, capitalizados no custo do investimento específico.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a empresa tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

**2.9 Outras contas a pagar**

Outras contas a pagar são provisões reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado.

Esta rubrica compreende os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

**2.10 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

**2.11 Capital social**

O capital social é todo composto por ações ordinárias não incorrendo custo na emissão.

**2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

Os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgado, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

**2.13 Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

**2.14 Redução do valor recuperável dos ativos – CPC 01**

A administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

**2.15 Resultado por ação**

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

**2.16 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, principalmente:

a) Caixa e equivalentes de caixa: Apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

b) Aplicações financeiras: O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. As aplicações financeiras estão classificadas pelo valor justo por meio de resultado (Nota 5).

c) Fornecedores: Encontram-se reconhecidos pelo seu custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e são classificados como empréstimos e recebíveis.

d) Empréstimos e Financiamentos: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de construção da Companhia e eventualmente suprir as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo (Nota 11). Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas.

e) O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**3.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2012	31/12/2011
Recursos em banco e em caixa	31	12
Depósitos bancários de curto prazo - CDB	62.861	250.609
	<u>62.892</u>	<u>250.621</u>

Compreende os valores de caixa ou equivalentes aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

**5. Aplicações Financeiras**

	31/12/2012	31/12/2011
Fundo de Aplicação - CEF	64.282	247.779
Fundo de Aplicação - BTG Pactual	83.448	398.255
	<u>147.730</u>	<u>646.034</u>

A Companhia faz a maior parte da gestão de seu caixa por meio da aquisição de cotas de Fundos Exclusivos de Renda Fixa de Crédito Privado, cujo regulamento atende a critérios definidos pela gestão da Companhia, em que é permitida unicamente a aquisição de títulos de Renda Fixa (públicos e privados). A aquisição dos títulos privados segue uma rígida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (Rating com Grau de Investimento - Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado por terem carência máxima de 90 dias, mas a liquidez dos títulos emitidos por instituições privadas é elevada, sendo que o alongamento do prazo médio da carteira do Fundo é obtido por meio da aquisição de títulos públicos de longa maturação, que implicam em risco insignificante de alteração de valor, pois são pós-fixados indexados à SELIC.

O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõem a sua carteira, sendo o valor da cota calculada pelo administrador do fundo. O valor de mercado dos títulos públicos na carteira fundo é marcado a mercado, conforme critérios estabelecidos pela ANBIMA. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio de metodologia de precificação, adotada pelo administrador dos fundos. A composição da carteira dos Fundos pode ser observada na tabela abaixo:

	Exposição (%)
Instituições Financeiras Privadas	51,7%
Instituições Financeiras Públicas	46,9%
Títulos Públicos	1,4%

**6. Despesas antecipadas**

	31/12/2012	31/12/2011
Prêmios de Seguros	79.468	71.727
Circulante	28.222	28.226
Não circulante	51.246	43.501

Os prêmios de seguros compreendem: (i) seguro contratado com J. Malucelli Seguradora S.A., para cobertura de risco de R\$ 1.045.996 com prêmio de R\$ 31.867 e vigência de 6 de agosto de 2010 a 30 de abril de 2019, registrado no Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. O encargo de amortização mensal é de R\$ 303, registrado no ativo imobilizado; (ii) seguro de responsabilidade civil para diretores e administradores contratado com Zurich Seguros S.A. com limite máximo de cobertura de R\$ 50.000 e prêmio de R\$ 393 e vigência de 3 de janeiro de 2012 a 03 de janeiro de 2013, registrado no Ativo Circulante. O encargo de amortização mensal é de R\$ 43, registrado como despesas administrativas no resultado do período; (iii) seguro de Risco de Engenharia contratado com a Mapfre Seguradora S/A com limite máximo de cobertura de R\$ 19.967.000, prêmio de R\$ 223.000 e vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021, sendo que, em dezembro de 2011, foi paga primeira parcela do prêmio no valor de R\$ 47.000; (iv) a ACE Seguradora S/A emitiu outro certificado de seguro atestando que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do Segurado com importância segurada de R\$ 90.000 para cada e toda ocorrência em excesso a R\$ 10.000, na apólice do Risco de Engenharia, e prêmio de R\$ 2.800 com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019; e (v) a Mapfre Seguradora S/A emitiu outros 2 seguros de que cobrirão reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do empregador, sendo a primeira apólice com uma importância segurada de R\$ 2.000 e prêmio de R\$ 1.700, e outro seguro de R\$ 8.000 para cada e toda ocorrência em excesso aos R\$ 2.000 da primeira apólice e um prêmio de R\$ 1.800, ambos os seguros com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019.

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

## 7. Imobilizado

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Juros capitalizados	Transferências	Saldos em 31/12/2012
Geração em Serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	280	280
Máquinas e Equipamentos	18	4	-	835	857
Veículos	-	-	-	75	75
Móveis e Utensílios	-	-	-	2	2
	<u>18</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>1.192</u>	<u>1.214</u>
(-) Depreciação Acumulada					
Edificações, obras civis e benfeitorias (e)	-	(4)	-	-	(4)
Máquinas e Equipamentos (e)	(1)	(26)	-	-	(27)
Veículos (e)	-	(3)	-	-	(3)
	<u>(1)</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>
Geração em curso					
Terrenos	54.469	215.555	-	(2.916)	267.108
Reservatório, barragens e adutoras	59.160	1.374.590	-	236.932	1.670.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	501.685	458.448	-	(412.620)	547.513
Máquinas e Equipamentos	27.714	69.984	-	69	97.767
A Ratear (c)	342.605	1.538.316	254.599	186.207	2.321.727
Estudos e projetos (a)	162.971	-	-	(1.581)	161.390
Adiantamento a fornecedores (b)	1.382.581	485.703	-	(4.820)	1.863.464
Depósitos Judiciais (d)	422	28.647	-	(129)	28.940
	<u>2.531.607</u>	<u>4.171.243</u>	<u>254.599</u>	<u>1.142</u>	<u>6.958.591</u>
Administração em Serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.379	-	-	1.623	3.002
Máquinas e Equipamentos	2.090	105	-	3.305	5.500
Móveis e Utensílios	1.717	59	-	322	2.098
	<u>5.186</u>	<u>164</u>	<u>-</u>	<u>5.250</u>	<u>10.600</u>
(-) Depreciação Acumulada					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(32)	(94)	-	-	(126)
Máquinas e Equipamentos	(97)	(554)	-	-	(651)
Móveis e Utensílios	(77)	(120)	-	-	(197)
	<u>(206)</u>	<u>(768)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(974)</u>
Administração em Curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.929	261	-	(3.190)	-
Máquinas e Equipamentos	2.624	1.360	-	(3.984)	-
Móveis e Utensílios	201	209	-	(410)	-
	<u>5.754</u>	<u>1.830</u>	<u>-</u>	<u>(7.584)</u>	<u>-</u>
	<u>2.542.358</u>	<u>4.172.440</u>	<u>254.599</u>	<u>-</u>	<u>6.969.397</u>

a) Estudos e projetos - Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais com estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte.

b) Parte dos valores classificados na rubrica de "geração em curso" se refere a adiantamentos feitos para a Impsa - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM (Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, Andritz Hidro Inepar do Brasil S.A e Voith Hydro Ltda), para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e Consórcio CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte) responsável por toda obra civil da construção da Usina.

c) A rubrica "A Ratear" destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo tipo de bem ou direito pelo sistema de Ordem de Imobilização - ODI. A atual administração entende que a alocação dos custos será realizada na iminência de entrada em operação da usina; os custos serão rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo, salvas as particularidades e naturezas dos custos a ratear. Segue composição da rubrica "A Ratear" em 31 de dezembro de 2012:

Descrição	31/12/2012
Mobilização e Canteiro de Obras	1.634.763
Encargos Financeiros, Comissões e Seguros	341.991
Projetos e Consultorias de Engenharia	265.739
Outros	79.234
Total	<u>2.321.727</u>

d) A rubrica "Depósitos Judiciais" destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas à imobilização em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização - ODI.

e) De acordo com a CPC 27 (Ativo Imobilizado), a depreciação de ativos que geram benefícios econômicos futuros absorvidos para a produção de outros ativos deve ser capitalizada. Desta forma, a depreciação de itens do ativo imobilizado (Geração em Serviço) reconhecida no resultado foi capitalizada para itens do ativo imobilizado (Geração em Curso). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou R\$ 34 de depreciação.

Descrição	Taxa Média	Custo	Depre- ciação	Valor	
				Líquido 31/12/2012	Líquido 31/12/2011
Imobilizado em Serviço	8,3% a.a.	11.814	(1.008)	10.806	4.997
Geração		1.214	(34)	1.180	17
Imobilizado		1.214	(34)	1.180	17
Administração		10.600	(974)	9.626	4.980
Imobilizado		10.600	(974)	9.626	4.980
Imobilizado em Curso		6.958.591	-	6.958.591	2.537.361
Geração		6.958.591	-	6.958.591	2.531.607
Imobilizado		6.958.591	-	6.958.591	2.531.607
Administração		-	-	-	5.754
Imobilizado		-	-	-	5.754
Total dos Imobilizados		<u>6.970.405</u>	<u>(1.008)</u>	<u>6.969.397</u>	<u>2.542.358</u>

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tem bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

Como a Companhia tomou emprestado recurso especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável particular, os custos do empréstimo que são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável podem ser identificados prontamente. Desta forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011. Durante o exercício de 2012, foram capitalizados R\$ 218.299.

Considerando que os empréstimos e financiamentos pelo BNDES são integralmente vinculados à construção da unidade geradora de energia elétrica, os encargos incorridos estão sendo contrapostos, mensalmente, com as receitas financeiras (recursos de empréstimos aplicados temporariamente), de forma que as despesas superam as receitas, gerando capitalização, mensalmente, no imobilizado em construção.

## 8. Intangível

Uso do Bem Público.

A movimentação dos itens componentes da rubrica pode ser resumida como segue:

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2012
Utilização do Bem Público - UBP	145.771	8.990	-	154.761
Intangível em Serviço	822	-	11.493	12.315
Marcas e patentes	31	-	-	31
Licença de uso de software	791	-	11.493	12.284
(-) Amortização Acumulada	(77)	(521)	-	(598)
Intangível em Curso	3.451	8.118	(11.493)	76
Licença de uso de software	3.451	8.118	(11.493)	76
	<u>149.967</u>	<u>16.587</u>	<u>-</u>	<u>166.554</u>

A Norte Energia S.A. pagará à UNIÃO o valor anual de R\$ 16.617 em parcelas mensais equivalentes a 1/12 a partir da operação comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula sexta do contrato de Concessão. O valor da obrigação até o final da Concessão é de R\$ 593.330. Esta obrigação está reconhecida a valor presente (AVP) no passivo não circulante em contrapartida do ativo intangível no valor de R\$ 154.761 em 31 de dezembro de 2012, atualizada pelo IPCA mensal e descontada a valor presente pela taxa interna de retorno do projeto.

Descrição	Taxas Anuais de Amor-tização	Custo	Amor-tização Acumulada	Valor	Valor
				Líquido 31/12/2012	Líquido 31/12/2011
Intangíveis em Serviço	20% a.a.	12.315	(598)	11.717	745
Administração		12.315	(598)	11.717	745
Licença de uso de software		12.284	(598)	11.686	714
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em Curso		154.837	-	154.837	149.222
Geração		154.761	-	154.761	145.771
Utilização do Bem Público-UBP		154.761	-	154.761	145.771
Administração		76	-	76	3.451
Licença de uso de software		76	-	76	3.451
Total do Intangível		<u>167.152</u>	<u>(598)</u>	<u>166.554</u>	<u>149.967</u>

## 9. Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Materiais e serviços	<u>388.887</u>	<u>188.820</u>
	<u>388.887</u>	<u>188.820</u>

O grupo materiais e serviços é composto por 96% de fornecedores de itens relacionados a investimentos e 4% de itens relacionados à conta de resultado.

## 10. Outras contas a pagar

	31/12/2012	31/12/2011
Tributos retidos na fonte	1.315	965
Tributos a recolher	14.555	12.141
ISS	10.888	9.250
INSS	1.632	1.250
PIS/COFINS/CSLL	637	657
Outros	1.398	984
Obrigações estimadas (Férias)	5.526	3.177
Outros	-	15
	<u>21.396</u>	<u>16.298</u>

## 11. Empréstimos e Financiamentos

O saldo dos empréstimos e partes relacionadas é composto:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimo - BNDES	3.139.774	1.127.742
Nota Promissória	1.028.475	752.010
	<u>4.168.249</u>	<u>1.879.752</u>
Circulante	1.028.475	1.879.752
Não Circulante	<u>3.139.774</u>	<u>-</u>

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação. Em 16 de setembro de 2011, foi assinado contrato com o BNDES de empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 1.087.000. O empréstimo tinha vencimento de juros e principal em dezembro de 2011. Em dezembro de 2011 foi aprovada pelo BNDES a postergação do vencimento para maio de 2012 e, em fevereiro de 2012, foi aprovada pelo BNDES a postergação do vencimento para 15 de julho de 2012. Em julho de 2012, foi assinado com o BNDES a postergação do vencimento do empréstimo para novembro de 2012. Em novembro de 2012, o vencimento foi novamente renegociado e postergado para março de 2013. O custo contratado do empréstimo é o da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 2,0%. Os recursos foram destinados ao pagamento de fornecedores e prestadores de serviços. Em 28 de dezembro de 2012, o empréstimo foi liquidado.

Em 11 de junho de 2012, foram amortizadas integralmente as Notas Promissórias da 1ª emissão pública da Norte Energia S.A. As Notas Promissórias foram subscritas e integralizadas no dia 23 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 750 milhões ao custo de 109% do CDI.

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

Para a fiança bancária do empréstimo-ponte do BNDES, os acionistas da Companhia apresentaram contra-garantia corporativa proporcional não solidária. O atual custo da fiança contratada com a instituição financeira privada para garantir o empréstimo-ponte do BNDES é de 0,99% a.a. Os atuais contratos de financiamento não imputam nenhum covenant que nos obriga a manter certo índice de alavancagem ou de capacidade de pagamento.

Em 07 de fevereiro de 2012, o BNDES aprovou nova operação de empréstimo-ponte no valor de R\$ 1.800.000. Os repasses foram realizados em abril e maio por duas instituições financeiras, sendo R\$ 1.500.000 por meio da Caixa Econômica Federal e R\$ 300.000 pelo Banco ABC Brasil S.A. O vencimento da operação do segundo empréstimo-ponte era julho de 2012; contudo, foi negociada a postergação do vencimento dos empréstimos, definindo a nova data para novembro de 2012. Em novembro de 2012, o vencimento foi novamente renegociado e postergado para março de 2013. Em 28 de dezembro de 2012, o empréstimo foi liquidado.

Em 15 de agosto de 2012, foi realizada a 2ª emissão das Notas Promissórias da Norte Energia S.A. no valor de R\$ 1.000.000, com vencimento em 172 dias, ao custo de 109% CDI. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.028.475.

No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou financiamento de R\$ 22.500.000, sendo R\$ 3.700.000 relativos à linha de crédito FINAME – PSI e o restante à linha de crédito do FINEM. Os recursos deverão ser utilizados para a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA). Parte do crédito (FINEM) será repassada pela Caixa Econômica Federal (R\$ 7.000.000) e pelo banco de investimentos BTG Pactual (R\$ 2.000.000). O restante será exclusivamente do BNDES.

O quadro abaixo demonstra os valores aprovados, os encargos e as garantias:

Financiamento	Empréstimo Aprovado (milhões – R\$)	Encargos (a.a)	Garantia
<b>Longo Prazo</b>			
BNDES – FINEM			Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
Parcela Direta	9.814,7	TJLP + 2,25%	
BNDES – FINEM (BTG + CEF)			Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
Parcela Indireta	9.000,0	TJLP + 2,65%	
Banco BTG – FINEM	2.000,0	TJLP + 2,65%	
Banco CEF – FINEM	7.000,0	TJLP + 2,65%	
BNDES – PSI			Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis
Parcela Direta	3.685,3	5,5%	
<b>Total</b>	<b>22.500</b>		

O crédito será destinado para implantação: (a) UHE Belo Monte; (b) Sistema de Transmissão Associado; (c) Investimentos do PDRS Xingu divididos nos seguintes subcréditos e prazos de amortização:

Descrição	Encargos (a.a)	Início da Liberação	Início de Pagamento	Término do Pagamento
Parcela Direta - FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,25 %	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,25 %	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,25 %	jun/13	nov/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,25 %	dez/14	out/19	jan/42
Parcela Direta - PSI				
Subcrédito A	5,50%	jan/13	mai/17	mar/41
Subcrédito B	5,50%	set/15	out/19	mar/41
Parcela Indireta - FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,65 %	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,65 %	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,65 %	jun/13	nov/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65 %	dez/14	out/19	jan/42

O crédito será posto à disposição, parceladamente, em função das necessidades para a realização do projeto.

No dia 28 de dezembro 2012, o BNDES disponibilizou R\$ 3.137.000 (parcela direta) do empréstimo de Longo Prazo do BNDES, configurando-se a primeira liberação. Esse montante foi integralmente utilizado para a quitação de juros e principal dos empréstimos-pontes (direto e indireto) que a Companhia tinha com o BNDES e para o pagamento da comissão de estruturação da dívida (BNDES), relativo ao subcrédito A e subcrédito B. O saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 3.139.774.

#### 12. Partes Relacionadas

Partes Relacionadas	31/12/2012	31/12/2011
Partes Relacionadas	763	417
<b>Total das Partes Relacionadas</b>	<b>763</b>	<b>417</b>

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. O valor de R\$ 763 em 2012 refere-se ao transporte e fornecimento de aço com a SINOBRAS. A SINOBRAS participa do quadro acionário da Companhia, como autoproductora, com 1% (um por cento).

A remuneração do pessoal-chave da administração da companhia em 2012 era de R\$ 7.288.

#### 13. Capital social

O valor subscrito do capital é de R\$ 6.000.000. O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 2.780.010, compreendendo 2.780.010 ações ordinárias, subscritas como segue:

Ata	Data	Quantidade de ações (em lotes de mil)
Constituição	21.07.2010	10
1ª Reunião	28.07.2010	80.000
4ª Reunião	25.08.2010	100.000
5ª Reunião	09.12.2010	980.000
14ª Reunião	18.10.2011	300.000
21ª Reunião	22.05.2012	300.000
25ª Reunião	18.09.2012	550.000
25ª Reunião	18.09.2012	470.000
<b>Total</b>		<b>2.780.010</b>

As integralizações de capital foram realizadas da seguinte forma:

Data do Aporte	Valor
Julho de 2010	10
Agosto de 2010	74.400
Setembro de 2010	93.000
<b>Total integralizado em 2010</b>	<b>167.410</b>
Janeiro de 2011	387.000
Fevereiro de 2011	22.500
Março de 2011	475.675
Setembro de 2011	100.800
Novembro de 2011	6.625
Dezembro de 2011	300.000
<b>Total integralizado em 2011</b>	<b>1.292.600</b>
Julho de 2012	300.000
Outubro de 2012	550.000
Novembro de 2012	470.000
<b>Total integralizado em 2012</b>	<b>1.320.000</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.780.010</b>

A estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	Subscrito e Integralizado	Participação
Eletronorte	1.198.800	555.446	19,98%
Eletrobrás	900.000	417.002	15,00%
CHESF	900.000	417.002	15,00%
Belo Monte Participações	600.000	278.001	10,00%
Petros	600.000	278.001	10,00%
Amazônia Energia	586.200	271.606	9,77%
Vale	540.000	250.201	9,00%
Funcef	600.000	278.001	10,00%
Sinobrás	60.000	27.800	1,00%
J. Malucelli Energia	15.000	6.950	0,25%
<b>Total</b>	<b>6.000.000</b>	<b>2.780.010</b>	<b>100,0%</b>

#### 14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período são calculados sob o regime de lucro real trimestral respectivamente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

a) Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(57.440)	(14.369)
Alíquota do IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas pela legislação (34%)	(19.530)	(4.885)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:		
(+) Adições	422	760
(-) Exclusões	-	(26)
IRPJ e CSLL corrente à alíquota fiscal efetiva	-	(3.745)
IRPJ e CSLL diferido à alíquota fiscal efetiva	19.108	7.896
	<u>19.108</u>	<u>4.151</u>

#### Alíquota Fiscal Efetiva

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo fiscal e base negativa	82.646	82.646
Alíquota	25%	9%
Imposto de renda diferido	20.662	7.438
	<u>28.100</u>	<u>7.896</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos resultantes dos prejuízos fiscais e base negativa foram registrados com base na probabilidade de realização, por meio de lucros tributáveis futuros, que deverão ser gerados a partir de 2015, oriundos das operações de venda de energia. Tal probabilidade baseou-se em plano de negócios elaborado pela Administração da Companhia e aprovado por seus órgãos de administração, de forma que o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados no modelo se inicia em julho de 2016 e se encerra em 2028.

#### 15. Despesas administrativas por natureza

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	(21.327)	(19.083)
Administradores	(4.509)	(6.773)
Material	(698)	(1.001)
Serviços de terceiros	(16.807)	(16.729)
Depreciação e amortização	(1.289)	(284)
Arrendamentos e aluguéis	(6.379)	(3.404)
Seguro	(415)	(493)
Outros	(5.692)	(5.799)
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>(57.116)</b>	<b>(53.566)</b>

#### 16. Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Juros sobre aplicações financeiras	47.511	55.595
Outras receitas financeiras	908	6.808
Receitas financeiras	48.419	62.403
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(47.657)	(22.747)
Outras despesas financeiras	(1.086)	(459)
Despesas financeiras	(48.743)	(23.206)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(324)</b>	<b>39.197</b>

#### 17. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos, em 31 de dezembro de 2012, não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantém qualquer contrato, em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

• Risco de crédito - Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. Os limites de crédito são determinados com base no rating de crédito emitido por agências de rating internacionais. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

• Risco de Preço - As receitas da Companhia serão, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

• Risco de Taxas de Juros - A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que aproximadamente 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como 100% de seus contratos de venda de energia futura comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas. No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a (linha - PSI) e parcela PSI e TJLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJLP + 2,65% (FINEM - Indireto). A primeira liberação desses recursos ocorreu em dezembro de 2012. As condições desses empréstimos são majoritariamente atrelados a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da empresa pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

• Risco de liquidez - Uma das principais fontes de caixa da Companhia é proveniente de integralizações de capital de acionistas. Os atuais acionistas da Companhia são os maiores de cada um de seus ramos no Brasil. O quadro de acionistas é formado por empresas líderes no setor elétrico, siderurgia, mineração e fundos de pensão. O prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo emitido por instituição privada investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias. Os títulos públicos adquiridos pela Companhia com vencimento superior a 90 dias são de elevada liquidez e negociados diariamente a mercado.

#### 18. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora dos seguintes seguros:

- Risco de Engenharia;
- Atraso de Partida - DSU;
- Riscos Operacionais;
- Lucros Cessantes - BI; e
- Responsabilidade Civil.

continua

continuação

NORTE ENERGIA S.A.  
CNPJ: 12.300.288/0001-07

Em setembro de 2011, a Mapfre Vera Cruz Seguradora, líder do Painele de Seguro, emitiu um Certificado de Seguro de Risco de Engenharia informando que se encontra coberto o risco e que foi emitida a apólice de risco de engenharia, com vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021. Da mesma forma e no mesmo mês, a ACE Seguradora S/A emitiu outro Certificado de Seguro atestando a aceitação do seguro que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do Segurado com importância segurada de R\$ 90.000 em excesso a R\$ 10.000 para cada e toda ocorrência, com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019.

Quanto a resseguro, vale destacar que todas as resseguradoras são as líderes de cada um de seus mercados e todas possuem rating mínimo de A, tendo como líder do Painele de Resseguro Munich Re, líder mundial e no Brasil no ramo de Riscos de Engenharia.

O valor total em risco para fins da Cobertura de Seguros é de aproximadamente R\$ 20.000.000 com Limite Máximo de Indenização por evento de R\$ 2.000.000. A cobertura do Seguro de Risco de Engenharia contratada engloba: Erro de Projeto, Manutenção Ampla (24 meses), Afretamento de Aeronaves, Desentulho, Tumulto, Greves, Honorários de Peritos e Despesas de Salvamento e Contenção. Os segurados desse seguro são Norte Energia S.A. e respectivos subcontratados operando no sítio da obra.

19. Compromissos

	Valor do Contrato	Valor Pago	Saldo dos Contratos
Construção (CCBM e outros)	16.647.478	3.832.973	12.814.505
Fornecimento e Montagem	4.548.834	1.158.416	3.390.418
Relações Institucionais	346.899	12.711	334.188
Socioambiental	357.530	135.458	222.072
Seguros Mapfre e J. Malucelli	265.759	118.643	147.116
	<u>22.166.500</u>	<u>5.258.201</u>	<u>16.908.299</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha contratos de construção no valor de R\$ 16.647.478, sendo R\$ 13.852.963 com o consórcio CCBM (responsável pela construção da usina).

Conforme previsto em contrato, a Companhia encontra-se negociando com o CCBM os resultados do Projeto Básico Consolidado (PBC), dentre outros aspectos. Havendo quaisquer variações no preço do contrato, tanto para mais quanto para menos e após conclusão do processo de discussão e concordância entre as partes, elas serão refletidas em um aditivo contratual e serão apresentadas nas Notas Explicativas das Informações Trimestrais seguintes ao referido fato.

Os valores acima se referem a contratos celebrados acima de R\$ 10.000. 20. Demandas judiciais e administrativas

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em relação a possíveis descumprimentos de condições da Licença Ambiental de Instalação (LI) da Usina de Belo Monte, sendo adotados todos os procedimentos administrativos cabíveis, inclusive interposição de recurso administrativo. De acordo com a autuação, o processo está avaliado em R\$ 7.000.

O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, ressaltou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.

Diante dos robustos argumentos suscitados pela Companhia com base e análise de seus assessores jurídicos, em sua defesa administrativa, a Administração considera a probabilidade de perda como remota.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$ 100.000 e o risco de perda avaliado como possível, considerando a análise do mérito do pedido, o estágio do processo e o valor, que é referencial. Após tratativas com a Defensoria Pública, foi protocolizada petição na ação com proposta de acordo a ser celebrado. O valor do acordo será infinitamente menor ao proposto na ação.

Com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos, os processos mencionados têm prognóstico de perda possível e, portanto, como determina o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foi reconhecida qualquer provisão sobre as demandas.

21. Eventos subsequentes

Foi postergada a integralização de capital no valor de R\$ 600.000 prevista para janeiro de 2013, em função da liberação no dia 28 de dezembro 2012 do montante de R\$ 3.137.000 (parcela direta) do empréstimo de Longo Prazo do BNDES. Esse montante foi integralmente utilizado para a quitação de juros e principal dos empréstimos-pontes (direto e indireto) que a Companhia detinha com o BNDES e para pagamento da comissão de estruturação da dívida (BNDES).

Dia 2 de janeiro de 2013, foi transferido o valor de R\$ 2.092.000 relativo à 1ª liberação do empréstimo de Longo Prazo (parcela indireta), sendo R\$ 1.627.000 da CEF e R\$ 465.000 do Banco BTG Pactual.

Foi contratado o seguro de responsabilidade civil para diretores e administradores com Mapfre Seguros S.A., com limite máximo de cobertura de R\$ 50.000 e prêmio de R\$ 366 e vigência de 3 de janeiro de 2013 a 3 de janeiro de 2014.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza - Presidente

José Ailton de Lima	Membro
Adhemar Palocci	Membro
Maurício Muniz Barreto de Carvalho	Membro
Jorge José Nahas Neto	Membro
Moacir Carlos Bertol	Membro

Ricardo Batista Mendes	Membro
Solange Maria Pinto Ribeiro	Membro
Fernando Henrique Schüffner	Membro
Renata Marotta	Membro

## CONSELHO FISCAL

Jésus Alves dos Santos - Presidente

Hailton Madureira de Almeida	Membro
Dioni Barboza Brasil	Membro
Henrique Jager	Membro

## DIRETORIA

Duilio Diniz de Figueiredo - Diretor Presidente

Marcelo Andretto Perillo	Diretor Financeiro
João dos Reis Pimentel	Diretor de Relações Institucionais
Marcelo Barros de Andrade	Diretor de Gestão

Wellington Lopes Ferreira	Diretor de Fornecimento e Montagem
Antônio Elias Filho	Diretor de Construção
Roberto Camilo da Cruz Oliveira	Diretor Socioambiental

Flazico Pereira de Castro - Contador - CRC/DF 012057/O

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas e o relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório dos Auditores Independentes – Ernst & Young Terco - emitido sem ressalvas em 21 de janeiro de 2013, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira, patrimonial e de gestão da Companhia, recomendando que estes sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Brasília-DF, 19 de março de 2013

Henrique Jager Conselheiro	Hailton Madureira Conselheiro	Vânia Albuquerque Conselheiro
-------------------------------	----------------------------------	----------------------------------

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Norte Energia S.A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais

de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase – Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Também, conforme descrito na referida Nota Explicativa, a Companhia necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica.

Brasília (DF), 21 de janeiro de 2013.

ERNST &amp; YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2 SP 015199/O-6-F-DF

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC-1SP132776/O-3-T-SC-S-DF

Aderbal Alfonso Hoppe

Contador CRC-1SC020036/O-8-S-DF

**Rio Verde Energia S.A.**

CNPJ/MF nº 05.252.008/0001-69

**Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$)**

Ativos	Notas	Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$)		Passivo	Notas	Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$)	
		31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.301	248	Fornecedores		2.754	1.129
Contas a receber	5	9.452	9.230	Empréstimos e financiamentos	11	18.211	17.935
Aplicações financeiras	6	12.201	17.625	Salários e encargos sociais		594	148
Impostos a recuperar	7	8.001	8.007	Obrigações fiscais		5.328	3.744
Despesas antecipadas		313	268	Imposto de renda e contribuição social correntes	8	4.795	3.912
Outros créditos		3.195	542	Dividendos a pagar	13	8.388	3.057
		<b>34.463</b>	35.920	Juros sobre capital próprio	13	5.692	–
<b>Ativo não circulante</b>				Outras obrigações	12	8.749	8.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.909	4.015			<b>54.511</b>	38.449
Impostos a recuperar	7	8.001	16.001	<b>Passivo não circulante</b>			
Imobilizado	9	570.892	592.966	Empréstimo e financiamentos	11	281.953	304.259
Intangível	10	68	47	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	44.406	46.209
		<b>582.870</b>	613.029	Outras obrigações	12	28	88
						<b>326.387</b>	350.556
<b>Total do ativo</b>		<b>617.333</b>	648.949	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	13	130.000	130.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital		–	30.428
				Ajuste de avaliação patrimonial		86.201	89.701
				Reserva de lucros		20.234	9.815
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>236.435</b>	259.944
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>617.333</b>	648.949

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras***Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$)**

	Capital		Resultado abrangente		Reserva de lucro		Lucros	
	Nota	Subscrito	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucro	Reserva legal	prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>								
(reapresentado)		130.000	35.426	93.202	–	–	(113)	258.515
Transações de capital com os sócios								
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		–	2	–	–	–	–	2
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		–	(5.000)	–	–	–	–	5.000
Resultado abrangente								
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		–	–	(3.501)	–	–	3.501	–
Dividendos		–	–	–	–	–	(3.057)	(3.057)
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	644	(644)	–
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	9.484	9.484
Mutações internas do patrimônio líquido								
Destinação para reserva de lucros		–	–	–	9.171	–	(9.171)	–
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>		130.000	30.428	89.701	9.171	644	–	259.944
Transações de capital com os sócios								
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		–	1	–	–	–	–	1
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		–	(30.429)	–	–	–	–	(30.429)
Resultado abrangente								
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		–	–	(3.500)	–	–	3.500	–
Dividendos		–	–	–	–	–	(5.332)	(5.332)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	(6.697)	(6.697)
Constituição de reserva legal		–	–	–	–	1.122	(1.122)	–
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	18.948	18.948
Mutações internas do patrimônio líquido								
Destinação para reserva de lucros		–	–	–	9.297	–	(9.297)	–
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	13	130.000	–	86.201	18.468	1.766	–	236.435

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras***Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$)**

Atividades operacionais	31/12/2012		31/12/2011	
Lucro líquido do exercício	18.948	9.484	JSCP a pagar	5.692
Ajustes por itens que não afetam o caixa			Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	90.098
Depreciação	22.837	22.713	Atividades de investimentos	
Amortização	9	3	Aquisição de bens do imobilizado	(813)
Provisão para devedores duvidosos	–	948	Adições ao ativo intangível	(30)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	23.436	26.207	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.697)	(2.016)	Atividades de financiamento	
Baixa de bens do imobilizado	50	222	Adiantamento para futuro aumento de capital	1
Variação nos ativos e passivos			Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	(30.429)
Contas a receber de clientes	(222)	(588)	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(45.745)
Impostos a recuperar	8.006	8.060	Dividendos propostos	(5.332)
Outras variações no ativo	2.726	(4.581)	JSCP a pagar	(6.697)
Fornecedores	1.625	(696)	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(88.202)
Obrigações sociais	445	(3)	Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.053
Obrigações fiscais	1.584	(2.686)	Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	248
Imposto de renda e contribuição social correntes	883	1.960	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.301
Outras obrigações	444	2.136		
Dividendos a pagar	5.332	3.057		

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

Demonstrações do Resultado – exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$, exceto informação por ação expresso em reais)	31/12/2012		31/12/2011	
	Notas			
<b>Receita operacional líquida</b>	14	103.705		91.365
<b>Custos operacionais</b>				
Salários e encargos sociais		(139)		(206)
Administradores	16	(1.024)		(552)
Operação e manutenção		(9.669)		(9.153)
Compra de energia elétrica		(2.962)		(380)
Depreciação		(22.699)		(22.590)
Encargos do setor elétrico		(12.247)		(12.226)
<b>Total dos custos operacionais</b>		<b>(48.740)</b>		<b>(45.107)</b>
Lucro operacional bruto		54.965		46.258
Despesas operacionais, líquidas				
Administrativas		(3.646)		(1.587)
Salários e encargos sociais		(1.681)		(1.170)
Administradores	16	(132)		(410)
Despesa com provisão para devedores duvidosos	–	(948)		–
Depreciação		(146)		(126)
Despesas com tributos		(118)		(138)
Outras receitas e despesas, líquidas		(594)		(401)
<b>Total das despesas operacionais, líquidas</b>		<b>(6.317)</b>		<b>(4.780)</b>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		48.648		41.478
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		1.576		1.524
Despesas financeiras		(24.462)		(28.408)
<b>Total do resultado financeiro</b>	17	<b>(22.886)</b>		<b>(26.884)</b>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		25.762		14.594
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.511)		(7.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.697		2.016
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>	8	<b>(6.814)</b>		<b>(5.110)</b>
Lucro líquido do exercício		18.948		9.484
Lucro por ação básico e diluído – R\$	15	0,2684		0,1344

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

Demonstração do Valor Adicionado – exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais – R\$)		
Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Receitas	115.065	100.578
Receitas relativas à venda de energia	115.065	101.526
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(948)
Insumos adquiridos de terceiros	(30.026)	(24.555)
Custos aplicados nos ativos próprios	(25.974)	(22.626)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.052)	(1.929)
Valor adicionado bruto	85.038	76.023
Depreciação	(22.837)	(22.713)
Amortização	(9)	(3)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	62.192	53.307
Valor adicionado recebido em transferência	1.576	1.524
Receitas financeiras	1.576	1.524
Valor adicionado total a distribuir	63.768	54.831
Distribuição do valor adicionado	63.768	54.831
Pessoal	2.564	1.938
Remuneração direta	2.171	1.638
Benefícios	314	230
FGTS	79	70
Impostos, taxas e contribuições	24.369	14.889
Federais	24.298	14.850
Estaduais	11	36
Municipais	61	3
Remuneração de capitais de terceiros	24.584	28.520
Juros relativos à capitais de terceiros	24.462	28.408
Aluguéis	122	112
Lucros retidos do exercício	12.251	9.484
Juros sobre capital próprio	6.697	–
Dividendos	5.332	3.057
Lucro do período	222	6.427

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

continua ...

... continuação

## Rio Verde Energia S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações sobre a Companhia** – A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009. Em 19 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que define critérios gerias de garantia de suprimento, o novo montante da garantia física de energia da UHE Salto, alterando a energia assegurada de 558.888 MWh/ano para 593.928 MWh/ano. Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M – FGV”), a partir de junho de 2002. A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados. Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) do total da energia assegurada da UHE Salto, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, no período de 16 anos, contados a partir da operação comercial. Conforme Anexo II do Contrato de Compra e Venda, o preço inicial é R\$126,00 e final de R\$132,00 por MWh, reajustados com base na variação do IGP-M. Em maio de 2011, a Companhia reajustou o preço da energia, sendo o novo preço inicial de R\$166,21 e final de R\$174,14.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras** – A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de fevereiro de 2012. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros não foram auditados.

**3. Políticas contábeis – 3.1. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. **3.2. Impostos:** **Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **Imposto de renda e**

**contribuição social – correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável. **Imposto de renda e contribuição social – diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.3. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** i. **Ativos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir

que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

ii. **Passivos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **3.5. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável. A Administração da Companhia com base na interpretação da Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar os ativos que integram a Usina utilizando as Taxas da ANEEL, ou o prazo de concessão, dos dois o menor, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão. A alteração da vida útil foi adotada de forma prospectiva conforme estabelece o CPC 23. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas mobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Critério para a determinação do Custo Atribuído (“Deemed Cost”):** Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 – Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 28 – Propriedade para Investimento, a Companhia contratou consultoria especializada para proceder a avaliação do valor justo dos seus ativos na data-base 31 de dezembro de 2008. A Companhia estabeleceu que o critério mais adequado para avaliar o valor justo do ativo imobilizado da UHE Salto é com base no fluxo de caixa descontado. Pelo laudo preparado por consultoria especializada, o ajuste ao custo atribuído o qual foi registrado no imobilizado da UHE Salto em 31 de dezembro de 2008 é de R\$143.194. Com base na avaliação da Administração da Companhia, o total do custo atribuído foi rateado proporcionalmente ao imobilizado existente em 31 de dezembro de 2008, uma vez que a Usina é considerada uma única unidade geradora de caixa. **3.6. Custos de**

continua ...

... continuação

## Rio Verde Energia S.A.

**empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis quando a construção tenha sido iniciada antes e a partir de 1º de janeiro de 2009. **3.7. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. No caso da Companhia, todos os ativos intangíveis são avaliados como vida útil definida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.9. Provisões:** **Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas, quando necessário, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **3. Políticas contábeis – 3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.11.1. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiro:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento pelo prazo

de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **ii. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **iii. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	1.301	248
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.		

**5. Contas a receber**

	31/12/2012	31/12/2011
Votorantim Comercializadora de Energia – Votener (i)	9.393	9.043
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (ii)	1.007	1.135
(-) Provisão para devedores duvidosos	(948)	(948)
	9.452	9.230

(i) Venda de energia elétrica realizada no mês de dezembro de 2012 à Votener conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007 pelo preço de R\$184,99 MW/h. (ii) O montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$948, refere-se ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de energia Elétrica. O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2012	31/12/2011
A Vencer	9.393	9.043
Vencidas até 30 dias	59	187
Vencidas acima de 121 dias	948	948
	10.400	10.178

A movimentação da provisão para devedores duvidosos

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	–	–
Constituições de provisão	(948)	(948)
Recuperação/ Utilização	–	–
	(948)	(948)

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente respectivamente e respectivas garantias oferecidas.

**6. Aplicações financeiras**

	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações vinculadas – Banco Itaú		
Reserva da dívida BNDES (i)	12.023	13.617
Aplicação – Banco Itaú – CDB	178	4.008
	12.201	17.625

(i) Conforme descrito na Nota 11, parte do faturamento da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados sendo o saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$12.023 (R\$13.617 em 31 de dezembro de 2011).

**7. Impostos a recuperar**

	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS a recuperar	16.002	24.008
Outros	–	–
	16.002	24.008
Ativo circulante	8.001	8.007
Ativo não circulante	8.001	16.001

Em janeiro de 2011, a Companhia contratou consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorpoados na rubrica “Ativo Imobilizado”. Os trabalhos foram

conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-cumulativo. Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$32.005 da rubrica “Ativo Imobilizado” referente aos créditos tributários, sendo R\$5.709 do PIS e R\$26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica “Impostos a recuperar” e são monetizados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente.

**8. Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil, conforme descrito na Nota 3. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado trimestralmente pela Companhia. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado – Descapitalização de despesas – CPC 27	2.796	2.796
(-) Realização das despesas – CPC 27	(260)	(156)
Provisão de fornecedores	–	75
Provisão para devedores duvidosos	238	238
Provisão para remuneração variável	100	–
	2.874	2.953

Contribuição social diferida ativa sobre:

Diferenças temporárias:		
Imobilizado – Descapitalização de despesas – CPC 27	1.007	1.007
(-) Realização das despesas – CPC 27	(93)	(57)
Provisão de fornecedores	–	27
Provisão para devedores duvidosos	85	85
Provisão para remuneração variável	36	–
	1.035	1.062

Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	3.909	4.015
	31/12/2012	31/12/2011

Imposto de renda diferido passivo sobre:

Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	32.652	33.978
	32.652	33.978

Contribuição social diferida passiva sobre:

Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	11.754	12.231
	11.754	12.231

Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	44.406	46.209
--	--------	--------

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A Companhia alterou sua sistemática de cálculo pelo Lucro Presumido para o Lucro Real no exercício de 2011. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes da tributação	25.762	14.594
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	8.759	4.962
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
Reconhecimento dos impostos diferidos	(1.697)	(2.016)
Depreciação do custo atribuído	1.803	1.803
Provisões passiva	137	–
Juros sobre capital próprio	(2.276)	–
Despesas indedutíveis	329	–
Outras (adições) e exclusões	(241)	361
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	6.814	5.110
Alíquota efetiva	26%	3%

Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes em 31 de dezembro de 2012 são:

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos por antecipações de:		
Imposto de renda	2.291	2.015
Contribuição social	1.388	1.236
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação	345	256
	4.024	3.507

Valores a recolher de:

Imposto de renda	(6.269)	(5.233)
Contribuição social	(2.244)	(1.893)
Imposto de renda e contribuição social estimativa	(306)	(293)
	(8.819)	(7.419)

Valor líquido do impostos de renda e contribuição social a recolher

	(4.795)	(3.912)
--	---------	---------

continua ...

## Rio Verde Energia S.A.

... continuação

9. Imobilizado	Em serviço administrativo		Em operação – UHE						Custo atribuído	Total
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros imobilizados	Imobilizado em construção		
Custo										
Em 31 de dezembro de 2010	260	595	321.789	210.801	51.132	39.278	1.045	–	–	624.900
Adições	–	318	–	–	35	–	20	–	–	373
Baixas	–	(110)	–	–	–	–	(167)	–	–	(277)
Em 31 de dezembro de 2011	260	803	321.789	210.801	51.167	39.278	898	–	–	624.996
Adições	–	118	125	–	–	502	68	–	–	813
Baixas	–	(79)	–	–	(8)	–	–	–	–	(87)
Em 31 de dezembro de 2012	260	842	321.914	210.801	51.159	39.780	966	–	–	625.722
Depreciação										
Em 31 de dezembro de 2010	(26)	(249)	(4.918)	(3.823)	–	(353)	–	–	–	(9.369)
Despesa de depreciação	(11)	(115)	(11.508)	(7.703)	(1.914)	(1.465)	–	–	–	(22.716)
Baixas	–	55	–	–	–	–	–	–	–	55
Em 31 de dezembro de 2011	(37)	(309)	(16.426)	(11.526)	(1.914)	(1.818)	–	–	–	(32.030)
Despesa de depreciação	(11)	(128)	(11.550)	(7.787)	(1.884)	(1.477)	–	–	–	(22.837)
Baixas	–	37	–	–	–	–	–	–	–	37
Em 31 de dezembro de 2012	(48)	(400)	(27.976)	(19.313)	(3.798)	(3.295)	–	–	–	(54.830)
Valor residual líquido:										
Em 31 de dezembro de 2012	212	442	293.938	191.488	47.361	36.485	966	–	–	570.892
Em 31 de dezembro de 2011	223	494	305.363	199.275	49.253	37.460	898	–	–	592.966

Custo atribuído (Deemed Cost)

	Ativos UHE Rio Verde	IR diferido passivo (Nota 8)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
Saldo em 31/12/2010	141.215	(48.013)	(93.202)
Depreciação do período	(5.304)	1.804	3.501
Saldo em 31/12/2011	135.910	(46.209)	(89.701)
Depreciação do período	(5.303)	1.803	3.500
Saldo em 31/12/2012	130.607	(44.406)	(86.201)

**Aplicação do custo atribuído ("deemed cost"):** A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu, atribuir um novo valor ("deemed cost") para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs. O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008. **Dos bens vinculados à concessão:** Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Em 31 de dezembro de 2012, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$570.892 (R\$592.966 em 31 de dezembro de 2011) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1 é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002. **Reclassificação dos créditos tributários – PIS e Cofins:** Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS registrado na rubrica "Ativo Imobilizado", conforme descrito na Nota 7, e passou a registrar o imobilizado líquido de créditos de PIS e COFINS, com contrapartida registrada na rubrica de impostos a recuperar quando aplicável.

**10. Intangível – A movimentação do intangível é como segue:**

	Softwares	Total
Custo		
Em 31 de dezembro de 2010	32	32
Adições	25	25
Em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	57	57
Adições	30	30
Em 31 de dezembro de 2012	87	87
Amortização		
Em 31 de dezembro de 2010	(7)	(7)
Em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	(3)	(3)
Despesa de amortização do exercício	(9)	(9)
Em 31 de dezembro de 2012	(19)	(19)
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2012	68	68
Em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	47	47

**11. Empréstimos e financiamentos**

	31/12/2012	31/12/2011
BNDES (a)	304.007	326.315
Custos com captação de empréstimos e financiamentos	(3.843)	(4.121)
Total de empréstimos sujeitos a juros	300.164	322.194
Passivo circulante	18.211	17.935
Passivo não circulante	281.953	304.259

(a) **BNDES:** Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que prevê a liberação de R\$289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$277.937 e de R\$11.763. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e "spread" de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês. Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$23.184. As condições estabelecidas para

a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e "spread" de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês. Durante os doze meses de 2012, a Companhia pagou R\$22.048 de principal e R\$23.697 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato. As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11ª, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com exigências estabelecidas no mesmo. Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica "aplicações financeiras vinculadas", conforme Nota 6. O cronograma de amortização do financiamento em 31 de dezembro de 2012 está assim distribuído:

Ano	Valor
2013	22.110
2014	22.110
2015	22.110
2016	22.110
2017	22.110
A partir 2018	193.457
	304.007

**12. Outras obrigações**

	31/12/2012	31/12/2011
Encargos regulatórios	1.466	944
Provisão passiva	–	302
Uso do bem público	88	84
Arrendamento mercantil	97	156
Outras obrigações (i)	7.126	7.126
	8.777	8.612
	8.749	8.524
	28	88

(i) O montante de R\$7.126 (R\$7.126 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a garantia do financiamento de longo prazo junto ao BNDES conforme descrito na Nota 11.

**13. Patrimônio líquido – Capital social:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social autorizado é de até R\$130.000. Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, que estabeleceu as seguintes determinações:

i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto; ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições: a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante o BNDES, com desoneração desta; b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia. iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas por CBA para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo Participações e Investimentos; iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde de que se manifeste o interesse no período de 30 dias; v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76

e o estatuto da Companhia. vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL. Em 24 de novembro de 2009, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 16.129.032 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), no montante de R\$30.000, totalmente integralizadas por conversão de adiantamento para futuro aumento de capital. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2010 estão subscritas e integralizadas 1.500.000 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$1,00 (um real) e 69.086.020 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), sendo a distribuição das ações da seguinte forma: Triunfo Participações e Investimentos S.A. 70.586.015  
Membros do Conselho de Administração 4  
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) 1

70.586.020  
Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A., a Administração da controladora tomou a decisão de alienar sua participação na controlada Rio Verde Energia S.A. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida do patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados. Vide detalhes nas Notas 3 e 9. Em 31 de dezembro de 2012, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$86.201 (R\$89.701 em 31 de dezembro de 2011). **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404. **Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio:** Nos exercícios de 2012 e 2011 foram deliberados a distribuição de lucros (dividendos obrigatórios 25%) e pagamento de juros sobre capital próprio aos quotistas. Os juros foram calculados com base a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, conforme abaixo. Os dividendos mínimos obrigatórios constituídos estão demonstrados no balanço patrimonial de 2012 com dividendos a pagar no montante de R\$7.943 (R\$3.057 em 31 de dezembro de 2011). Atendendo a legislação fiscal, o montante dos juros sobre capital próprio de R\$5.692 em 2012 líquidos de imposto de renda retido na fonte, foram registrados como despesa financeira. No entanto, para efeito desta demonstração financeira, estes juros são apresentados como distribuição de lucro líquido no patrimônio líquido conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo remanescente do lucro apurado em 2012 foi mantido na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido e será distribuído assim que os sócios determinarem.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	18.948	9.484
Compensação de prejuízos anteriores	–	(113)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado	18.948	9.371
Reavaliação do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)	3.500	3.501
Base de cálculo da reserva legal	22.448	12.872
Reserva Legal (5%)	(1.122)	(644)
Base de cálculo de dividendos	21.326	12.228
Dividendos mínimos obrigatórios de 2012 (25%)	(5.332)	(3.057)
Juros sobre capital próprio	(6.697)	–
	9.297	9.171

**14. Receita operacional líquida**

	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta de Vendas	115.065	101.526
Receita s/ contrato Votener	109.369	98.779
Receita s/ contrato Cemig	–	–
Receita energia MRE-CCEE	5.696	2.747
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas)	(10.324)	(9.245)
(-) Encargos Setoriais – P&D	(1.036)	(916)
Receita operacional líquida	103.705	91.365

**15. Lucro por ação** – O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2012 e 2011, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia (em milhares de reais)	18.948	9.484
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	70.586.020	70.586.020
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,2684	0,1344

**16. Remuneração dos administradores** – O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia. Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários

continua ...

... continuação

## Rio Verde Energia S.A.

dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. O valor total da remuneração paga até 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.156 (R\$962 em 31 de dezembro de 2011).

**17. Resultado financeiro**

	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.576	1.524
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.436)	(26.207)
Outros juros, multas e atualizações	(747)	(1.979)
Comissão garantia	(279)	(222)
Resultado financeiro	(22.886)	(26.884)

**18. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

– A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não existe necessidade de constituir provisão, uma vez que, não há perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

**19. Instrumentos financeiros** – A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

**19.1. Considerações gerais:** A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40. É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.301	248	1.301	248
Contas a Receber, líquidas	9.452	9.230	9.452	9.230
Impostos a recuperar	16.002	24.008	16.002	24.008
Aplicações financeiras	12.201	17.625	12.201	17.625
Total	38.956	51.111	38.956	51.111
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	304.007	322.194	304.007	322.194
Fornecedores	2.754	1.129	2.754	1.129
Obrigações fiscais	5.328	2.731	5.328	2.731

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	4.795	3.912	4.795	3.912
Total	316.884	329.966	316.884	329.966

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. a) **Análise da sensibilidade dos passivos financeiros:** Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras. Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2012, foi definido o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2012 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Provável	Cenário	Cenário
		Cenário I	II	III
Financiamentos – BNDES	–	16.720	20.916	25.081
Taxa sujeita à variação	TJLP	5,50%	6,88%	8,25%

R\$304.007 (\*); (\*) Saldos em 31 de dezembro de 2012. A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. **19.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente com Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE). **Risco de crédito:** As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1. **Risco de preço:** A venda da energia assegurada está vendida para Votener no período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h) é

reajustado anualmente pela variação do IGP-M. **Risco de taxas de juros e indexadores:** O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de preços. As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos.

**Risco hidrológico:** Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS. É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas. **Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **19.3. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras.

	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	304.007	322.194
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(1.301)	(248)
(-) Aplicações financeiras	(12.201)	(17.625)
Dívida líquida	290.505	304.321
Patrimônio líquido	236.436	259.944
Alavancagem	122,87%	117,07%

**20. Seguros** – A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. **Tipo de cobertura** **Importância assegurada (i)**

Responsabilidade civil (operação)	10.000
Riscos operacionais	330.000

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

<b>Diretoria</b>	
Luiz Eduardo Barros Manara – Diretor Presidente	
<b>Contador</b>	
Alex Correa de Jesus – CRC – DF 017.740/O	

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Rio Verde Energia S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito

dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia estornou o registro do direito e da obrigação contratuais relativos ao Uso do Bem Público – UBP previstos no contrato de concessão com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com o qual não concordamos. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012 os saldos do ativo e do passivo estão reduzidos em R\$15.239 e R\$14.073 (R\$15.813 e R\$13.453 em 2011), respectivamente,

e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$1.194 (R\$717 em 2011), líquidos de impostos. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. São Paulo, 13 de março de 2013.

**ERNST & YOUNG TERCO**

Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Luciano Neris**

Contador  
CRC-1PA007729/O-8-S-DF

S/A CORREIO BRAZILIENSE  
SIG QD 02 Nº 340 BRASÍLIA-DF CEP 70.610-901 CNPJ 00.001.172/0001-80  
Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2.012

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>A - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.023</b>	<b>4.205</b>	<b>1.023</b>	<b>4.205</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e Amortização	8.157	7.811	9.294	8.721
Equivalência Patrimonial	(1.788)	(10.351)	(791)	(9.684)
Ganho líquido na alienação de ativo imobilizado	(841)	(3.165)	(841)	(3.165)
Estimativa para Perdas Futuras	840	878	840	878
Provisão para Contingências	(39)	865	(39)	865
<b>Subtotal ajuste ao lucro</b>	<b>7.352</b>	<b>243</b>	<b>9.486</b>	<b>1.820</b>
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>				
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(9.560)	(4.675)	(10.398)	(8.841)
(Aumento) Redução em Estoques	(1.265)	(373)	(1.265)	(373)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(3.501)	(8.983)	(12.468)	(12.025)
<b>(Aumento) dos Ativos</b>	<b>(14.326)</b>	<b>(14.031)</b>	<b>(24.131)</b>	<b>(21.239)</b>
Aumento (Redução) em Fornecedores	452	655	(14)	2.093
Aumento (Redução) em Remunerações e Encargos	2.910	(431)	2.852	(95)
Aumento (Redução) em Parcelamento de Contribuições	(2.628)	(2.675)	(3.399)	(1.483)
Aumento (Redução) em Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(366)	(151)	(366)	(151)
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	6.343	6.203	5.514	6.585
<b>Aumento (Redução) dos Passivos</b>	<b>6.711</b>	<b>3.601</b>	<b>4.587</b>	<b>6.949</b>
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(263)</b>	<b>(10.187)</b>	<b>(10.058)</b>	<b>(12.470)</b>
<b>B - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
(Aumento) Redução Investimentos	88	-	9.674	103
Recebimento líquido pela venda de ativo imobilizado	1.212	4.407	1.212	4.407
(Aumento) Redução Imobilizado	(1.490)	(8.432)	(1.771)	(8.615)
(Aumento) Redução e Intangível	(23)	(25)	(35)	-
<b>Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(213)</b>	<b>(4.050)</b>	<b>9.080</b>	<b>(4.105)</b>
<b>C - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Movimentação líquida de empréstimos	(4.592)	19.030	(4.772)	22.354
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(4.592)</b>	<b>19.030</b>	<b>(4.772)</b>	<b>22.354</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(5.068)</b>	<b>4.793</b>	<b>(5.750)</b>	<b>5.779</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Saldo inicial	16.603	11.810	18.323	12.544
Saldo final	11.535	16.603	12.573	18.323
<b>Varição no exercício</b>	<b>(5.068)</b>	<b>4.793</b>	<b>(5.750)</b>	<b>5.779</b>

S/A CORREIO BRAZILIENSE  
 SIG QD 02 Nº 340 BRASÍLIA-DF CEP 70.610-901 CNPJ 00.001.172/0001-80  
 Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2.012

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Ágio	Reserva Especial Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Subtotal Patrimônio Líquido	Adiantamento p/ Fut. Aum. de Capital	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>7.140</b>	<b>47</b>	<b>1.196</b>	<b>24.617</b>	-	<b>48.247</b>	-	<b>81.247</b>	-	<b>81.247</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(1.120)	1.120	-	-	-
Imposto s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	381	(381)	-	-	-
Baixa da Reserva de Reav. p/venda de Imóveis	-	-	-	-	-	(402)	-	<b>(402)</b>	-	<b>(402)</b>
Imposto s/Realização da venda de Imóveis	-	-	-	-	-	137	-	<b>137</b>	-	<b>137</b>
Aumento de Capital	22.860	-	-	(22.860)	-	-	-	-	-	-
Constituição AFAC S/A Estado de Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	20.944	<b>20.944</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	-	-	4.205	<b>4.205</b>	-	<b>4.205</b>
Destinação do Lucro do Exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	210	-	-	-	-	(210)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	3.498	-	-	-	(3.498)	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.236)	<b>(1.236)</b>	-	<b>(1.236)</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>30.000</b>	<b>257</b>	<b>4.694</b>	<b>1.757</b>	-	<b>47.243</b>	-	<b>83.951</b>	<b>20.944</b>	<b>104.895</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(1.074)	1.074	-	-	-
Imposto s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	365	(365)	-	-	-
Aumento de Capital	1.700	-	-	-	-	-	-	<b>1.700</b>	(1.700)	-
Constituição da Reserva Especial de Capital	-	-	-	-	1.236	-	-	<b>1.236</b>	-	<b>1.236</b>
Constituição da Reserva de Ágio	-	-	-	19.244	-	-	-	<b>19.244</b>	(19.244)	-
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	-	-	-	-	-	-	1.023	<b>1.023</b>	-	<b>1.023</b>
Destinação do Lucro do Exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	51	-	-	-	-	(51)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	1.261	-	-	-	(1.261)	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(420)	<b>(420)</b>	-	<b>(420)</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>31.700</b>	<b>308</b>	<b>5.955</b>	<b>21.001</b>	<b>1.236</b>	<b>46.534</b>	-	<b>106.734</b>	-	<b>106.734</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.023</b>	<b>4.205</b>	<b>1.023</b>	<b>4.205</b>
<b>Resultados Abrangentes</b>				
Realização da Reserva de Reavaliação	1.074	1.120	1.074	1.120
Imposto s/ Realização da Reserva de Reavaliação	(365)	(381)	(365)	(381)
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>1.732</b>	<b>4.944</b>	<b>1.732</b>	<b>4.944</b>
<b>Patrimônio Líquido Atribuível:</b>				
Acionistas da Companhia	-	-	499	2.796
Acionistas Não-Controladores	-	-	1.233	2.148
			<b>1.732</b>	<b>4.944</b>

As Demonstrações Contábeis da Companhia, juntamente com o Relatório de Administração, as Notas Explicativas, o Parecer de Auditoria Externa e o Parecer do Conselho Fiscal, foram publicadas no Jornal Correio Braziliense na data de 22/03/2013.

Diretores Estatutários  
 Álvaro Augusto Teixeira da Costa  
 José de Arimathéa Gomes Cunha  
 Evaristo de Oliveira

Diretores Executivos  
 Josemar Gimenez  
 Paulo César de Oliveira Marques  
 Osvaldo Abílio Braga  
 Leonardo Guilherme L. Moisés  
 Vitório Augusto de Fernandes Melo

José Francisco Viana de Sousa  
 Superintendente de Controladoria  
 Contador CRC-DF nº 8491/O-2

S/A CORREIO BRAZILIENSE  
SIG QD 02 Nº 340 BRASÍLIA-DF CEP 70.610-901 CNPJ 00.001.172/0001-80  
Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2.012

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da S/A Correio Braziliense submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao ano de 2012.

**CONTEXTO OPERACIONAL**

A S/A Correio Braziliense ("controladora" ou "Companhia") é uma empresa domiciliada no Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que tem como principais atividades: (a) edição de jornais, livros e revistas; (b) exploração, mediante concessão, permissão ou autorização do Governo Federal, de serviços de radiodifusão sonora (Rádio Clube FM); (c) divulgação de atividades educacionais, esportivas, culturais e artísticas, podendo, subsidiariamente, explorar a propaganda comercial dentro dos limites fixados por lei para rádio e televisão; (d) exploração de serviços noticiosos, mediante coleta e transmissão de notícias para outros órgãos de imprensa de outras sociedades; (e) participação no capital de outras sociedades, mesmo que não haja coincidência de objeto social, mediante aplicação de recursos próprios, de terceiros ou de incentivos; e, (f) exploração de serviços gráficos, venda de formulários e impressos em geral, inclusive revistas, livros, jornais e outros periódicos. A Companhia tem sua sede localizada no Setor de Indústrias Gráficas, quadra 02, nº 340, CEP: 70.610-901, Brasília-DF.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 abrangem a Companhia e suas controladas.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.535	16.603	12.573	18.323
Clientes	32.527	23.807	40.188	30.630
Estoques	5.297	4.032	5.297	4.032
Impostos a Recuperar	2.171	2.089	4.185	4.016
Despesas Antecipadas	941	1.043	1.990	2.310
Outros créditos	385	994	821	920
	<b>52.856</b>	<b>48.568</b>	<b>65.054</b>	<b>60.231</b>
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Partes Relacionadas	51.687	45.149	53.500	44.279
IR e Contr. Social Diferidos	1.978	2.382	2.140	2.616
Depósitos Judiciais	2.978	2.507	3.012	2.785
Outros créditos	2.619	49	2.619	49
	<b>59.262</b>	<b>50.087</b>	<b>61.271</b>	<b>49.729</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	33.220	31.520	1.098	9.981
<b>IMOBILIZADO, LÍQUIDO</b>	138.344	144.902	146.481	153.374
<b>INTANGÍVEL, LÍQUIDO</b>	592	1.286	23.260	23.964
	<b>231.418</b>	<b>227.795</b>	<b>232.110</b>	<b>237.048</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>284.274</b>	<b>276.363</b>	<b>297.164</b>	<b>297.279</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	46.220	54.477	48.699	57.793
Fornecedores	9.069	8.617	10.378	10.392
Remuneração e Encargos Sociais	13.881	10.971	15.705	12.853
Parcelamentos de Contribuições	613	2.199	931	3.067
Obrigações Fiscais	1.363	786	2.020	1.713
Comissões a Pagar	368	380	368	380
Dividendos a Pagar	459	1.275	459	1.275
Antecipações de Clientes	12.266	8.284	12.911	9.247
Provisão para Contingências	606	640	606	640
Outras Obrigações	-	-	-	241
	<b>84.845</b>	<b>87.629</b>	<b>92.077</b>	<b>97.601</b>

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>				
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Empréstimos e Financiamentos	48.459	45.886	51.179	48.652
Parcelamentos de Contribuições	2.202	3.244	2.466	3.729
Partes Relacionadas	6.061	1.016	162	1.338
IR e Contr. Social Diferidos	23.532	23.898	23.532	23.898
Provisão para Contingências	948	1.627	948	1.627
Outras Obrigações	11.493	8.168	11.493	8.168
	<b>92.695</b>	<b>83.839</b>	<b>89.780</b>	<b>87.412</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	31.700	30.000	31.700	30.000
Reserva Legal	308	257	308	257
Reserva de Lucros	5.955	4.694	5.955	4.694
Reserva de Ágio	21.001	1.757	21.001	1.757
Reserva Especial de Lucros	1.236	-	1.236	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	46.534	47.243	46.534	47.243
	<b>106.734</b>	<b>83.951</b>	<b>106.734</b>	<b>83.951</b>
Recursos p/ Aumento de Capital	-	20.944	-	20.944
<b>Patrimônio Líquido Proprietários</b>	<b>106.734</b>	<b>104.895</b>	<b>106.734</b>	<b>104.895</b>
<b>Particip. de Não-Controladores</b>	-	-	<b>8.573</b>	<b>7.371</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>106.734</b>	<b>104.895</b>	<b>115.307</b>	<b>112.266</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>284.274</b>	<b>276.363</b>	<b>297.164</b>	<b>297.279</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>173.274</b>	<b>176.890</b>	<b>190.887</b>	<b>195.217</b>
<b>Custo das Vendas</b>	(73.409)	(77.636)	(87.055)	(90.671)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>99.865</b>	<b>99.254</b>	<b>103.832</b>	<b>104.546</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>				
Comerciais	(50.206)	(50.522)	(42.256)	(44.583)
Administrativas	(34.559)	(38.539)	(43.186)	(45.978)
Receitas Financeiras	2.835	1.602	2.857	1.646
Despesas Financeiras	(18.543)	(18.848)	(19.301)	(20.007)
Estimativa para Perdas Futuras	(840)	(878)	(840)	(878)
Equivalência Patrimonial	1.788	10.351	791	9.684
Outras Despesas Operacionais	(481)	(1.173)	(589)	(1.134)
	<b>(100.006)</b>	<b>(98.007)</b>	<b>(102.524)</b>	<b>(101.250)</b>
<b>LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL</b>	<b>(141)</b>	<b>1.247</b>	<b>1.308</b>	<b>3.296</b>
<b>Outras Receitas</b>	1.992	2.537	2.087	2.977
<b>Lucro do Exercício antes dos Tributos</b>	<b>1.851</b>	<b>3.784</b>	<b>3.395</b>	<b>6.273</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(828)	421	(1.139)	80
Participações Acionistas Minoritários	-	-	(1.233)	(2.148)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.023</b>	<b>4.205</b>	<b>1.023</b>	<b>4.205</b>
<b>Quantidade de ações (lote de mil ações)</b>	<b>31.700</b>	<b>30.000</b>	<b>31.700</b>	<b>30.000</b>
<b>Lucro p/ ação do Capital Social Final - R\$</b>	<b>0,0323</b>	<b>0,1402</b>	<b>0,0323</b>	<b>0,1402</b>